



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
ACADEMIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE DOUTORADO E MESTRADO
PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO**



INPI
Rio de Janeiro
Junho de 2018



Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Presidente: Luiz Otávio Pimentel

Diretoria-Executiva: Mauro Sodré Maia

Coordenação-Geral de Disseminação para a Inovação (CGDI): Felipe Melo de Oliveira

Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD): Ricardo C. Rodrigues

Biblioteca de Propriedade Intelectual e Inovação Economista Claudio Treiguer (BIBLI):

Evanildo Vieira dos Santos

Organizador:

Evanildo Vieira dos Santos – Bibliotecário CRB7-4861

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de Propriedade Intelectual e Inovação Economista Cláudio Treiguer

I59t Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil).

Teses e dissertações dos Programas de Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação: setembro de 2017 / Coordenação-Geral de Disseminação para Inovação. Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Biblioteca de Propriedade Intelectual e Inovação Economista Cláudio Treiguer; Organização Evanildo Vieira dos Santos. Rio de Janeiro: INPI: 2018.

87 f.

1. Propriedade Intelectual – Teses e dissertações. 2. Inovação – Teses e dissertações. 3. INPI – Produção científica. II. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil).

CDU: 347.77

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
BIBLIOTECA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO ECONOMISTA CLAUDIO TREIGUER
RUA MAYRINK VEIGA, 09 – SOBRELOJA – CENTRO
20090-910 RIO DE JANEIRO – RJ
BRASIL

ÍNDICE POR DEFESAS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

Defesa em 2008

- MELO, Renato Dolabela. **Instrumentos legais de repressão ao abuso praticado por meio de patentes e desenhos industriais** 21

Defesas em 2009

- BEYRUTH, Viviane Barbosa. **O "significado secundário da marca" : quando a marca fraca se torna forte: análise do Instituto à luz da legislação e doutrina estrangeira** 22

- CALLIARI, Maria Alice Camargo. **A questão da genericidade no âmbito das indicações geográficas** 22

- CARVALHO, André Carneiro da Cunha. **Desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e cooperação internacional: o caso da rede de promoção do desenvolvimento de agroindústrias não tradicionais dedicadas a recursos ibero-americanos do Programa CYTED** 23

- CARVALHO, Lívia de Almeida. **Sistema tradicional ou Protocolo de Madrid: informações e método para tomada de decisão** 23

- EICHIN, Ana Cristina Novaes. **Análise do portfólio das patentes da Petrobrás concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO)** 24

- FERRAZ, Anna Paula Barbosa. **Uma avaliação da propriedade industrial no setor farmacêutico nacional mediante o sistema de patentes vigente aliado aos esforços para a inovação considerando os esforços para o setor** 24

- FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. **Possíveis impactos da alteração da lei de cultivares, tendo como base as diretrizes da convenção de 1991 da UPOV** 25

- GUIMARÃES, Susana Serrão. **Proteção legal do desenho industrial: entendimentos, conflitos e implicações dos requisitos de novidade e originalidade** 25

- HÄSNER, Cecília Anita Domjam. **Monitoramento tecnológico sobre a produção de biodiesel a partir de óleo residual de fritura** 25

- MALAGRICI, Marcos. **O desenvolvimento do sistema contemporâneo de patentes brasileiro e a evolução do patenteamento no país no período de 1970 a 2004** 26

- MARTINS, Renata Gontijo Sant'anna Silva. **Proteção legal ao design: o caso do Centro eData da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais** 26

- NATAL, Larissa Amaral Clarindo. **Marca, inovação e pioneirismo: o desafio das marcas de empresas brasileiras no mercado internacional de etanol** 27

NICOL, Ricardo Frederico. Relação entre os tipos de inovação Schumpterianos e os tipos de inovação da terceira edição do Manual de Oslo	27
NUNES, Silvia de Castro Pereira. Estratégias de apropriação do conhecimento pelas empresas de software e serviços no Brasil	27
OLIVEIRA, Heloísa Cortiani de. Apropriabilidade dos ativos intangíveis como vantagem competitiva - estudo de caso: empresa de pequeno porte no setor químico - HPPC do estado do Paraná no período de 1990 a 2008	28
SARAIVA, Elaine Vianna. Marca ou produto? Um estudo semiológico sobre o fenômeno da degenerescência das marcas	28
SUSTER, Raul. A Lei nº. 9.279/96 - Lei da Propriedade Industrial, sua influência no cenário nacional de patenteamento de fármacos	29
Defesas em 2010	
GRANTHON, Andrea Santos. Análise do processo de inovação no setor farmacêutico brasileiro: estudo de caso de três empresas de capital brasileiro	30
KUBRUSLY, José Cristóvam Sauáia. O contexto histórico da aprovação da Lei da Propriedade Industrial, e suas consequências: os estudos dos critérios de análise, avaliação da constitucionalidade e da possibilidade de nulidade das patentes pipelines	30
PRADO, Elaine Ribeiro do. A apropriação do trabalho criativo no direito brasileiro	31
RODRIGUES, Tenille Souza. A gestão de PI na FAPEMIG e o incentivo à inovação tecnológica	31
SANTOS, Evanildo Vieira dos. Estudo do uso de literatura científica no exame de patente da área de biotecnologia no INPI do Brasil	32
SILVA, Sibelle de Andrade Silva. Uso de buscas de patentes na área de processamento mineral: um estudo de caso direcionado para a construção de panoramas tecnológicos sobre processos de produção de cobre	32
TOMA, Sandra Barioni. Característica de inovação tecnológica e de esforço inovativo do setor farmacêutico veterinário brasileiro levantamento de indicadores através da tabulação especial da pesquisa PINTEC 2005 e de um estudo de caso	33
WOLDAYNSKY, Ana Paula Affonso Brito. O papel dos contratos de transferência de tecnologia na relação universidade-empresa e seu papel no processo de inovação nas parcerias entre universidades e empresas: estudo de caso INOVA UNICAMP	33
Defesas em 2011	
BARBOSA, Patrícia Maria da Silva. A importância do uso de sinais distintivos coletivos: estudo de caso da indicação de procedência "Paraty" do estado do Rio de Janeiro - Brasil	35

BUCASIO, Rachel de Paiva. Análise da registrabilidade de sinais como marcas de produto farmacêutico no Brasil observando as recomendações da Organização Mundial da Saúde	35
CABRAL, Alexandre Moura. Proposta de estrutura analítica para suporte a projetos de preparação e consolidação de indicações geográficas de produtos agropecuários.....	36
CARTAXO, Rodrigo José Ávila. Metodologia de priorização para produção nacional dos medicamentos pertencentes à lista do Sistema Único de Saúde	36
CASTRO, Priscila Balloussier de. Marcas: gestão e proteção legal no setor de HPCC, um estudo comparativo entre as empresas o Boticário e Natura a partir do banco de dados do INPI.....	36
FARIA, Adriana Xavier de. O ensino da propriedade intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições	37
FARIA, Rafael dos Santos Viveiros de. Marcas coletivas como ferramenta de diferenciação de arranjos produtivos locais: o caso do pólo de moda íntima de Nova Friburgo.....	38
GAMA, Sonia Cristina Sequeira. Estudo sobre o impacto das ocorrências relacionadas com o licenciamento compulsório de patentes farmacêuticas: análise dos casos ocorridos no Brasil	38
LIMA, Esther Lins. Aspectos jurídicos relativos à titularidade de patentes resultantes de alianças estratégicas para inovação entre universidade e empresa à luz da Lei de Inovação brasileira.....	39
LIMA, Leila Valle de Albuquerque. Tradição que passa de pele em pele: estudo multicasos sobre a gestão de marcas de cosméticos tradicionais no mercado brasileiro.....	39
LOPES, Érica da Silva Souza. Monitoramento científico e tecnológico no setor saúde: testes para triagem laboratorial do vírus da hepatite 'B' em hemoterapia	40
MANZUETO, Cristiane Santos. Requisitos objetivos para apuração da distintividade nos conflitos judiciais envolvendo o Trade Dress do produto	41
MENDONÇA, Marianna Gomes Furtado de. Marcas e serviços de links patrocinados: investigação da ocorrência de violação marcária pelo sítio de busca	41
NASCIMENTO, Renato Cirne Oliveira. A execução pública de música na tv por assinatura	41
SILVA, Elisângela Santos da. O processo de integração do Mercosul: possibilidades de harmonização jurídica em matéria de marcas e de criação de uma marca regional	42
SOUZA, Fernando Cassibi de. O posicionamento do governo brasileiro nas negociações relativas ao tratado substantivo em matéria de patentes – SPLT: desdobramentos e perspectivas.....	42
TAPAJÓS, Sônia Iracy Lima. Contribuições para a melhoria de indicadores de propriedade intelectual: uma avaliação da atuação dos núcleos de inovação tecnológicas do Amazonas.....	42
VILLELA, Taís Nasser. A gestão da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação de empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ.....	43

Defesas em 2012

ARAGON, Luciene Gregório. As instituições e a difusão dos sinais distintivos coletivos: marcas coletivas e indicações geográficas	44
AZEVEDO, Manuel Dias de. O registro de sinais nominativos sugestivos como marca de produto ou de serviço no direito brasileiro.....	44
BARBOSA, Neila Cristina dos Santos. Plantas aromáticas do herbário João Murça Pires do Museu Paraense Emílio Goeldi: uma análise da utilização por meio de documentos de patente.....	44
BRANDÃO, Juliana Morcelli. Sistema regional de inovação do Vale do Submédio São Francisco: o caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF	45
CASTRO, Viviane Freitas de Castro. Análise do cenário técnico-científico mundial: um estudo de caso em Leishmaniose.....	45
DIAS, Eduardo Tibau de Vasconcellos. Autoria e titularidade nas obras colaborativas	46
LIMA, Daniela Fortunato Barbosa. O avanço e os desafios do sistema regional de inovação de fitoterápicos no estado do Amapá e o uso da propriedade intelectual.....	46
MENDES, Lídia Maria da Silva Schrago. A reestruturação dos serviços de informação tecnológica do Instituto Nacional de Tecnologia (INT): subsídios para a inovação	47
PINTO, Ana Paula Gomes. As patentes de revalidação (Pipelines): um estudo sobre a prorrogação dos prazos de proteção nos produtos e processos farmacêuticos.....	47
SOUZA, William Augusto Rodrigues de. Mecanismo inteligente semi automático para identificação e monitoramento de informações sobre fármacos e medicamentos	48

Defesas em 2013

ABREU, Marcus Vinícius Barcellos de. A importância da produção científica da EMBRAPA como fonte de informação tecnológica	49
ALMEIDA, Elisa Farias Sauwen de. Indicação geográfica para cacau brasileiro: potencialidades e desafios	49
BORSATTO, Cátia Zanei. Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e a sua relação com a Constituição da República e leis infraconstitucionais	50
CASTRO, Luisa Rezende. Os ativos de propriedade industrial na formação de joint ventures: recomendações para a indústria farmacêutica.....	50
FERREIRA, Ana Maria. A inovação e a apropriação do conhecimento na aquicultura brasileira....	50
GUIMARÃES, Adriana Castello. O papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no processo de capacitação em propriedade intelectual no Brasil de 2004 a 2011.....	51

LAFORET, Maria Regina Capdeville. A transferência de tecnologia de processos de produção de fertilizantes organominerais: pesquisa-ação sobre uma parceria público-privada	51
OLIVEIRA, Sônia de. Gestão da propriedade industrial no modelo de inovação aberta: o caso da Petrobras	52
ORTIZ, Luiz Rodolfo de Aragão. Busca de patentes em óleos essenciais como defensivos agrícolas alternativos em contexto agroecológico orgânico familiar e segurança alimentar	52
REIS FILHO, Paulo de Oliveira. O Baile charme do viaduto de Madureira na perspectiva da economia criativa	53
SANCHEZ, Rodrigo Arruda. Incentivo fiscal à inovação: análise da (in)adequação da lei 11.196/2005	53
SANTOS, Marcos Quintanilha. A proteção do conhecimento gerado nas instituições de ciência e tecnologia brasileiras: o caso dos aerogeradores	53
SILVA, Anna Karina Mendes da. Estratégias competitivas do setor de confecção de vestuário, amparadas por direitos de propriedade intelectual: um estudo de caso de uma microempresa	54
SOARES, Thais Talita Ferreira. Do protecionismo ao novo desenvolvimento: a indústria farmoquímica brasileira	55
SOUZA BRITTO, André Luiz de. Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP): contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor petrolífero atuante no Brasil	55
Defesas em 2014	
BRAGA, João Jackson Batista. Contribuição da propriedade industrial para inovação no processo estandardização da FIAT Automóveis Brasil	56
CAMPOS, Isabel Felicidade Aires. Estudo comparativo entre os mecanismos de criação dos núcleos de informação tecnológica industrial, dos núcleos de apoio ao patenteamento/escritórios de transferência de tecnologia e dos núcleos de inovação tecnológica	56
CERQUEIRA, Ariane Cedraz de. O papel dos instrumentos de proteção de tecnologia nas pequenas e médias empresas da Rede de Petróleo e Gás de Sergipe nos anos 2000	56
COSTA, Vanise Baptista da. A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca no estado do Rio de Janeiro	57
CUNHA, Renata Cavalcante Carneiro da. Demandas das expressões de propaganda e suas proteções	57
FILIPINO, Talita Duarte. A influência da marca na prescrição médica do sistema público de saúde federal do Rio de Janeiro	58

FRANÇA, Everaldo de. Utilização de instrumento de propriedade industrial para fitoproductos: um caminho para a proteção de direitos e para a valorização de conhecimentos locais associados à biodiversidade	58
FREITAS, Marcos Augusto do Valle. O uso estratégico de portfólios de patentes e seu impacto na inovação: uma análise da indústria de smartphones	59
PINHEIRO JUNIOR, David Pinheiro. Transferência de tecnologia entre ICT e empresas: ênfase na valoração dos ativos intangíveis	59
SCHMIDT, Ingrid Jensen. Mediação de conflitos de marcas na esfera administrativa	60
SOARES, Alexandre Pinhel. Nanotecnologia no setor elétrico: um estudo prospectivo	60
VIANA, Marcelo Nascimento. Estudo de caso do desenvolvimento de medicamento fitoterápico inovador e dos instrumentos adotados para sua proteção intelectual	61

Defesas em 2015

BERGAMASCHI, Alessandro Bunn, Estudo sobre o impacto do sistema eletrônico e-marcas no processo de pedido de registro de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI	62
FALCÃO, Noélia Lucia Simões. Análise de viabilidade econômico-financeira de projeto tecnológico: um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	62
GILABERTE, Thalissa Pádua. Projeto piloto de aliança estratégica pública e privada EMBRAPÍI: os desafios diante dos direitos de propriedade intelectual e as oportunidades para melhor interação entre os setores público e privado no Brasil	63
PEIXOTO, Thiago Sousa Guimarães. Levantamento tecnológico para a área de educação a partir de literatura patentária	63
ROIZMAN, Maysa Blay. Estudo de caso da indicação geográfica do Cariri Paraibano	64
SANTOS, Deuzanira Lima dos. Gestão do portfólio de tecnologias licenciáveis do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	64
SEKEFF, Andréa Thomé. A percepção do empresário fluminense de pequenos negócios sobre o processo de registro de marcas por meio do programa SEBRAETEC	65
SILVA, André Roberto dos Santos. A cooperação técnica entre as Forças Armadas e o setor acadêmico: um estudo sobre os escritórios da Marinha do Brasil localizados em universidades federais	66
SILVA, Giselle Azevedo Pereira da. A liberdade de operar nos limites da tecnologia farmacêutica desejada	66
SOUZA, Deborah Portilho Marques de. A propriedade intelectual na indústria da moda: formas de proteção e modalidades de infração	66

TRAVISANI CARDOZO, Sinara. Patentes farmacêuticas e a aplicação técnica da Doutrina dos Equivalentes	67
VALBUZA, José Cláudio. O uso estratégico dos direitos de propriedade intelectual nas atividades agrícolas dos Institutos Federais - o caso da cadeia produtiva do café na perspectiva do IFES campus Itapina	68
VON RANKE, Natalia Lidmar. Prospecção tecnológica na base integrity em documentos de patentes na área de biotecnologia com foco em câncer	68
 Defesas em 2016:	
ACUNHA, Sílvia Trisch dos Santos. Os núcleos de inovação tecnológica: o caso da Universidade Federal de Pelotas	70
AMARAL, Daniel Giacometti. Estudo prospectivo do patenteamento em nanotecnologia no Brasil: uma análise da cadeia de valor	70
CRUZ, Luiz Fernando Pereira da. O plano Brasil maior e a estratégia nacional de defesa: convergência de políticas públicas industriais e educacionais para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional do Brasil	70
LAUAR, Ricardo Scofield. O licenciamento dos direitos de propriedade intelectual com as MPEs a partir da Lei de Inovação: o caso da PUC – RIO e UFRJ	71
MACÊDO FILHO, V. L. de. Políticas industriais e de ciência e tecnologia para inovação no Brasil: o caso do modelo de fomento da EMBRAPII	72
PENIDO, Patrícia Neves. O registro de desenho industrial no Brasil e no exterior como ferramenta de proteção legal à reproduzibilidade no design de joias	72
PINTO, Fábio Lopes. Estruturação de um núcleo de tecnologia e propriedade industrial na Companhia Siderúrgica Nacional: estudo de caso	72
SILVA, Jardel Pauber Matos e. Incubadoras de empresas do Centro-Oeste: a questão da propriedade intelectual	73
TAGLIARI, Carollina. O registro da exclusiva de topografia de circuito integrado: o caso do Brasil	73
 Defesas em 2017:	
ALMEIDA, Daniel Bartha de Mattos. O novo marco legal relacionado ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e seu impacto para a inovação nas ICTs	75
ALMEIDA, Fabiana Silva de. Prospecção tecnológica em documentos de patentes em brocas de perfuração de poços de petróleo	75

COLOMBO, Luiza Peres. O vento e o verde: uma ponderação sobre a implementação de um programa de patentes verdes regional a partir do estudo de caso da energia eólica.....	76
CORRÊA, Lenilton Duran Pinto. Convenção de arbitragem em contratos de propriedade intelectual de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) do setor de defesa nacional.....	76
DELPHIM, Vitor Pereira. Reflexões sobre a estrutura administrativa de inovação no Governo do Estado do Rio de Janeiro.....	77
DEUS, Suzana de Lima Rodrigues de. A informação patentária como ferramenta com vistas a subsidiar as decisões para a incorporação de novas tecnologias em saúde: uma análise a partir das perspectivas da CONITEC.....	77
KIRST, Rafael. Cooperação internacional Brasil-África subsaariana: uma análise comparada da política externa de propriedade intelectual dos governos FHC e Lula no setor de saúde	77
LIMA, Livia Sthefanie Gouvêa. Apuração de custos do Macroprocessos do INPI: Instrumento de transparência e gestão do gasto público	78
PERONGINI, Maria Fernanda Hosken de Souza. Aprisionamento tecnológico e uso da propriedade industrial em mercados secundários: um estudo de caso a partir da análise da “guerra das cápsulas de café”	78
ROCHA, Ilona Peyrotton da. A cooperação sul-sul em propriedade industrial: uma análise da atuação do INPI no Pós-Agenda do Desenvolvimento	78
SILVA, Ilane Magalhães. Análise dos critérios de patenteabilidade de compostos enantioméricos isolados com enfoque no medicamento Lipitor	79

Defesa em 2018:

SANTOS, Cristina Cunha. Percepção dos pesquisadores da UFRRJ sobre o processo de inovação e o NIT: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.....	81
---	----

DOUTORADO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

Defesa em 2015:

CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. **Indicação geográfica na imprensa: cenários e desafios.....83**

Defesas em 2017:

HÄSNER, Cecília Anita Domjan. **Avanços tecnológicos no padrão de produção de mudas de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2006.....84**

PINTO, Ana Paula Gomes. **Patentes e mudanças climáticas: um estudo sobre as políticas públicas prioritárias de tecnologias ambientais no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e no Escritório Europeu de Patentes (EPO).....84**

SARAIVA, Elaine Vianna. **Estratégias de uso de dados contidos nos documentos de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil.....85**

VIEIRA, Eliciana Selvina Ferreira Mendes. **O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a partir da visão de comunidades universitárias selecionadas na cidade do Rio de Janeiro 85**

Defesa em 2018:

MOTTA, Fernando Previdi. **Da função distintiva do nome comercial.....87**

Índice por autor

ABREU, Marcus Vinícius Barcellos de. A importância da produção científica da EMBRAPA como fonte de informação tecnológica	49
ACUNHA, Sílvia, Trisch dos Santos. Os núcleos de inovação tecnológica: o caso da Universidade Federal de Pelotas	70
ALMEIDA, Daniel Bartha de Mattos. O novo marco legal relacionado ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e seu impacto para a inovação nas ICTs	75
ALMEIDA, Elisa Farias Sauwen de. Indicação geográfica para cacau brasileiro: potencialidades e desafios	49
ALMEIDA, Fabiana Silva de. Prospecção tecnológica em documentos de patentes em brocas de perfuração de poços de petróleo	75
AMARAL, Daniel Giacometti. Estudo prospectivo do patenteamento em nanotecnologia no Brasil: uma análise da cadeia de valor	70
ARAGON, Luciene Gregório. As instituições e a difusão dos sinais distintivos coletivos: marcas coletivas e indicações geográficas	44
AZEVEDO, Manuel Dias de. O registro de sinais nominativos sugestivos como marca de produto ou de serviço no direito brasileiro	44
BARBOSA, Neila Cristina dos Santos. Plantas aromáticas do herbário João Murça Pires do Museu Paraense Emílio Goeldi: uma análise da utilização por meio de documentos de patente	44
BARBOSA, Patrícia Maria da Silva. A importância do uso de sinais distintivos coletivos: estudo de caso da indicação de procedência "Paraty" do estado do Rio de Janeiro - Brasil	35
BERGAMASCHI, Alessandro Bunn, Estudo sobre o impacto do sistema eletrônico e-marcas no processo de pedido de registro de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI	62
BEYRUTH, Viviane Barbosa. O "significado secundário da marca" : quando a marca fraca se torna forte: análise do Instituto à luz da legislação e doutrina estrangeira	22
BORSATTO, Cátia Zanei. Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e a sua relação com a Constituição da República e leis infraconstitucionais	50
BRAGA, João Jackson Batista. Contribuição da propriedade industrial para inovação no processo estandardização da FIAT Automóveis Brasil	56
BRANDÃO, Juliana Morcelli. Sistema regional de inovação do Vale do Submédio São Francisco: o caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF	45
BUCASIO, Rachel de Paiva. Análise da registrabilidade de sinais como marcas de produto farmacêutico no Brasil observando as recomendações da Organização Mundial da Saúde	35

CABRAL, Alexandre Moura. Proposta de estrutura analítica para suporte a projetos de preparação e consolidação de indicações geográficas de produtos agropecuários	36
CALLIARI, Maria Alice Camargo. A questão da genericidade no âmbito das indicações geográficas	22
CAMPOS, Isabel Felicidade Aires. Estudo comparativo entre os mecanismos de criação dos núcleos de informação tecnológica industrial, dos núcleos de apoio ao patenteamento/escritórios de transferência de tecnologia e dos núcleos de inovação tecnológica	56
CARTAXO, Rodrigo José Ávila. Metodologia de priorização para produção nacional dos medicamentos pertencentes à lista do Sistema Único de Saúde	36
CARVALHO, André Carneiro da Cunha. Desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e cooperação internacional: o caso da rede de promoção do desenvolvimento de agroindústrias não tradicionais dedicadas a recursos ibero-americanos do Programa CYTED	23
CARVALHO, Lívia de Almeida. Sistema tradicional ou Protocolo de Madrid: informações e método para tomada de decisão	23
CASTRO, Luisa Rezende. Os ativos de propriedade industrial na formação de joint ventures: recomendações para a indústria farmacêutica	50
CASTRO, Priscila Balloussier de. Marcas: gestão e proteção legal no setor de HPCC, um estudo comparativo entre as empresas o Boticário e Natura a partir do banco de dados do INPI	36
CASTRO, Viviane Freitas de Castro. Análise do cenário técnico-científico mundial: um estudo de caso em Leishmaniose	45
CERQUEIRA, Ariane Cedraz de. O papel dos instrumentos de proteção de tecnologia nas pequenas e médias empresas da Rede de Petróleo e Gás de Sergipe nos anos 2000	56
CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. Indicação geográfica na imprensa: cenários e desafios	83
COLOMBO, Luiza Peres. O vento e o verde: uma ponderação sobre a implementação de um programa de patentes verdes regional a partir do estudo de caso da energia eólica	76
CORRÊA, Lenilton Duran Pinto. Convenção de arbitragem em contratos de propriedade intelectual de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) do setor de defesa nacional	76
COSTA, Vanise Baptista da. A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca no estado do Rio de Janeiro	57
CRUZ, Luiz Fernando Pereira da. O plano Brasil maior e a estratégia nacional de defesa: convergência de políticas públicas industriais e educacionais para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional do Brasil	70
CUNHA, Renata Cavalcante Carneiro da. Demandas das expressões de propaganda e suas proteções	57

DELPHIM, Vitor Pereira. Reflexões sobre a estrutura administrativa de inovação no Governo do Estado do Rio de Janeiro	77
DEUS, Suzana de Lima Rodrigues de. A informação patentária como ferramenta com vistas a subsidiar as decisões para a incorporação de novas tecnologias em saúde: uma análise a partir das perspectivas da CONITEC	77
DIAS, Eduardo Tibau de Vasconcellos. Autoria e titularidade nas obras colaborativas	46
EICHIN, Ana Cristina Novaes. Análise do portfólio das patentes da Petrobrás concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO)	24
FALCÃO, Noélia Lucia Simões. Análise de viabilidade econômico-financeira de projeto tecnológico: um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	62
FARIA, Adriana Xavier de. O ensino da propriedade intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições	37
FARIA, Rafael dos Santos Viveiros de. Marcas coletivas como ferramenta de diferenciação de arranjos produtivos locais: o caso do pólo de moda íntima de Nova Friburgo	38
FERRAZ, Anna Paula Barbosa. Uma avaliação da propriedade industrial no setor farmacêutico nacional mediante o sistema de patentes vigente aliado aos esforços para a inovação considerando os esforços para o setor	24
FERREIRA, Ana Maria. A inovação e a apropriação do conhecimento na aquicultura brasileira	50
FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. Possíveis impactos da alteração da lei de cultivares, tendo como base as diretrizes da convenção de 1991 da UPOV	25
FILIPINO, Talita Duarte. A influência da marca na prescrição médica do sistema público de saúde federal do Rio de Janeiro	58
FRANÇA, Everaldo de. Utilização de instrumento de propriedade industrial para fitoproductos: um caminho para a proteção de direitos e para a valorização de conhecimentos locais associados à biodiversidade	58
FREITAS, Marcos Augusto do Valle. O uso estratégico de portfólios de patentes e seu impacto na inovação: uma análise da indústria de smartphones	59
GAMA, Sonia Cristina Sequeira. Estudo sobre o impacto das ocorrências relacionadas com o licenciamento compulsório de patentes farmacêuticas: análise dos casos ocorridos no Brasil	38
GILABERTE, Thalissa Pádua. Projeto piloto de aliança estratégica pública e privada EMBRAPÍI: os desafios diante dos direitos de propriedade intelectual e as oportunidades para melhor interação entre os setores público e privado no Brasil	63
GRANTHON, Andrea Santos. Análise do processo de inovação no setor farmacêutico brasileiro: estudo de caso de três empresas de capital brasileiro	30

GUIMARÃES, Adriana Castello. O papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no processo de capacitação em propriedade intelectual no Brasil de 2004 a 2011	51
GUIMARÃES, Susana Serrão. Proteção legal do desenho industrial: entendimentos, conflitos e implicações dos requisitos de novidade e originalidade	25
HÄSNER, Cecília Anita Domjan. Avanços tecnológicos no padrão de produção de mudas de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2006	84
HÄSNER, Cecília Anita Domjam. Monitoramento tecnológico sobre a produção de biodiesel a partir de óleo residual de fritura	25
KIRST, Rafael. Cooperação internacional Brasil-África subsaariana: uma análise comparada da política externa de propriedade intelectual dos governos FHC e Lula no setor de saúde	77
KUBRUSLY, José Cristóvam Sauáia. O contexto histórico da aprovação da Lei da Propriedade Industrial, e suas consequências: os estudos dos critérios de análise, avaliação da constitucionalidade e da possibilidade de nulidade das patentes pipelines	30
LAFORET, Maria Regina Capdeville. A transferência de tecnologia de processos de produção de fertilizantes organominerais: pesquisa-ação sobre uma parceria público-privada	51
LAUAR, Ricardo Scofield. O licenciamento dos direitos de propriedade intelectual com as MPEs a partir da Lei de Inovação: o caso da PUC – RIO e UFRJ	71
LIMA, Daniela Fortunato Barbosa. O avanço e os desafios do sistema regional de inovação de fitoterápicos no estado do Amapá e o uso da propriedade intelectual	46
LIMA, Esther Lins. Aspectos jurídicos relativos à titularidade de patentes resultantes de alianças estratégicas para inovação entre universidade e empresa à luz da Lei de Inovação brasileira	39
LIMA, Leila Valle de Albuquerque. Tradição que passa de pele em pele: estudo multicasos sobre a gestão de marcas de cosméticos tradicionais no mercado brasileiro	39
LIMA, Livia Sthéfanie Gouvêa. Apuração de custos do Macroprocessos do INPI: Instrumento de transparência e gestão do gasto público	78
LOPES, Érica da Silva Souza. Monitoramento científico e tecnológico no setor saúde: testes para triagem laboratorial do vírus da hepatite 'B' em hemoterapia	40
MACÊDO FILHO, V. L. de. Políticas industriais e de ciência e tecnologia para inovação no Brasil: o caso do modelo de fomento da EMBRAPII	72
MALAGRICI, Marcos. O desenvolvimento do sistema contemporâneo de patentes brasileiro e a evolução do patenteamento no país no período de 1970 a 2004	26
MANZUETO, Cristiane Santos. Requisitos objetivos para apuração da distintividade nos conflitos judiciais envolvendo o Trade Dress do produto	41
MARTINS, Renata Gontijo Sant'anna Silva. Proteção legal ao design: o caso do Centro eData da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais	26

MELO, Renato Dolabela. Instrumentos legais de repressão ao abuso praticado por meio de patentes e desenhos industriais	21
MENDES, Lídia Maria da Silva Schrago. A reestruturação dos serviços de informação tecnológica do Instituto Nacional de Tecnologia (INT): subsídios para a inovação	47
MENDONÇA, Marianna Gomes Furtado de. Marcas e serviços de links patrocinados: investigação da ocorrência de violação marcária pelo sítio de busca	41
MOTTA, Fernando Previdi. Da função distintiva do nome comercial	87
NASCIMENTO, Renato Cirne Oliveira. A execução pública de música na tv por assinatura	41
NATAL, Larissa Amaral Clarindo. Marca, inovação e pioneirismo: o desafio das marcas de empresas brasileiras no mercado internacional de etanol	27
NICOL, Ricardo Frederico. Relação entre os tipos de inovação Schumpterianos e os tipos de inovação da terceira edição do Manual de Oslo	27
NUNES, Silvia de Castro Pereira. Estratégias de apropriação do conhecimento pelas empresas de software e serviços no Brasil	27
OLIVEIRA, Heloísa Cortiani de. Apropriabilidade dos ativos intangíveis como vantagem competitiva - estudo de caso: empresa de pequeno porte no setor químico - HPPC do estado do Paraná no período de 1990 a 2008	28
OLIVEIRA, Sônia de. Gestão da propriedade industrial no modelo de inovação aberta: o caso da Petrobras	52
ORTIZ, Luiz Rodolfo de Aragão. Busca de patentes em óleos essenciais como defensivos agrícolas alternativos em contexto agroecológico orgânico familiar e segurança alimentar	52
PEIXOTO, Thiago Sousa Guimarães. Levantamento tecnológico para a área de educação a partir de literatura patentária	63
PENIDO, Patrícia Neves. O registro de desenho industrial no Brasil e no exterior como ferramenta de proteção legal à reproduzibilidade no design de joias	27
PERONGINI, Maria Fernanda Hosken de Souza. Aprisionamento tecnológico e uso da propriedade industrial em mercados secundários: um estudo de caso a partir da análise da “guerra das cápsulas de café”	78
PINHEIRO JUNIOR, David Pinheiro. Transferência de tecnologia entre ICT e empresas: ênfase na valoração dos ativos intangíveis	59
PINTO, Ana Paula Gomes. Patentes e mudanças climáticas: um estudo sobre as políticas públicas prioritárias de tecnologias ambientais no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e no Escritório Europeu de Patentes (EPO)	84
PINTO, Ana Paula Gomes. As patentes de revalidação (Pipelines): um estudo sobre a prorrogação dos prazos de proteção nos produtos e processos farmacêuticos	47

PINTO, Fábio Lopes. Estruturação de um núcleo de tecnologia e propriedade industrial na Companhia Siderúrgica Nacional: estudo de caso	72
PRADO, Elaine Ribeiro do. A apropriação do trabalho criativo no direito brasileiro	31
REIS FILHO, Paulo de Oliveira. O Baile charme do viaduto de Madureira na perspectiva da economia criativa	53
ROCHA, Iloana Peyronon da. A cooperação sul-sul em propriedade industrial: uma análise da atuação do INPI no Pós-Agenda do Desenvolvimento	78
RODRIGUES, Tenille Souza. A gestão de PI na FAPEMIG e o incentivo à inovação tecnológica	31
ROIZMAN, Maysa Blay. Estudo de caso da indicação geográfica do Cariri Paraibano	64
SANCHEZ, Rodrigo Arruda. Incentivo fiscal à inovação: análise da (in)adequação da lei 11.196/2005	53
SANTOS, Cristina Cunha. Percepção dos pesquisadores da UFRRJ sobre o processo de inovação e o NIT: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	81
SANTOS, Deuzanira Lima dos. Gestão do portfólio de tecnologias licenciáveis do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	64
SANTOS, Evanildo Vieira dos. Estudo do uso de literatura científica no exame de patente da área de biotecnologia no INPI do Brasil	32
SANTOS, Marcos Quintanilha. A proteção do conhecimento gerado nas instituições de ciência e tecnologia brasileiras: o caso dos aerogeradores	53
SARAIVA, Elaine Vianna. Estratégias de uso de dados contidos nos documentos de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil	85
SARAIVA, Elaine Vianna. Marca ou produto? Um estudo semiológico sobre o fenômeno da degenerescência das marcas	28
SCHMIDT, Ingrid Jensen. Mediação de conflitos de marcas na esfera administrativa	60
SEKEFF, Andréa Thomé. A percepção do empresário fluminense de pequenos negócios sobre o processo de registro de marcas por meio do programa SEBRAETEC	65
SILVA, André Roberto dos Santos. A cooperação técnica entre as Forças Armadas e o setor acadêmico: um estudo sobre os escritórios da Marinha do Brasil localizados em universidades federais	66
SILVA, Anna Karina Mendes da. Estratégias competitivas do setor de confecção de vestuário, amparadas por direitos de propriedade intelectual: um estudo de caso de uma microempresa	54
SILVA, Elisângela Santos da. O processo de integração do Mercosul: possibilidades de harmonização jurídica em matéria de marcas e de criação de uma marca regional	42

SILVA, Giselle Azevedo Pereira da. A liberdade de operar nos limites da tecnologia farmacêutica desejada	66
SILVA, Ilane Magalhães. Análise dos critérios de patenteabilidade de compostos enantioméricos isolados com enfoque no medicamento Lipitor	79
SILVA, Jardel Pauber Matos e. Incubadoras de empresas do Centro-Oeste: a questão da propriedade intelectual	73
SILVA, Sibelle de Andrade Silva. Uso de buscas de patentes na área de processamento mineral: um estudo de caso direcionado para a construção de panoramas tecnológicos sobre processos de produção de cobre	32
SOARES, Alexandre Pinhel. Nanotecnologia no setor elétrico: um estudo prospectivo	60
SOARES, Thais Talita Ferreira. Do protecionismo ao novo desenvolvimento: a indústria farmoquímica brasileira	55
SOUZA, Deborah Portilho Marques de. A propriedade intelectual na indústria da moda: formas de proteção e modalidades de infração	66
SOUZA, Fernando Cassibi de. O posicionamento do governo brasileiro nas negociações relativas ao tratado substantivo em matéria de patentes – SPLT: desdobramentos e perspectivas	42
SOUZA, William Augusto Rodrigues de. Mecanismo inteligente semi automático para identificação e monitoramento de informações sobre fármacos e medicamentos	48
SOUZA BRITTO, André Luiz de. Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP): contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor petrolífero atuante no Brasil	55
SUSTER, Raul. A Lei nº. 9.279/96 - Lei da Propriedade Industrial, sua influência no cenário nacional de patenteamento de fármacos	29
TAPAJÓS, Sônia Iracy Lima. Contribuições para a melhoria de indicadores de propriedade intelectual: uma avaliação da atuação dos núcleos de inovação tecnológicas do Amazonas	42
VILLELA, Taís Nasser. A gestão da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação de empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ	43
TAGLIARI, Carollina. O registro da exclusiva de topografia de circuito integrado: o caso do Brasil	73
TOMA, Sandra Barioni. Característica de inovação tecnológica e de esforço inovativo do setor farmacêutico veterinário brasileiro levantamento de indicadores através da tabulação especial da pesquisa PINTEC 2005 e de um estudo de caso	33
TRAVISANI CARDOZO, Sinara. Patentes farmacêuticas e a aplicação técnica da Doutrina dos Equivalentes	67

VALBUZA, José Cláudio. O uso estratégico dos direitos de propriedade intelectual nas atividades agrícolas dos Institutos Federais - o caso da cadeia produtiva do café na perspectiva do IFES campus Itapina	68
VIANA, Marcelo Nascimento. Estudo de caso do desenvolvimento de medicamento fitoterápico inovador e dos instrumentos adotados para sua proteção intelectual.....	61
VIEIRA, Eliciana Selvina Ferreira Mendes. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a partir da visão de comunidades universitárias selecionadas na cidade do Rio de Janeiro	85
VON RANKE, Natalia Lidmar. Prospecção tecnológica na base integrity em documentos de patentes na área de biotecnologia com foco em câncer.....	68
WOLDAYNSKY, Ana Paula Affonso Brito. O papel dos contratos de transferência de tecnologia na relação universidade-empresa e seu papel no processo de inovação nas parcerias entre universidades e empresas: estudo de caso INOVA UNICAMP	33

RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

DEFESA EM 2008

MELO, Renato Dolabela. **Instrumentos legais de repressão ao abuso praticado por meio de patentes e desenhos industriais.**

Orientador: João Marcelo de Lima Assafim.

RESUMO: Estudo dos instrumentos jurídicos de repressão ao abuso de direitos de patente e desenho industrial, tendo em vista os objetivos constitucionais relativos à propriedade intelectual, à defesa da ordem econômica e do consumidor. Dentro do contexto do Sistema Nacional de Inovação, com análise do papel dos agentes inovadores, do Estado e da legislação nacional, são conceituados os institutos da patente e do desenho industrial, destacando seus aspectos principais, e definidos os parâmetros para configuração do exercício abusivo das práticas de abuso, são destacados os instrumentos jurídicos de repressão destinados a assegurar o atendimento de finalidades referentes ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país, atendido, ainda, o interesse social. É promovido estudo de casos destinados a ilustrar a aplicação prática de cada instrumento jurídico apresentado, com a análise crítica do resultado observado, até o momento, em cada uma das situações expostas.

DEFESAS EM 2009

BEYRUTH, Viviane Barbosa. O "significado secundário da marca": quando a marca fraca se torna forte: análise do Instituto à luz da legislação e doutrina estrangeira.

Orientador: José Carlos Vaz e Dias.

RESUMO: A presente dissertação tem por objetivo a análise do instituto da significação secundária da marca, que é fenômeno pelo qual um sinal, inicialmente desprovido de caráter distintivo, consegue alcançar o status de sinal registrável como marca mediante o reconhecimento do público que, através de um processo psicológico, passa a visualizar tal sinal como identificador de um determinado produto e/ou serviço bem como da respectiva, específica e única fonte, mesmo que anônima. Tal estudo se faz importante por ser uma forma de proteção à propriedade intelectual, bem como aos investimentos de inúmeros empreendedores nacionais. Diante da possibilidade de aquisição de distintividade tardia ou posterior, constitui problema central da dissertação a verificação da viabilidade de aplicação da significação secundária de marcas consideradas "fracas". Para isto, caberão reflexões no que pesem a definição das marcas fracas e fortes, quando ocorre a significação secundária e as diversas situações onde sua aplicação pode ser viável ou não, de acordo com o estudo da legislação e doutrina estrangeira (EUA e Europa), bem como os requisitos e provas que podem ser cabíveis para sua aplicação. Embora o Brasil disponha deste instituto em seu ordenamento legal vigente, por meio da Convenção da União de Paris, não é amplamente utilizado por não ser interpretado de forma adequada. Este estudo insere-se na área de concentração do Direito da Propriedade Intelectual, especificamente no Direito Marcário e busca definir propostas de testes objetivos para aferição dos requisitos do significado secundário com base nas lições das experiências dos sistemas marcários europeu e norte-americano. O trabalho divide-se em quatro partes básicas. Na primeira, apresenta-se uma visão introdutória dos conceitos, funções e origens fundamentais do direito marcário e da inserção do instituto da significação secundária no ordenamento jurídico internacional. Na segunda parte, conduz-se ao estudo da distintividade intrínseca e adquirida, requisitos essenciais para o registro marcário, noções de semiologia, necessidade de aplicação do significado secundário e conceituação das diversas categorias de marcas para verificação da viabilidade de aplicação deste instituto. Na terceira parte, conduz-se uma análise do fenômeno de mutação, a viabilidade, requisitos, indagações e provas para aferição da aplicabilidade da significação secundária e apresentação das decisões que foram decisivas (leading cases) para ilustrar a construção de conceitos, requisitos e linhas de raciocínio utilizadas do direito comparado, principalmente no que se refere ao direito europeu (marca comunitária). Por fim, estuda-se o enquadramento do instituto no direito brasileiro e busca-se verificar a possibilidade de aplicação mediante uma aferição objetiva com base nas lições dos sistemas estudados. Na conclusão, analisa-se a importância do estudo para proteção marcária, garantido o equilíbrio e os objetivos do sistema marcário brasileiro.

CALLIARI, Maria Alice Camargo. A questão da genericidade no âmbito das indicações geográficas.

Orientador: Denis Borges Barbosa.

RESUMO: A presente dissertação discute a questão da genericidade no âmbito das indicações geográficas, considerando o valor social, econômico e cultural desse signo distintivo. Competição desleal, free-riding e falsificação surgem como grandes ameaças à preservação da identidade das indicações geográficas e uma das causas predominantes de sua degenerescência. Filosofias diversas, no que respeita ao entendimento conceitual das indicações geográficas, levam dois grandes blocos, liderados, um pelos Estados Unidos e outro pela União Europeia, a uma batalha por termos como Parma, Chablis, Champagne, entre outros, que afeta as aduanas dos membros signatários do TRIPS,

impactando negativamente no comércio internacional. Estudos de casos práticos relativos à genericidade ocorridos na União Europeia, como o caso Feta, e nos Estados Unidos, com o caso Sidamo, assim como a jurisprudência brasileira afeta ao uso genérico, como aquelas referentes ao Cognac e à Champagne, demonstram os critérios utilizados para determinação da existência ou não da genericidade, que foram aplicados em estudo de caso hipotético relativo à denominação de origem mexicana Tequila, no Brasil. É fundamental que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entidade responsável pelo registro das indicações geográficas no Brasil, estabeleça critérios relativos à determinação da genericidade das indicações geográficas, para que possa emitir decisões transparentes e objetivas, contribuindo para garantir sua credibilidade institucional na matéria.

CARVALHO, André Carneiro da Cunha. Desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e cooperação internacional: o caso da rede de promoção do desenvolvimento de agroindústrias não tradicionais dedicadas a recursos ibero-americanos do Programa CYTED.

Orientador: Dirceu Yoshikazu Teruya.

RESUMO: Diante das questões do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Inovação e Cooperação Internacional no contexto da Inovação e desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil e considerando o papel da cooperação internacional, esta pesquisa discorre sobre a capacidade do Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CYTED, no que diz respeito a proporcionar a difusão de novas tecnologias, através da identificação dos mecanismos os quais possibilitam sua ocorrência. Sabe-se que incentivos gerados através de programas de cooperação internacional, como é o caso do Programa CYTED, através do qual são disponibilizados mecanismos que possibilitam a realização de projetos cooperativos internacionais entre empresas e centros de pesquisa, alimentam a discussão sobre como ocorre a difusão de novas tecnologias geradas no âmbito do referido Programa. Assim, o objetivo deste estudo de caso foi identificar e descrever a ocorrência de interações entre universidades e empresas participantes da Rede CYTED de Promoção do Desenvolvimento de Agroindústrias não Tradicionais Dedicadas a Recursos Vegetais Ibero-americanos, explorando aspectos referentes aos resultados (propriedade intelectual, spin-offs, transferência de tecnologia, formação de recursos humanos) gerados pelos agentes da rede, bem com à capacidade do Programa CYTED, atuando como catalisador de recursos para suporte às atividades de ciência, tecnologia e inovação, através da promoção de atividades de cooperação internacional em âmbito Ibero-americano. Mesmo sendo a cooperação internacional um mecanismo válido para a geração de conhecimento, verificou-se que há determinadas limitações que persistem nas redes, quanto à apropriação dos seus resultados. Palavras chaves: cooperação internacional, Programa CYTED, ciência, tecnologia e inovação.

CARVALHO, Livia de Almeida. Sistema tradicional ou Protocolo de Madrid: informações e método para tomada de decisão.

Orientador: Denis Borges Barbosa.

RESUMO: Nos últimos anos temos presenciado uma vasta discussão sobre a possibilidade da adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, um sistema facilitado de registro internacional de marcas nos seus 80 países-membros. O assunto já foi bastante discutido pelos agentes interessados: empresários, advogados e agentes da propriedade industrial e governo e parece ser uma realidade iminente. A recomendação da adesão brasileira ao protocolo de Madri está hoje na Casa Civil da Presidência da República, que deverá elaborar um Projeto de Lei para votação pelo Congresso Nacional, com as alterações necessárias na legislação brasileira a fim de adaptá-la as determinações do Protocolo de Madri. Desta maneira, com a iminência da adesão ao protocolo de Madri, as empresas brasileiras

possuirão mais uma alternativa para o registro internacional de suas marcas, além do depósito isolado país a país e da marca comunitária europeia (Sistema Tradicional). A doutrina aponta três principais benefícios do Protocolo de Madri em relação ao Sistema Tradicional: redução da burocracia do processo de registro, do tempo entre o depósito e o deferimento do pedido de registro e dos custos com taxas e advogados ou agentes de propriedade industrial. Com base nesses benefícios apontados pela doutrina, a mídia brasileira fez diversas divulgações induzindo o público à conclusão de que o Protocolo de Madri é a maneira mais eficiente de marcas no exterior. Acontece que os benefícios apresentados pelo Protocolo de Madri em relação ao Sistema Tradicional são relativos e não absolutos, dependendo, assim, de cada caso concreto. Desta forma, aqueles que querem proteger suas marcas no exterior devem sempre fazer uma análise custo-benefício antes de decidir pelo sistema Tradicional ou Pelo Protocolo de Madri.

EICHIN, Ana Cristina Novaes. Análise do portfólio das patentes da Petrobrás concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO).

Orientadora: Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: As patentes de titularidade da PETROBRAS concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO) foram analisadas quanto a sua distribuição no período de 1976 a 2009, quanto aos países onde foram feitos os primeiros depósitos, quanto a Classificação Internacional de Patente e quanto aos principais inventores, com o objetivo de se ter uma avaliação quantitativa do seu portfólio de patentes. As 213 patentes recuperadas foram também analisadas quanto às citações que receberam de patentes posteriores. As dez patentes mais citadas foram objeto de um estudo mais detalhado, no qual foram examinadas as relações de cada uma com as patentes que a citaram. Foi possível identificar as patentes da PETROBRAS mais relevantes sob o ponto de vista tecnológico.

FERRAZ, Anna Paula Barbosa. Uma avaliação da propriedade industrial no setor farmacêutico nacional mediante o sistema de patentes vigente aliado aos esforços para a inovação considerando os esforços para o setor.

Orientadores: Liane Elizabeth Caldeira Lage e Eduardo Winter.

RESUMO: Com a entrada em vigor da nova Lei da Propriedade Industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996, criada nos moldes de TRIPS, e com a introdução dos medicamentos genéricos no mercado nacional por força da Lei nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999, a indústria farmacêutica brasileira tornou-se alvo de inúmeros e intensos debates acerca de questões relacionadas com a legislação patentária e o acesso a medicamentos. Em contrapartida, são observadas várias ações de incentivo a inovação no cenário nacional, principalmente em prol do fortalecimento da indústria farmacêutica nacional. Sendo assim, o presente estudo avaliou a atuação da indústria farmacêutica nacional através dos direitos de Propriedade Industrial – DPI, no período pós TRIPS, discutindo a sistemática atual do regime de Propriedade Industrial direcionada as patentes farmacêuticas considerando o impacto ocasionado pela introdução dos genéricos no mercado nacional, bem como os incentivos para a inovação no setor. Através do presente estudo foi possível identificar um crescimento discreto no número de depósitos nacionais de pedidos de patentes da área farmacêutica. Também foram identificados depósitos de pedidos de patentes de empresas farmacêuticas fabricantes de genéricos, demonstrando uma nova tendência para o setor.

FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. Possíveis impactos da alteração da lei de cultivares, tendo como base as diretrizes da convenção de 1991 da UPOV.

Orientadores: Sérgio Medeiros Paulino de Carvalho e Eduardo Winter.

RESUMO: O Brasil ratificou o TRIPS em 1994, se comprometendo a num prazo de no máximo 5 anos promulgar uma lei que protegesse as novas variedades vegetais. Com isto em 1997 o país edita a Lei nº 9.456 – Lei de Proteção de Cultivares; referida lei possui preceitos contidos na Ata de 1978 e 1991 da UPOV, apesar do Brasil ter aderido a Ata de 1978 da UPOV. nos últimos anos alguns países, em sua maioria países desenvolvidos, tem alterado as suas Atas de adesão, passando a adotarem os preceitos da Ata de 1991 da UPOV em suas legislações internas. Assim, são analisadas as possíveis alterações que poderão ocorrer na legislação brasileira, caso o Brasil adote os preceitos contidos na Ata de 1991 da UPOV com relação à proteção de cultivares. Desta forma, verifica-se que as possíveis alterações versarão sobre: a possibilidade de dupla proteção, ampliação do prazo de proteção, ampliação da proteção até o produto final e a exceção do agricultor. Além das alterações foram verificados quais seriam os possíveis impactos que estas modificações poderiam trazer ao mercado de sementes do país, para tanto o mercado de sementes foi dividido em 6 grupos: grãos, flores, frutas, hortaliças, eucalipto e cana-de-açúcar; verificou se dentro destes grupos quais eram as culturas que mais cultivares protegidas tinham e dentro destas quais eram as mais empresas que mais possuíam cultivares protegidas. Assim, com base nas possíveis alterações foi elaborado um questionário que abordasse os possíveis impactos, sendo o mesmo aplicado às empresas selecionadas.

GUIMARÃES, Susana Serrão. Proteção legal do desenho industrial: entendimentos, conflitos e implicações dos requisitos de novidade e originalidade.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: A recompensa dada a um autor de um objeto cuja forma plástica o distingue de outros objetos com a mesma função é poder impedir que o design do seu objeto seja copiado ou imitado em suas características originais. Esta prerrogativa de coibir a cópia não autorizada de um objeto industrial é obtida por meio da propriedade industrial. O objeto legalmente registrado terá a vantagem econômica da diferenciação no mercado. Independente do funcionamento do objeto, sua forma plástica ornamental poderá ser protegida pelo registro de desenho industrial. Para atender aos requisitos necessários desta proteção no Brasil, o objeto do pedido de registro deverá possuir uma configuração nova e original em sua forma externa, além de servir de tipo de fabricação industrial. Os requisitos de novidade e de originalidade, quando entendidos como sinônimos, permitem que a cópia disfarçada de um objeto distinto de outros existentes esteja também protegida legalmente. Considerando que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial concede registro de desenho industrial observando o desenvolvimento econômico e social do país, o direito de exclusividade de exploração de um design, em nosso país, deverá ser concedido apenas às criações novas e originais. Este trabalho tem a finalidade de discutir sobre os entendimentos relativos aos requisitos de novidade e de originalidade, essenciais para a proteção do desenho industrial, e suas implicações.

HÄSNER, Cecília Anita Domjam. Monitoramento Tecnológico sobre a produção de biodiesel a partir de óleo residual de fritura.

Orientadores: Zea Duque Vieira Luna Mayerhoff e Eduardo Winter.

RESUMO: A produção do biodiesel no mundo e no Brasil vem aumentando nos últimos anos fruto da preocupação ambiental. A utilização de óleos residuais de fritura como insumo do biodiesel é uma alternativa viável economicamente, mas existe pouca informação sobre as rotas tecnológicas

utilizadas. O monitoramento tecnológico via análise de patentes permite compreender seu desenvolvimento tecnológico e agregar valor ao conhecimento tecnológico. A metodologia seguiu a seguinte ordem: i) escolha da base; ii) definição de parâmetros de busca; iii) coleta de dados; iv) análise quantitativa e qualitativa dos documentos; e v) tratamento dos dados. O levantamento de patentes foi realizado na base do Derwent Innovation Index. A utilização da Classificação Internacional de Patentes não permitiu compreender por si só a complexidade de campos tecnológicos descritos nos documentos de patentes, sendo necessário uma análise qualitativa dos dados recuperados. Os resultados mostraram um aumento no número de documentos ao longo do tempo, sendo mais expressivos depois de 2002, bem como uma grande dispersão de atores representados pela participação de diferentes países de origem dos depositantes e inventores. Os resultados também apontaram para a predominância do processo químico via rota metílica e um baixo número de documentos relacionados ao pré-tratamento do óleo residual de fritura. A partir dos resultados obtidos foi possível concluir que: a riqueza da informação tecnológica se encontra nos documentos de patentes; os esforços de inovação estão concentrados no emprego de uma ampla variedade de processos tecnológicos e catalisadores; as rupturas tecnológicas podem ocorrer no emprego do álcool em estado supercrítico e de catalisadores enzimáticos; existe uma necessidade de pesquisas para melhorar e normalizar a qualidade da matéria prima, com a finalidade de diminuir dificuldades e número de etapas do processo. O estudo permite fazer a seguinte sugestão: fortalecimento de um Sistema Nacional de Inovação no setor do biodiesel contemplando ações para fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação no uso de óleos residuais de fritura.

MALAGRICI, Marcos. O desenvolvimento do sistema contemporâneo de patentes brasileiro e a evolução do patenteamento no país no período de 1970 a 2004.

Orientador: Alexandre Guimarães Vasconcellos.

RESUMO: Esse trabalho estuda as modificações globais introduzidas, ao longo dos anos, na forma de proteção dos direitos de propriedade intelectual - DPI e sua influência no desenvolvimento do sistema contemporâneo de patentes brasileiro e na evolução do patenteamento no país. O objetivo é identificar se a adoção pelo Brasil de um sistema forte de proteção à propriedade industrial teve influência no desenvolvimento das atividades inovativas no país, por meio da análise das estatísticas de patentes, referente ao período compreendido entre 1970, início da construção do sistema contemporâneo de patentes no país, e 2004.

MARTINS, Renata Gontijo Sant'anna Silva. Proteção legal ao design: o caso do Centro eData da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: A proteção aos direitos de propriedade intelectual aplicados ao conhecimento gerado numa instituição de ensino exerce importante papel na definição das ações que visem ao desenvolvimento sócio-econômico de uma região, principalmente por garantir ao seu titular o seu reconhecimento no mercado ao qual está inserido através de mecanismos que, se não coibem, pelo menos dificultam o uso do conteúdo disponibilizado, sem sua autorização. Criação pela Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de divulgar o conhecimento produzido na academia, o Centro eData viu-se às voltas com a necessidade de definir o uso de um sistema de propriedade intelectual como prática obrigatória na disponibilização dos conteúdos pela Internet, garantindo assim o reconhecimento do autor e da instituição como geradores das inovações ali apresentadas. Para tanto foram pesquisadas na legislação nacional, as formas de proteção legal ao design aplicáveis ao material já e futuramente, armazenado no Centro eData tendo em vista a possibilidade de transferência dos

mesmos para a sociedade. Por fim, este estudo sugere os instrumentos jurídicos legais a serem utilizados na disponibilização de conteúdos através da Internet, elaborados a partir da dificuldade encontrada pelos atores na definição do uso de um sistema às necessidades da Escola de Design.

NATAL, Larissa Amaral Clarindo. **Marca, inovação e pioneirismo:** o desafio das marcas de empresas brasileiras no mercado internacional de etanol.

Orientador: Araken Alves de Lima.

RESUMO: Esta dissertação compara o posicionamento internacional pretendido para o etanol produzido por empresas brasileiras e sua imagem na mídia estrangeira. A partir desses elementos, também analisa as possíveis vantagens e dificuldades que os produtores nacionais terão para consolidarem suas marcas neste mercado em expansão, levando em consideração o desafio de gerenciar uma marca associada a um produto “verde”, cuja produção é historicamente marcada por problemas sócio-ambientais. Utilizam-se referências relativas às vantagens competitivas de marcas pioneiras e à função da marca no processo de proteção e apropriabilidade econômica das inovações. Isto porque o Brasil é reconhecido pelo pioneirismo na produção e utilização do etanol. Os atributos do posicionamento pretendido pela indústria nacional foram identificados a partir da análise dos materiais de promoção da imagem do etanol brasileiro voltados para o mercado externo. A imagem percebida pela imprensa estrangeira foi mapeada através da análise de 381 notícias publicadas pelas quatro maiores agências de notícias durante seis meses. A análise dos materiais e das notícias selecionadas sugere que o pioneirismo brasileiro na produção de etanol é um atributo chave tanto no posicionamento pretendido quanto na imagem mapeada. Entretanto, enquanto a sustentabilidade sócio-ambiental do etanol produzido no Brasil é fortemente explorada no seu posicionamento, a imagem nas agências internacionais de notícias ora associa este atributo ao setor de forma positiva, ora negativa. Com isto, a necessidade de tornar efetivamente perceptível este posicionamento revela-se como um importante desafio da gestão de marcas de empresas brasileiras neste mercado. O estudo mostrou que, embora o posicionamento pretendido aparentemente negligencie a liderança brasileira neste mercado, este atributo recebe uma ênfase expressiva da mídia, destacando-se como o atributo de associação mais forte com a imagem do etanol de empresas brasileiras. Observou-se, adicionalmente, que os atributos responsabilidade social e condições de trabalho são sistematicamente veiculados pela imprensa internacional de forma negativa, o que representa um risco para a gestão de marcas no setor.

NICOL, Ricardo Frederico. **Relação entre os tipos de inovação Schumpterianos e os tipos de inovação da terceira edição do Manual de Oslo.**

Orientadora: Elizabeth Ferreira da Silva.

RESUMO: Este estudo tem como principal objetivo mostrar que os quatro tipos de inovação propostos pelo Manual de Oslo podem se apoiar no referencial teórico de Schumpeter.

NUNES, Silvia de Castro Pereira. **Estratégias de apropriação do conhecimento pelas empresas de software e serviços no Brasil.**

Orientadora: Ana Maria Carneiro.

RESUMO: O software é um ativo intangível importante para empresas dos mais diversos segmentos da economia. Por ser um ativo de fácil reprodução, as empresas do setor de software e serviços precisam estabelecer estratégias de proteção do conhecimento gerado, como forma de garantir o retorno do investimento realizado. No âmbito da propriedade intelectual, o software é regido no Brasil.

pela lei 9.609/98, que estabelece sua natureza jurídica como direito autoral, e também, em alguns casos, vem sendo admitido pelo INPI o depósito de patentes de software, quando o mesmo soluciona um problema técnico novo. Diversas são as estratégias de proteção adotadas pelas empresas, que não se restringem à proteção jurídica. O presente trabalho tem por finalidade estudar as diferentes formas de proteção adotadas pelas empresas brasileiras do setor de software e serviços, seja por estratégias de proteção por mecanismos de propriedade intelectual seja por meios técnicos ou outras estratégias, variando de acordo com o modelo de negócio desenvolvido pela empresa.

OLIVEIRA, Heloísa Cortiani de. Apropriabilidade dos ativos intangíveis como vantagem competitiva - estudo de caso: empresa de pequeno porte no setor químico - HPPC do estado do Paraná no período de 1990 a 2008.

Orientadora: Elizabeth Ferreira da Silva.

RESUMO: Este estudo tem como principal objetivo identificar, como as empresas de pequeno porte do setor químico, de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) lidam com seus ativos intangíveis para adquirir competitividade. Para atingir esse objetivo fez-se um levantamento teórico, incluindo a teoria de Porter (1986) sobre as cinco forças competitivas, e uma análise SWOT da indústria de HPPC brasileira. Por fim, foi realizado um estudo de caso com uma empresa paranaense de pequeno porte desse setor. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista semi-estruturada na empresa. Como resultado, constatou-se que a empresa realiza uma razoável articulação de seus ativos diante dos recursos de que dispõe e das dificuldades atinentes ao seu porte, levando-se em conta, também, o ambiente em que está inserida e os padrões concorrenenciais do setor de HPPC.

SARAIVA, Elaine Vianna. Marca ou produto? Um estudo semiológico sobre o fenômeno da degenerescência das marcas.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: As marcas de produto ou de serviço são signos, uma vez que contêm significantes e significados. A abordagem semiológica instrumenta a discussão acerca das relações de significação que ocorrem entre esses elementos do signo. O significante é formado pela matéria perceptível que as marcas apresentam, sejam as palavras ou as imagens gráficas, assim como outras formas de expressão. O significado é todo conteúdo informacional contido no signo. O fenômeno da degenerescência é observado quando a marca, que originalmente tem o seu significado ligado a uma origem empresarial específica, passa a ser conhecida como um sinônimo do produto que deveria diferenciar no mercado. Este trabalho tem como fio condutor a ideia de que a degenerescência ocorre em decorrência do uso que o público faz das marcas que contêm em seus significantes palavras criadas com o fim de identificar determinados produtos, na sua maioria, inovadores. Assim, através da metodologia com base nas abordagens semiótica e semiológica, os principais teóricos da semiologia são apresentados de forma a alicerçar o estudo, a fim de apresentar a degenerescência como um fenômeno de (re)significação. Atrelada às contribuições da semiologia, o trabalho contém uma análise sobre a função distintiva da marca como sua principal característica, de modo a contribuir para uma eventual mudança legislativa que passe a reconhecer a degenerescência das marcas como fato impeditivo à manutenção da exclusividade sobre uma palavra utilizada pelo público como designativo de um produto.

SUSTER, Raul. A Lei nº. 9.279/96 - Lei da Propriedade Industrial, sua influência no cenário nacional de patenteamento de fármacos.

Orientadora: Zea Duque Vieira Luna Mayerhoff.

RESUMO: Esse estudo analisou os impactos ocorridos na indústria nacional de fármacos, ocasionados pela atual Lei de Propriedade Industrial – LPI, que entre outras mudanças, voltou a permitir o patenteamento de processos e produtos na área de fármacos. Foram levantados os pedidos de patente depositados no Brasil, por residentes e não residentes no setor farmacêutico, identificando os maiores depositantes de pedidos de patente neste setor no período compreendido entre os anos de 1987 e 2005. Os resultados mostraram a ocorrência de depósitos ao longo de todo o período pesquisado, passando de 2404 depósitos no período anterior à atual LPI para 21642 depósitos, após a entrada em vigor da LPI. A proporção entre os depósitos de residentes e não-residentes nos períodos mencionados foi de cerca de 2% e de 4%, respectivamente. A relação entre o número de pedidos de patentes dos maiores depositantes e o total de depósitos em cada período diminuiu de 48% para 36%, sendo que nenhum depositante brasileiro figurou entre os maiores depositantes dos dois períodos. Esse estudo permitiu concluir que as alterações na legislação de propriedade industrial, ainda que tenham modificado o perfil de patenteamento na área de fármacos pela indústria nacional nesse segmento, não foi suficiente para torná-la competitiva.

DEFESAS EM 2010

GRANTHON, Andrea Santos. Análise do processo de inovação no setor farmacêutico brasileiro: estudo de caso de três empresas de capital brasileiro.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: A inovação está presente em inúmeras empresas. Na indústria farmacêutica está relacionada com a configuração do setor, envolvendo novas idéias e informações aplicadas no desenvolvimento de algo novo ou aperfeiçoado. São várias as razões que as levam a investir em inovações, podendo estar associada à criação de novos produtos, processos, alcançar novos mercados ou manutenção dos que atuam, assumindo vantagens mercadológicas frente a suas concorrentes. É primordial conhecer em que área o setor farmacêutico nacional está inovando, fato este alcançado através do estudo de pedidos de patentes depositadas por três empresas de capital nacional. Os dados publicados pela Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) e a análise dos resultados apurados após a aplicação do questionário Audit, fruto do projeto Modelo de Gestão de Operações em Organizações Inovadoras (MGOOI), que envolve além do INPI, outras instituições de ensino formando uma rede de cooperação, incluindo apoio institucional da CAPES, através de bolsa de Mestrado fornecida para construção do trabalho, indicam um panorama diferenciado. Os dados da PINTEC apontam para uma evolução gradual e contínua na implementação de inovações na fabricação de produtos farmacêuticos, quando se analisa em conjunto os dados fornecidos pelas PINTECs de 2000, 2003, 2005 e 2008. Através do número de pedidos de patentes publicados pode-se perceber que as indústrias utilizam este mecanismo para proteger suas inovações. Com o estudo das classificações contidas nos pedidos de patentes verifica-se que o esforço inovativo da Fundação Oswaldo Cruz está voltado para a resolução de problemas típicos nacionais, uma vez que sua produção está relacionada com as necessidades governamentais. O esforço inovativo da Ourofino está voltado para a área de saúde animal, mais especificamente composições para o tratamento inflamatório no aparelho locomotor e formulações antiparasitárias. E por outro lado o esforço inovativo da Cristália foca no desenvolvimento de novos compostos, anestésicos, doenças de pele, peptídeos antialérgicos e antiinflamatórios, dentre outros. Para que o país consiga evoluir nesta área, é fundamental a participação do Estado, estimulando e auxiliando a busca por novos mecanismos e articulações.

KUBRUSLY, José Cristóvam Sauáia. O contexto histórico da aprovação da Lei da Propriedade Industrial, e suas consequências: os estudos dos critérios de análise, avaliação da constitucionalidade e da possibilidade de nulidade das patentes pipelines.

Orientador: Alexandre Guimarães Vasconcellos.

RESUMO: O presente trabalho analisou a presença dos pipelines na legislação brasileira de patentes, a Lei da Propriedade Industrial brasileira – LPI, de 1996. Foram apresentadas as opiniões de quatro autores especialistas no assunto e da Advocacia Geral da União – AGU, sobre a constitucionalidade dessa modalidade de patentes e a analisados os quesitos de patenteabilidade do artigo 230 da Lei, referente aos pipelines. A análise foi feita com base em casos práticos exemplares, de relevância comercial. Foi dado especial destaque à análise do parágrafo sexto deste artigo, que possibilitaria a ação de nulidade das patentes pipelines. Com base em pesquisas efetuadas foram indicados possíveis candidatos à nulidade. No presente trabalho também se analisou fatos precedentes a promulgação da LPI e as pressões sofridas pelos países em desenvolvimento para que introduzissem o patenteamento de fármacos em suas legislações. Foi feita a avaliação de como alguns destes países (Argentina, Brasil, China, Coréia, México e Índia), particularmente o Brasil, se comportaram e os reflexos das posições

adotadas, enfatizando a adoção das medidas determinadas pelo acordo TRIPs. Com base no ocorrido na área de fármacos no Brasil nas últimas décadas, utilizando-se dos dados levantados em pesquisa realizada, procurou-se, também, indicar possíveis caminhos a serem seguidos para a inserção do País como um ator atuante no mercado de medicamentos.

PRADO, Elaine Ribeiro do. A apropriação do trabalho criativo no direito brasileiro.
Orientador: Denis Borges Barbosa.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações trabalhistas que envolvam a produção inventiva, de inovação e criativa, identificando as características do tipo de empregado inovador, para o qual se aplicam os mesmos requisitos de contratação com vínculo empregatício. Apresenta os regimes de apropriação, de preservação e formas remuneratórias sobre patentes, cultivares, software, direitos autorais, segredos e informações confidenciais. O trabalho dirigiu-se par o foco de se comparar os regimes de apropriação, apontando a não uniformidade de tratamento legal quanto á participação do empregado nos resultados econômicos para o tipo de produção que representa significativos resultados financeiros, mesmo que indiretos para o empregador. Considerando a diretiva constitucional de promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, o estudo prossegue a respeito da eficiência econômica do sistema de apropriação da produção inventiva, de inovação e criativa para atender os interesses sociais. E sob essa perspectiva de eficiência econômica, a análise dá em relação aos possíveis custos de transação que possam ocorrer em vista da não uniformidade dos regimes de apropriação. Também são apresentados os riscos de contingências para o empregador em face da falta de parâmetros em relação à justa remuneração prevista ao empregado, bem como o arbitramento dado por diversas decisões judiciais a respeito. Finalmente, traz os incidentes relativos á remuneração, desde a prescrição de ação para o empregado reivindicá-la até a análise sobre a compensação para as criações que se originem dos programas de sugestões de ideias. A metodologia aplicada é de abordagem indutiva, partindo de situações e realidade práticas, que se apoiam em estudos recentes publicados fora do Brasil com foco sobre a necessidade de se rever e melhor definir uma remuneração para maior motivação da produção criativa.

RODRIGUES, Tenille Souza. A gestão de PI na FAPEMIG e o incentivo à inovação tecnológica.
Orientadoras: Rita Pinheiro Machado e Elza Fernandes.

RESUMO: A ciência, a tecnologia e a inovação assinalaram o paradigma de desenvolvimento econômico e social. esse paradigma é caracterizado pela aceleração ininterrupta do desenvolvimento tecnológico; pela consolidação dos "mercados de conhecimento"; pelos regimes abertos de produção inovação; e pelo marco legais, que legitimam a apropriação e a comercialização do conhecimento, o sistema de propriedade intelectual. Impulsionar o processo de inovação para estruturar um desenvolvimento social e econômico sólido tem relação intrínseca à disseminação da cultura de proteção intelectual e da importância da transferência de tecnologia. O processo de gestão de inovação está inserido em um conjunto de ações influenciadas por diversos agentes, que buscam, sob perspectivas distintas, salvaguardar o resultado da inovação. destacam-se como principais agentes de empresas, que buscam competitividade e lucratividade, e o Estado, em suas três esferas federativas: União, Estados e Municípios, que busca desenvolvimento econômico e social, decorrentes do interesse coletivo.

SANTOS, Evanildo Vieira dos. Estudo do uso de literatura científica no exame de patente da área de biotecnologia no INPI do Brasil.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: A dissertação visa investigar a importância da "literatura não patenteada", no exame de patente da área de biotecnologia, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI). Preliminarmente, foi analisada a conjuntura do atual sistema de patentes - conceituação, histórico, marco jurídico, etc. Contextualizou-se a atual situação do patenteamento em biotecnologia, no Brasil, bem como, a atuação do INPI como Autoridade Internacional de Busca e a importância da literatura não patenteada nesse contexto. Na avaliação sobre a importância da literatura não patenteada, utilizaram-se como metodologias, técnicas de prospecção tecnológica, em nível qualitativo - Monitoramento e quantitativo - Método DELPHI. O Monitoramento foi efetuado, em 103 relatórios de busca PCT, entre janeiro de 2000 a setembro de 2010, identificando cada citação contida nestes. O Método DELPHI baseou-se na aplicação de formulário aos examinadores de patentes da Divisão de Biotecnologia do INPI, para pesquisa de opinião quanto à importância do uso da literatura não patenteada. Conclui-se, que há grande importância destes tipos de documentos no exame de patente, identificando relevantes contribuições, na avaliação quanto ao estado da técnica e aos requisitos de patenteabilidade.

SILVA, Sibelle de Andrade Silva. Uso de buscas de patentes na área de processamento mineral: um estudo de caso direcionado para a construção de panoramas tecnológicos sobre processos de produção de cobre.

Orientadores: Zea Duque Vieira Luna Mayerhoff e Eduardo Winter.

RESUMO: O uso de buscas de documentos de patentes como ferramenta para estudos de prospecção tecnológica é pouco explorado pela literatura. Por outro lado, O setor de beneficiamento mineral é reconhecido no contexto brasileiro e mundial, por representar parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) deste país. Assim como o cobre, um dos metais mais consumidos no mundo tem sua relevância pela infinidade de aplicações a que se propõe. Em meio a esse contexto, o presente trabalho busca correlacionar essas três vertentes mencionadas por meio de buscas de documentos de patentes que visam à construção de panoramas para averiguar a evolução tecnológica no setor de beneficiamento mineral de cobre. Nessa correlação, inovação é um tema que, embora presente no setor da mineração, precisa ser explorado, melhor compreendido e aplicado no setor de modo a se tornar uma ferramenta para sanar os constantes desafios em termos, principalmente, de sustentabilidade e da possível escassez e complexidade dos recursos e reservas minerais. Na área de beneficiamento mineral de cobre, predominam questões intrínsecas ao setor mineral como um todo: trata-se de uma área cuja importância de produção em escala é predominante, mas também uma área em que a inovação é cada vez mais demandada. Há uma gama considerável de documentos de patentes que versam sobre o tema do beneficiamento mineral e o presente trabalho pretende mostrar que é possível localizar informações que caracterizem o setor e que são relevantes para compreender sua evolução tecnológica por meio da análise de buscas por documentos de patentes. Para atingir tal objetivo, procurou-se estudar uma metodologia que apresente a maneira com que buscas por documentos de patentes possam ser empregadas no setor; para tal uma importante comparação foi realizada entre diferentes bases de dados, assim como foram realizados estudos dos resultados em termos de áreas tecnológicas, de classificações internacionais de patentes e palavras-chave aplicáveis ao setor de beneficiamento mineral de cobre. Como resultado final, tem-se uma análise metodológica, também extensível a outras áreas do conhecimento, que promoveu um melhor entendimento da indústria mineral, proporcionando direcionamentos relevantes em buscas por documentos de patentes voltadas para este setor. Em relação

à tecnologia de beneficiamento mineral de cobre, a análise do resultado das buscas realizadas proporcionou a visualização da evolução das tecnologias, conforme descrito na literatura, mostrando que os documentos de patentes são um meio importante para averiguar as áreas para as quais o desenvolvimento tecnológico tem se voltado. Os resultados indicam que a área de hidrometalurgia tem maior tendência ao crescimento e é a que representa os maiores desafios tecnológicos. Além disso, indicam que os desenvolvimentos apresentados nos documentos de patentes representam importantes aperfeiçoamentos incrementais, e, de um modo geral, levam a confirmação de que o setor de beneficiamento de cobre tem investido no aprimoramento contínuo de seus processos, por estar no contexto de uma indústria madura e se encontrar com suas opções gerais de processamento bem estabelecidas. Essas afirmações são sustentadas pelo número de documentos de patentes que versam sobre reagentes para processos específicos de extração mineral de cobre, melhoria de parâmetros em macro-processos e melhorias em equipamentos. Além disso, o trabalho supre a escassez de estudos que correlacionam mineração, inovação e propriedade intelectual e mostra a importância do uso dos documentos de patente como fonte de informação tecnológica, também, no setor da mineração.

TOMA, Sandra Barioni. Característica de inovação tecnológica e de esforço inovativo do setor farmacêutico veterinário brasileiro levantamento de indicadores através da tabulação especial da pesquisa PINTEC 2005 e de um estudo de caso.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: O conhecimento e análise das características inovativas tecnológicas de um setor representam um passo de extrema importância a ser seguido pelas empresas, especialmente as nacionais. Para as empresas que vivem um ambiente altamente competitivo, a inovação é necessária, seja por uma questão de sobrevivência ou melhora de desempenho. O levantamento de dados e indicadores de inovação e de esforço inovativo setorial torna-se uma ferramenta que serve para elaborar planos de ação, planejamento estratégico e/ou tomada de decisão ou para se conhecer a trajetória tecnológica setorial. O presente trabalho se propõe a fazer o levantamento e análise dos indicadores de inovação tecnológica e de esforço inovativo específicos para o setor de produtos farmacêuticos veterinários, com base nos dados da pesquisa Pintec 2005e com base em estudo de caso. Para tanto, os dados foram especialmente tabulados para o setor. Com os resultados obtidos, análise dos dados e comparação setorial este trabalho também poderá servir de referência para conhecimento da evolução tecnológica do setor, assim como ofertar algumas diretrizes de promoção da inovação para as empresas do setor.

WOLDAYNSKY, Ana Paula Affonso Brito. O papel dos contratos de transferência de tecnologia na relação universidade-empresa e seu papel no processo de inovação nas parcerias entre universidades e empresas: estudo de caso INOVA UNICAMP.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Esta pesquisa analisa o papel dos contratos de transferência de tecnologia, incluindo sua negociação, cláusulas e formalização, como ferramenta essencial para o sucesso de parcerias entre Universidades e Empresas no Brasil através de um estudo de casos disponibilizados pela INOVA, a Agência de Inovação da UNICAMP (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS). A análise do cenário brasileiro de produção de tecnologia é relevante para a compreensão do papel das Universidades como fomentadoras da inovação. São apresentadas as diferenças culturais e gerenciais das Universidades e Empresas para a análise dos obstáculos para celebração de parcerias. Abordam-se as principais características da transferência de tecnologia no Brasil e os contratos típicos que a

englobam, analisando-se a importância de sua negociação e da presença de cláusulas bem definidas e claras para a efetiva transferência do conhecimento. Apresenta-se de crucial importância a Lei de Inovação para a facilitação de parcerias das Universidades com os setores produtivos, incluindo a importância da estruturação dos Núcleos de Inovação Tecnológica ou Escritórios de Transferência de Tecnologia. Diante de um cenário de diferenças culturais significativas entre Universidades e Empresas, apresenta-se o papel da INOVA, que se destaca por conduzir parcerias com Empresas de forma viável e eficaz para o desenvolvimento de inovação tecnológica. A principal conclusão do presente trabalho é alcançada através do estudo de casos, pelos quais analisam-se padrões de boas práticas que sugerem o sucesso da transferência de tecnologia das Universidades para as Empresas.

DEFESAS EM 2011

BARBOSA, Patrícia Maria da Silva. **A importância do uso de sinais distintivos coletivos:** estudo de caso da indicação de procedência "Paraty" do estado do Rio de Janeiro - Brasil.

Orientadoras: Patrícia Pereira Peralta e Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: As indicações geográficas e marcas coletivas são sinais distintivos protegidos pela Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9279/96) que estão sendo utilizadas como ferramentas capazes de identificar produtos com características específicas sejam estas devidas ao meio em que são produzidos ou ainda aos fatores humanos ligados a esta produção. Na presente dissertação apresentamos como ocorreu a aquisição da Indicação Geográfica, na espécie Indicação de Procedência para um produto tipicamente brasileiro, a Cachaça. E hoje o terceiro destilado mais consumido no mundo foi criado no Brasil por volta do século XVI e desde 1650 a região de Paraty, no sul do Rio de Janeiro, é reconhecida como produtora de cachaça de qualidade inigualável. A indicação de procedência de Paraty para cachaça e aguardente de cana azulada recebida em 2007 foi o ápice de um processo de melhoria que acontecia na região desde 1998 e serviu como um dispositivo de reconhecimento oficial de apropriação e de valorização do saber fazer local cheio de tradição e cultura já que os produtores regionais até hoje mantêm as principais características de produção artesanal de seus antepassados. Os produtores que receberam o direito de utilização do sinal apontaram que sua obtenção trouxe benefícios tais como o resgate do prazer e do orgulho de ser produtor, pois com o reconhecimento da história do produto e da região o nome Paraty ganhou força novamente. Os mesmos produtores também declararam que houve aperfeiçoamento da produção e das instalações de todos devido às regras para aquisição do selo. Desta forma a Indicação Geográfica desenvolveu um importante papel nesta área com baixo volume de produção em função da sua tradicionalidade de produção artesanal em alambique. No entanto, os mesmos produtores declararam que ainda há pouco conhecimento do selo entre os consumidores e que sua aquisição ainda é considerada um investimento tendo em vista os impactos financeiros ainda não terem sido sentidos. O mesmo desconhecimento do sinal distintivo foi encontrado nos estabelecimentos comerciais especializados na venda desta bebida e ainda nas entidades criadas por apreciadores de cachaça. Tal comportamento demanda mais ações de divulgação de selo e do produto, para que sua função distintiva possa ser melhor aproveitada.

BUCASIO, Rachel de Paiva. **Análise da registrabilidade de sinais como marcas de produto farmacêutico no Brasil observando as recomendações da Organização Mundial da Saúde**

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: Esta dissertação aborda a importância de se considerar as Denominações Comuns Internacionais (DCIs), as Denominações Comuns Brasileiras (DCBs) e seus respectivos prefixos, radicais e sufixos ao se examinar um sinal que assinalará um medicamento como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS). Inicialmente, faz-se um histórico sobre marcas, apresenta-se algumas de suas definições e alguns outros aspectos como suas funções e registrabilidade. Além disto, um histórico e a necessidade de a criação de um sistema unificado de nomenclatura de substâncias farmacêuticas também são apresentados. Ainda, ela traz a abordagem de como o assunto é tratado no Brasil através de buscas no banco de dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e que contrariam o proposto pela OMS. Por fim, apresentam-se alguns comentários sobre as buscas realizadas no banco de dados de marcas do INPI e a proposta de algumas sugestões a fim de aprimorar o exame de sinais que assinalarão medicamentos.

CABRAL, Alexandre M. Proposta de estrutura analítica para suporte a projetos de preparação e consolidação de indicações geográficas de produção agropecuários.

Orientador: Araken Alves de Lima.

RESUMO: A dissertação trata das indicações de produtos agropecuários no Brasil, tendo como objetivo a proposta de uma estrutura analítica que possibilite um suporte mais efetivo a projetos de estruturação ou consolidação destas experiências, independente da região, do tipo de produto trabalhado e do mercado-alvo da produção. Apresenta um RESUMO histórico do conceito de indicação geográfica e analisa os principais acordos internacionais e textos legais brasileiros que regulam o tema. Discute a aproximação entre o conceito de desenvolvimento local e a noção de indicação geográfica, pois ambos estão calcados na valorização do território. Analisa as bases conceituais na dinâmica inovativa do setor agropecuário, propondo uma adequação para a análise de indicações geográficas de produtos agropecuários baseada nas vertentes analíticas Tecnológica, Território, e Organização. Desdobra cada uma destas vertentes em dimensões analíticas, baseado em orientações construídas a partir das forças e fraquezas das experiências em curso no Brasil, com o objetivo de aumentar as possibilidades de sucesso na estruturação de novas experiências e consolidação das já existentes. Associa a cada uma destas dimensões analíticas um conjunto de uma ou mais variáveis de avaliação e acompanhamento destas experiências, configurando assim uma proposta de estrutura analítica, que pode vir a ser a base para o desenvolvimento futuro de um sistema de indicadores de ciência, tecnologia e inovação aplicado à indicações geográficas. Conclui apontando que o processo de estruturação da indicação geográfica e preparação para o registro é mais importante que o registro em si, podendo configurar um instrumento de promoção do desenvolvimento local.

CARTAXO, Rodrigo José Ávila. Metodologia de priorização para produção nacional dos medicamentos pertencentes à lista do Sistema Único de Saúde.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes.

RESUMO: Atualmente um dos focos do governo brasileiro, juntamente com suas políticas, é conter o déficit comercial do setor farmacêutico a partir do incentivo de vínculos entre produção e gestão em rede do Sistema Único de Saúde, integrando a demanda do sistema com novos perfis de oferta da produção nacionalizada de fármacos e/ou medicamentos. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar uma metodologia para priorizar os medicamentos contidos na lista de produtos estratégicos, no âmbito do SUS, para produção no país. Foram elaborados uma base de dados e um questionário. A base de dados contém variáveis relacionadas aos 87 produtos da lista do SUS. O questionário foi elaborado com perguntas objetivas para que fossem respondidas por especialistas que atuam de alguma forma, no setor farmacêutico. O questionário é aplicado juntamente com a base de dados, que serve como auxílio para as respostas dos especialistas. A partir da metodologia proposta e aplicada e as análises das respostas dos especialistas foram selecionados os produtos que deveriam ser priorizados de forma a orientar os instrumentos de fomentos da Política de Desenvolvimento Produtivo quanto às prioridades do SUS no que se refere a produtos do Complexo Industrial da Saúde.

CASTRO, Priscila Balloussier de. Marcas: gestão e proteção legal no setor de HPCC, um estudo comparativo entre as empresas o Boticário e Natura a partir do banco de dados do INPI.

Orientadora: Elizabeth Ferreira da Silva.

RESUMO: Este estudo tem como objetivo destacar o crescimento do mercado de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) e a importância de um de seus principais ativos intangíveis, a marca,

desenvolvendo um estudo inovador a partir da análise de depósitos marcários no segmento no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Como foi demonstrado, a partir de meados do século XX, a marca se torna uma importante estratégia empresarial na formação de uma eficiente imagem corporativa, na manutenção e/ou crescimento em participações no mercado e na fidelização de clientes. Esse ativo, porém, terá diferentes graus de importância em diferentes segmentos mercadológicos. E, conforme foi levantado no estudo, uma eficiente gestão de marca é essencial para o sucesso de uma corporação no setor de cosméticos, juntamente com investimento em pesquisa e desenvolvimento e distribuidores. Dessa forma, a proteção legal desse ativo passa a ser essencial nesse segmento, principalmente se considerarmos o tipo de sistema utilizado no Brasil, o atributivo, onde o registro de uma marca só é conseguido através do depósito de seu pedido perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Assim sendo, essa dissertação realizou um levantamento da evolução dos depósitos de marcas no segmento de HPPC e de duas empresas brasileiras que se destacam neste setor, não obstante este se caracterizar por ter como grandes atores corporações internacionais, a saber, O Boticário e Natura. Tais informações nos permitiram obter, de forma inovadora, diversas informações acerca da gestão de marcas nessas corporações, tais como portfólio, arquitetura, extensão e identidade visual da marca, nos sendo possível ainda realizar um estudo comparativo sobre ambas, observando se as mesmas se utilizam de estratégias semelhantes ou não na administração desses importantes ativos.

FARIA, Adriana Xavier de. **O ensino da propriedade intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições.**

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: O ensino da Propriedade Intelectual no Brasil, atualmente, é oferecido de forma incipiente em poucas instituições de ensino superior, como programa de pós-graduação, ou como disciplinas isoladas em cursos de direito, em sua maioria. Por outro lado, nota-se uma demanda por profissionais capacitados em propriedade intelectual nas mais diferentes áreas do conhecimento, para atuar em empresas dos mais variados ramos de atuação. Além disso, o cenário político-econômico está extremamente favorável à inovação e à proteção dos direitos de propriedade intelectual, nestes compreendidos os direitos autorais, os direitos de propriedade industrial e as espécies de proteção *Sui generis*. A introdução de disciplinas de Propriedade Intelectual nos cursos de graduação e profissionalizantes em todas as áreas do conhecimento poderia capacitar profissionais para a produção de inovação e capital intelectual passível de proteção e apropriação dos ganhos dela decorrentes, gerando ativos intangíveis de valor econômico e contribuindo com o desenvolvimento social e econômico brasileiros, além de favorecer a formação de uma cultura de inovação e de proteção da propriedade intelectual. O trabalho pretende discutir as razões pelas quais o Brasil deve incluir o ensino da PI de forma efetiva nos cursos de graduação, ainda na graduação, apresentando sugestões de como essa inclusão deve ser feita. O trabalho conta com pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas para coleta de dados e subsídios às proposições pretendidas. Como razões que justificam a inserção do conhecimento da PI nos cursos de graduação, destacam-se a existência de um cenário jurídico e político apropriados, com todo um conjunto de leis favoráveis às inovações e à proteção da propriedade intelectual; o grande número de estudantes que ingressam no ensino superior anualmente; as diretrizes curriculares do MEC, que priorizam a “interdisciplinaridade”, a “capacidade empreendedora”, a “produção e a inovação científico-tecnológica” e suas “respectivas aplicações no mundo do trabalho”; as políticas públicas de incentivo à inovação, tais como linhas permanentes de financiamento e de fomento a projetos de inovação; a possibilidade de aumento da produção de capital intelectual e, em especial, da proteção desse capital, podendo se transformar em bens de valor econômico, produtos e serviços com alto valor agregado; uma melhor apropriação dos ganhos

advindos do conhecimento produzido a partir do aprendizado em PI; colaboração para formação de uma cultura de propriedade intelectual e de inovação. Como proposições apresentam-se algumas formas de inserção da disciplina da PI nos cursos de graduação, baseadas em experiências anteriores, sugerindo que tal disciplina seja obrigatória em todos os cursos de graduação.

FARIA, Rafael dos Santos Viveiros de. **Marcas coletivas como ferramenta de diferenciação de arranjos produtivos locais**: o caso do pólo de moda íntima de Nova Friburgo.
Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: As mudanças ocorridas no cenário sócio-econômico, nos últimos tempos, vêm exigindo das empresas novas formas de atuação no mercado, afim de que possam superar barreiras e se manter competitivas, diante da concorrência acirrada. Neste panorama, as micro, pequenas e médias empresas, em especial, se viram compelidas a reorganizar suas estruturas produtivas e a buscar alternativas que pudessem aumentar sua competitividade no mercado. Os pequenos empresários despertaram, então, para a necessidade de atuarem coletivamente. Para tanto, muitos deles adotaram como alternativa estratégica a participação em Arranjos Produtivos Locais – APLs. O ambiente criado pela aglomeração de empresas gera interações e sinergias coletivas que, bem aproveitadas, proporcionam maiores chances de sobrevivência e fortalecimento para as empresas, revelando-se também como importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras. Neste contexto, as marcas, consideradas como um dos mais importantes instrumentos de proteção da propriedade industrial, têm possibilitado a geração de vantagens competitivas significativas. O presente estudo busca identificar como uma marca coletiva pode funcionar como elemento de diferenciação e agregação de valor no ambiente dos APLs, mais especificamente no caso do Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região. Visa, também, identificar os principais benefícios e obstáculos referentes à adoção e gerenciamento de uma marca coletiva no âmbito do referido Pólo, que possui características bem peculiares.

GAMA, Sonia Cristina Sequeira. **Estudo sobre o impacto das ocorrências relacionadas com o licenciamento compulsório de patentes farmacêuticas**: análise dos casos ocorridos no Brasil.
Orientadores: Eduardo Winter e Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: O presente trabalho analisou os casos relacionados ao licenciamento compulsório de patentes farmacêuticas ocorridos no Brasil - não somente a efetiva declaração de licenciamento compulsório do Efavirenz em 2007, mas também ameaças de licenciamento feitas pelo governo do país em ocasiões anteriores - e buscou averiguar os impactos de tais ocorrências no cenário nacional e internacional. Para tanto, inicialmente realizou-se uma investigação sobre o surgimento e o desenvolvimento da indústria farmacêutica brasileira, além de investigações detalhadas a respeito da legislação de propriedade intelectual brasileira, identificando a situação de patenteamento de produtos e processos farmacêuticos, desde o primeiro alvará expedido sobre o assunto até à lei atualmente em vigor - passado também pelos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. A análise final das repercussões e eventuais consequências dos casos ocorridos envolveu ainda a análise bibliográfica de notícias veiculadas em uma mídia internacional relevante à área farmacêutica bem como entrevistas com especialistas e estudiosos do assunto.

LIMA, Esther Lins. Aspectos jurídicos relativos à titularidade de patentes resultantes de alianças estratégicas para inovação entre universidade e empresa à luz da Lei de Inovação brasileira.
Orientador : Denis Borges Barbosa.

RESUMO: A Lei de Inovação brasileira trouxe em seus dispositivos uma serie de possibilidades de alianças estratégicas e atuações colaborativas entre setor público e privado, notadamente, entre universidades e empresas, em processos abertos com vistas à inovação. O estímulo da lei, associado a uma conjuntura econômica favorável tem propiciado, nos últimos tempos, a formalização cada vez mais constante de parcerias caracterizadas pela união de esforços em busca de um propósito comum, qual seja, a inovação. Neste ambiente, a questão da apropiabilidade das inovações é de grande relevância já que, em última instância, representa a possibilidade de controle, proteção e beneficiamento da inovação em si. É por este motivo que, em estruturas desverticalizadas, a prévia e adequada negociação e definição em contrato das regras de apropiabilidade dos eventuais resultados da atividade inovativa se mostra imprescindível e, para tanto, é preciso conhecer o arcabouço jurídico que tutela as questões de apropiabilidade, particularmente a apropiabilidade por patentes, foco do presente estudo. Com o intuito de apresentar e elucidar esse espaço jurídico de titularidade de inovações por patentes este trabalho descreveu e analisou o contexto da Lei de Inovação brasileira, as regras de apropriação de titularidade de patentes, o regime de titularidade de patentes, com ênfase nos aspectos de co-titularidade os quais são, em grande parte regidos pelas regras de condomínio previstas no Código Civil. Igualmente, foi analisada cada hipótese de aliança estratégica e atuação colaborativa entre universidade e empresa prevista na Lei de Inovação, com a avaliação de qual seria o regime de titularidade mais apropriado sob a perspectiva legal na ausência de convenção entre as partes.. Do estudo, foi possível concluir, por um lado, que em cada uma dessas hipóteses um critério para a determinação da titularidade se mostra mais compatível, por outro lado, salientou-se a fundamental importância dos contratos como ferramenta, para alinhar os interesses e expectativas, delimitar o escopo de atuação e colaboração de cada agentes, para enfim, viabilizar um critério de determinação das regras de titularidade.

LIMA, Leila Valle de Albuquerque. Tradição que passa de pele em pele: estudo multicasos sobre a gestão de marcas de cosméticos tradicionais no mercado brasileiro.
Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é fazer uma investigação sobre quatro marcas de cosméticos tradicionais no mercado brasileiro e os elementos de gestão de marcas que contribuem para a manutenção da preferência dos consumidores por elas. Para se conduzir as investigações, foi elaborado um estudo multicasos sobre as marcas Minancora, Leite de Rosas, Polvilho Antisséptico Granado e sabonete Phebo Odor de Rosas, tendo sido abordados os seguintes assuntos: dados sobre a empresa produtora; inovação na empresa; informações sobre a marca; elementos de marca; mix de marketing utilizado; arquitetura de marcas e elementos de branding. A análise desse estudo foi feita com a elaboração de abordagens descritivas sobre cada uma das marcas e apresentação dos assuntos em tópicos. Como resultado, chegou-se às seguintes conclusões: o hábito de consumo dessas marcas passa de geração em geração e a fidelidade que os consumidores têm em relação a elas é usada como a grande estratégia de marketing e branding pelas empresas que as possuem, as quais não fazem investimentos tão intensivos, no que diz respeito a esses aspectos, quanto outras do setor de cosméticos com as quais concorrem; as marcas têm grande importância para as empresas e são imprescindíveis para transmitir aos consumidores os atributos que representam; os produtos tiveram poucas alterações na identidade visual ao longo do tempo, bem como em suas composições, sendo que a constância da qualidade e a credibilidade das empresas são imprescindíveis para que a confiança dos consumidores

continue a existir; foi notada a ocorrência de diversos comentários e matérias sobre as marcas em mídias sociais, o que tem motivado as empresas a realizar promoções e parcerias a fim de incentivar esse tipo de iniciativa.

LOPES, Érica da Silva Souza. **Monitoramento científico e tecnológico no setor saúde:** testes para triagem laboratorial do vírus da hepatite 'B' em hemoterapia.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Atualmente, aproximadamente 45% da população mundial vive em áreas de alta endemicidade para o vírus da hepatite B (VHB), que é descrito como a principal causa de doença crônica associada à transfusão. No Brasil, desde 1993, a triagem de doadores de sangue para a infecção pelo VHB tornou-se obrigatória. O VHB, em sua evolução natural, pode vir a seguir caminhos bem específicos em diferentes etnias e grupos populacionais, devido às constantes mutações no genoma viral e ao isolamento geográfico de alguns genótipos encontrados. O Brasil, por possuir uma rica diversidade de etnias, algumas delas existentes apenas em território nacional, pode estar sujeito ao aparecimento de variantes virais específicas de seu território. A possível existência dessas variantes singulares circulando em território nacional, se não for levada em conta na elaboração dos kits de reagentes para diagnóstico, pode expor ao risco de contaminação pelo VHB a parcela da população que precise, mesmo que esporadicamente, de transfusão sanguínea. No Brasil, podem ser encontrados os genótipos A, D e F, sendo este último característico de populações ameríndias da América do Sul. Os métodos de detecção da hepatite B envolvem tanto o imunodiagnóstico quanto o diagnóstico molecular. Tais métodos, em geral, não levam em consideração a variabilidade genética viral, havendo a possibilidade de não detecção de variantes específicas que ocorram em território brasileiro. Os objetivos desse estudo são mapear as tecnologias disponíveis para o diagnóstico da infecção pelo vírus da hepatite B; levantar as variantes virais de hepatite B circulantes em território nacional; investigar a existência de informação científica e tecnológica, no que concerne aos métodos de diagnóstico para hepatite B, e sua adequação à realidade da rotina transfusional brasileira; e estabelecer mais uma alternativa metodológica para a realização de levantamento de dados em C&T voltada para os profissionais da área de saúde. Para avaliar essas questões, será utilizada, nesse trabalho uma metodologia que permita que se conjuguem informações de cunho científico, encontradas em artigos científicos, e informações de teor tecnológico, que podem ser obtidas através da recuperação de documentos de patentes. Essas informações, em conjunto com dados de mercado, de registro de kits e de prevalência de casos confirmados da doença, permitirão delimitar o atual panorama nacional em termos de avanços na detecção do VHB, e de seu principal marcador sorológico – o HBsAg, no contexto da triagem de doenças transmissíveis em hemoterapia. Os dados obtidos neste trabalho mostram a incipiente participação do Brasil no mercado internacional de reagentes para diagnóstico. Além disso, revela o baixo conteúdo tecnológico dos kits para a detecção da hepatite B disponibilizados por empresas brasileiras em território nacional, apesar do aumento do número de casos confirmados ano a ano e do volume crescente de compras destes produtos por parte do governo – responsável pela manutenção das condições de saúde da população. Esse quadro pode ser um reflexo do pequeno número de artigos científicos e documentos de patentes brasileiros versando sobre o tema o que, somado ao irrisório número de depósitos de documentos de patentes no Brasil, reflete a baixa capacitação tecnológica dos atores nacionais. As informações levantadas neste trabalho mostram que ainda muito pouco é sabido a respeito das particularidades dos genótipos virais característicos do território nacional, como o genótipo F, o que pode se refletir na não cobertura viral na população de doadores de sangue – com consequências diretas na segurança transfusional. O desenvolvimento deste setor requer o monitoramento constante através da atualização de dados, de forma a antever possíveis mudanças e futuras oportunidades de crescimento, o que destaca a importância da abordagem metodológica empregada neste trabalho.

MANZUETO, Cristiane Santos. Requisitos objetivos para apuração da distintividade nos conflitos judiciais envolvendo o Trade Dress do produto.

Orientador: José Carlos Vaz e Dias.

RESUMO: A presente dissertação aborda aspectos gerais, requisitos e forma de proteção do Trade Dress, isto é, do conjunto de características extrínsecas de um produto/estabelecimento, a partir da análise de relevantes decisões dos tribunais norte-americanos e brasileiros. O estudo dessa proteção desse instituto é relevante para o empresário que o cria, uma vez que constitui poderosa ferramenta identificadora e, também, para os consumidores que podem reconhecer a procedência de determinado produto ou serviço não apenas pelo nome, mas sim, pelo seu aspecto geral. Por não ter um tratamento específico na legislação brasileira, a proteção do Trade Dress encontra amparo nas regras da concorrência desleal, que são aplicadas pelos nossos tribunais. Contudo, a partir do exame de decisões dos tribunais brasileiros, no que tange especificamente a aferição de um dos requisitos fundamentais para a proteção do Trade Dress: a distintividade (originária ou adquirida) é possível notar inconsistentes decisões dos nossos tribunais brasileiros. A presente dissertação visa descortinar essa problemática causada pela forte carga subjetiva presente nos julgados sobre o tema, propondo a fixação de critérios objetivos para a apuração da distintividade (original ou secundária) que possam nortear os futuros julgados envolvendo o Trade Dress de produto. Enfrentar este ponto é crucial para minimizar a existência de julgados inconsistentes quanto ao requisito da distintividade e, assim, garantir uma proteção mais eficaz do Trade Dress no Brasil, signo de alta relevância não só para os empresários, mas também, para os consumidores que a partir deles identifica a procedência de determinado produto.

MENDONÇA, Marianna Gomes Furtado de. **Marcas e serviços de links patrocinados:** investigação da ocorrência de violação marcária pelo sítio de busca.

Orientador: José Carlos Vaz e Dias.

RESUMO: A principal fonte de renda dos sítios de busca na internet é oriunda da prática de "comercialização" de palavras-chave em serviços de links patrocinados. Tal prática consiste na contratação desses sítios por diversos anunciantes que selecionam quais são os vocábulos que, quando utilizados como objeto de uma busca por internautas, deverão desencadear a exibição em destaque de seus anúncios como link patrocinado. Enquanto os vocábulos utilizados forem comuns ou genéricos nenhuma consequência é gerada. A controvérsia se dá nas hipóteses onde a palavra-chave contratada constitui marca registrada. E é essa a hipótese a ser estudada neste trabalho que tem como objeto principal, investigar se palavras correspondentes à marcas registradas utilizadas como palavra-chave nos sítios de busca constituem ou não violação de marca.

NASCIMENTO, Renato Cirne Oliveira. **A execução pública de música na TV por assinatura.**

Orientador: Bruno Lewicki.

RESUMO: A música desenvolve um papel central para o crescimento da TV por assinatura no Brasil. Dessa forma, considerando a sua relevância para o setor, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta para o pagamento de direito autoral pela execução pública de música nas TV's por assinatura. Sendo assim, este trabalho objetiva entender como a sociedade pode tornar a obra musical para o maior público possível, a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, assegurando uma coexistência justa das partes envolvidas, assegurando um formato adequado de contraprestação aos autores e intérpretes de tais músicas.

SILVA, Elisângela Santos da. **O processo de integração do Mercosul:** possibilidades de harmonização jurídica em matéria de marcas e de criação de uma marca regional.
Orientador: Carlos Mauricio Ardisson.

RESUMO: O principal objetivo deste estudo foi analisar possibilidades de se alcançar uma harmonização jurídica e um sistema regional de marcas no MERCOSUL. Primeiramente, foi discutida a importância política e estratégica do bloco e a necessidade de avanços em questões cruciais como a propriedade intelectual. As marcas foram destacadas como um direito de propriedade intelectual que assume fundamental importância em um mundo de crescentes trocas comerciais entre países. Tendo em vista a sua importância, as marcas foram objeto de tratados multilaterais: do TRIPS, que estabeleceu padrões mínimos de proteção, e do Acordo e do Protocolo de Madri, criados para a simplificar o depósito de marcas em diversos países. Nesse contexto, as marcas foram objeto também de acordos regionais, como na UE e na ARIPO. Essas duas experiências de marcas regionais foram utilizadas para, por meio do método comparativo, estudar o caso MERCOSUL. O modelo da marca comunitária, criado pela EU, serve aos propósitos de fortalecer o processo de integração regional em matéria de propriedade intelectual. Contudo, tendo em vista a falta de instituições supranacionais no bloco, essa opção não é possível sem que haja maior institucionalização. A experiência da ARIPO, que administra um sistema de regional de marcas com bases intergovernamentais, se apresentou também como um modelo viável, que pode ser levado em consideração. Sendo assim, o MERCOSUL deve focar a institucionalização do bloco de modo a permitir um futuro sistema regional, similar ao da UE, que inclua a harmonização dos aspectos mais importantes das legislações marcarias do bloco e a constituição de uma marca regional. Enquanto isso não ocorre, a experiência da ARIPO pode servir de exemplo a um sistema regional que simplifique o depósito de marcas nos países do MERCOSUL.

SOUZA, Fernando Cassibi de. **O posicionamento do governo brasileiro nas negociações relativas ao Tratado Substantivo em Matéria de Patentes – SPLT:** desdobramentos e perspectivas.
Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: A dissertação trata do posicionamento do Governo brasileiro durante as negociações relativas ao Tratado Substantivo em Matéria de Patentes, o SPLT, apresentado oficialmente na Quarta Sessão do Comitê Permanente de Patentes – SCP da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI. O trabalho analisa as evoluções no Sistema Internacional de Patentes desde suas origens que remontam a Convenção da União de Paris – CUP até as negociações relativas a minuta do SPLT. A dissertação debate o processo decisório sob uma perspectiva doméstica e internacional e analisa o posicionamento do Governo Brasileiro sob uma perspectiva histórica e integrada a sua política externa e suas aspirações internacionais. O trabalho também debate em que medida o Brasil tem sido bem sucedido e discute ambivalências em seu posicionamento, ideológico por vezes e pragmático por outros. Desdobramentos e inferências com base na condução apresentada também são discutidos. Conclui que o Brasil precisa tomar uma decisão relativa a qual grupo de países efetivamente participa para ser bem sucedido, se país em desenvolvimento ou Desenvolvido, dada a emergência que tem ganhado no cenário internacional nos últimos tempos.

TAPAJÓS, Sônia Iracy Lima. **Contribuições para a melhoria de indicadores de propriedade intelectual:** uma avaliação da atuação dos núcleos de inovação tecnológicas do Amazonas.
Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Indicadores de inovação são definidos como uma série de dados que mede e reflete o

esforço em ciência e tecnologia de um país, estado ou região, demonstrando seus potenciais e fraquezas e permitindo a comparabilidade entre os esforços, o que representa item indispensável para o desenvolvimento nacional. Com o intuito de investigar a contribuição dos Núcleos de Inovação Tecnológica NIT para a melhoria dos indicadores de inovação baseados em propriedade intelectual, no Amazonas, foi realizada uma pesquisa utilizando três formas de abordagem: aplicação de questionário, entrevistas estruturas e levantamento no banco de dados do INPI e na Representação do INPI no amazonas, cujos resultados apontaram que entre 2006 e 2008 houve um leve aumento na quantidade de depósitos de marcas no Estado, mas, que no cômputo geral em relação ao Brasil, apresentou-se com índices muitos baixos, girando em torno de 0,50% em 2006, 0,62% em 2007 e 0,54% em 2008; já os dados de patente mostraram que os NIT tiveram uma participação de 50% no total de depósitos do Estado. Quanto aos números de desenho industrial o resultado mostrou uma significativa atividade desse tipo de proteção no Estado, inclusive superando os depósitos de patentes em alguns períodos históricos. O estudo revelou ainda a existência de um conjunto de fatores que podem influenciar positivamente na melhoria dos índices de inovação, notadamente, aqueles relacionados à propriedade intelectual, dos quais podem ser citados, a existência de empresas de tecnologia avançada, um número razoável de instituições de ciência e tecnologia, instituições de ensino e pesquisa, o aumento do número de NIT criados nos últimos anos, o suporte legal dado pelo governantes estadual e federal, a existência no Estado, de um sistema de C;T&I, ainda que imaturo. No entanto, mesmo tendo melhorado significativamente seus índices de inovação geral nos últimos anos, o Amazonas ainda carece de ações que possam melhor articular os atores locais, como governo, universidades, instituições de CT&I e setor industrial em torno da melhoria dos índices de inovação baseado em propriedade intelectual.

VILLELA, Taís Nasser. A gestão da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação de empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ. Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a compreensão do paradigma da inovação fundamentado no empreendedorismo e na gestão da propriedade intelectual gerada nos seus laboratórios e no âmbito da cooperação com empresas (incubadas ou não) resultou na criação de uma Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e no Escritório de Negócios em Propriedade Intelectual (ENPI), atualmente Agência PUC-Rio de Inovação (AGI/PUC-Rio). Em especial, nesse trabalho, foi destacado o desempenho do ENPI e, mais recentemente, da AGI/PUC-Rio quanto à estruturação de ações direcionadas à gestão da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação de empresas. A motivação para a elaboração do presente trabalho surgiu em razão da autora há muito vir refletindo sobre as dificuldades enfrentadas por outras universidades, com as quais manteve contato, em relação à transferência de tecnologia, principalmente quando essa transferência ocorre entre a universidade e empresas da sua incubadora. O fato de trabalhar há quase seis anos na PUC-Rio, sendo que dois desses anos na Incubadora de Empresas da universidade e os últimos quatro, na AGI/PUC-Rio, vivenciando não só o processo de incubação de empresas e o estímulo à cooperação destas com os laboratórios da PUC-Rio, mas também o processo de avaliação, proteção, valoração e comercialização de resultados de pesquisa, foi o que levou a autora a pesquisar sobre o Tema proposto.

DEFESAS EM 2012

ARAGON, Luciene Gregório. As instituições e a difusão dos sinais distintivos coletivos: marcas coletivas e indicações geográficas.

Orientador: Anderson Moraes.

RESUMO: Este trabalho resultou de um estudo exploratório visando a observar como as instituições estão atuando na difusão dos sinais distintivos coletivos, marcas coletivas e indicações geográficas, apontadas na literatura acadêmica como ferramentas importantes para o desenvolvimento econômico das regiões, razão pela qual os estudos e pesquisas sobre temática podem ajudar os gestores estatais e as organizações da sociedade civil a refinarem suas práticas. O estudo se estruturou a partir da análise qualitativa de dados levantados em pesquisa de campo, acompanhando-se um evento, o Workshop sobre Indicação Geográfica e Marcas Coletivas, realizado em 31 de maio de 2012, no auditório do Instituto Nacional de Tecnologia, na cidade do Rio de Janeiro; do levantamento de dados dos projetos e ações institucionais, e de entrevistas com os representantes das instituições responsáveis pelo encontro: o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE / RJ) e o MInistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O trabalho também apresenta conteúdo de fonte bibliográfica para definir os conceitos de políticas públicas, instituições e organizações, propriedade intelectual: marcas e indicações geográficas, adotados como referencial teórico desta pesquisa. Supõe-se que a natureza da pesquisa desenvolvida, ao apontar lacunas e entraves, assim como os pontos positivos observados, possam contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e efetivas, para a formação de uma rede de instituições, percebida como sendo instrumento fundamental para a disseminação dos sinais coletivos, que podem valorizar os produtos e serviços, auxiliar a preservar as culturas locais, a biodiversidade, e o saber fazer das comunidades; além de possibilitar a manutenção do homem no campo, ajudando a promover o desenvolvimento territorial sustentável no país.

AZEVEDO, Manuel Dias de. O registro de sinais nominativos sugestivos como marca de produto ou de serviço no direito brasileiro.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: As marcas de produto são importantes instrumentos nas estratégias empresariais. No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial é a autarquia responsável pela concessão de direitos de marcas e pela regulamentação dos procedimentos de registro, que devem ser rápidos e confiáveis. O conhecimento e a compreensão desses procedimentos são necessários à criação, registro e proteção das marcas de produto ou de serviço. Os dados obtidos revelam que as normas existentes não permitem uma identificação objetiva do que venham a ser os sinais nominativos sugestivos usados na composição das marcas de produto ou de serviço.

BARBOSA, Neila Cristina dos Santos. Plantas aromáticas do herbário João Murça Pires do Museu Paraense Emílio Goeldi: uma análise da utilização por meio de documentos de patente.

Orientadoras: Iolanda Fierro e Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: O desenvolvimento de novos produtos naturais vem adquirindo importância estratégica com a crescente valorização econômica da biodiversidade brasileira no âmbito do mercado competitivo global, principalmente quando se trata da utilização de espécies vegetais da flora

amazônica. É neste cenário que o Museu Paraense Emilio Goeldi, sendo referência na geração e disseminação de estudos da flora amazônica, tem o desafio de incentivar o uso econômico dos resultados de pesquisa. Esta dissertação tem por objetivo analisar o patenteamento da utilização de plantas aromáticas mantidas no Herbário João Murça Pires do Museu Paraense Emilio Goeldi. Para tanto, foi realizado um levantamento nas bases de patentes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Escritório Europeu de Patentes e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no período de 1990 a 2011. Os seguintes parâmetros foram analisados: aspecto cronológico dos depósitos; país de origem dos depositantes; classificação internacional de patentes, tecnologias e atores que participam da plataforma tecnológica. A análise da evolução temporal dos depósitos mostra um aumento ao longo do tempo sugerindo a importância do sistema de patentes como mecanismo para a proteção dos resultados de pesquisas relacionadas à utilização das plantas. As áreas farmacêutica/cosmética, agricultura e de alimentos foram identificadas como as áreas tecnológicas onde a utilização das plantas tem maior aplicação comercial. Em outro aspecto do trabalho foram identificados os depositantes com maior número de pedidos de patente, destacando-se o Brasil em primeiro lugar, com a maior parte dos pedidos já em domínio público, indicando que a informação tecnológica contida nesses documentos pode fundamentar decisões de pesquisa e de investimento, em diversas áreas.

BRANDÃO, Juliana Morcelli. Sistema regional de inovação do Vale do Submédio São Francisco: o caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF.

Orientadores: Araken Alves de Lima e Dirceu Yoshikazu Teruya.

RESUMO: Esta dissertação tem como um dos objetivos principais a identificação de um Sistema de Inovação no Vale do Submédio São Francisco. Com características tanto setoriais, voltando-se para a agricultura irrigada, como regionais, delimitado numa dada localidade. Este sistema foi construído de forma involuntária, induzido por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico regional, em especial do setor agroindustrial. Aproveitando-se a parceria com a iniciativa privada, por meio da associação dos produtores e demais instituições percebiam a importância de uma atuação conjunta. Com criação de espaços de conhecimento, visando o aperfeiçoamento inovativo e tecnológico da agroindústria. São incorporados métodos de proteção da propriedade intelectual, como Marcas, Indicações Geográficas, Patentes. Em 2001 foi implantada na região a Universidade Federal do Vale do São Francisco, tendo por missão ser reconhecida como instituição estratégica para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da região, utilizando, para tanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como metodologia foi utilizado o estudo de caso junto à UNIVASF, objetivando mensurar sua atuação dentro do Sistema de Inovação do Vale do Submédio São Francisco. Contudo, a inexistência de uma política de Gestão do Conhecimento científico produzido limita as conclusões deste trabalho.

CASTRO, Viviane Freitas de Castro. Análise do cenário técnico-científico mundial: um estudo de caso em Leishmaniose.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: O uso de indicadores bibliométricos em um sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) tem como principal fundamento avaliar o retorno dos investimentos aplicados no desenvolvimento de determinada tecnologia. Esses indicadores caracterizam-se por serem medidas quantitativas baseadas na produção bibliográfica - literatura não patentária (NPL) e literatura patentária (PL) - geralmente utilizados para avaliação do grau de desenvolvimento científico e tecnológico de um

país. Em meio a esse contexto, o presente trabalho utiliza como estudo de caso as pesquisas em leishmaniose, uma vez que essa é uma doença com impacto em diversas regiões do mundo e do Brasil, onde essa patologia ainda é prevalente e vem aumentando consideravelmente. A leishmaniose, numa breve referência aos seus aspectos sociais e econômicos, classifica-se como uma doença negligenciada, ou seja, afeta predominantemente as populações mais pobres e vulneráveis e os investimentos em pesquisa geralmente não são revertidos em desenvolvimento de novos medicamentos, testes diagnósticos e medidas de prevenção e controle. Para avaliar essas questões, será utilizada, nesse trabalho, uma metodologia que permita uma comparação entre o número de artigos científicos encontrados e o número de documentos patentários recuperados. Essas informações serão obtidas por meio de bases de buscas e permitirão traçar um paralelo entre a produção científica e o desenvolvimento tecnológico dos diversos países. Os seguintes parâmetros serão analisados: principalmente autores, principais instituições, produção científica ao longo do tempo, principais depositantes, país de depósito, país de prioridade, desenvolvimento tecnológico ao longo do tempo, mercado de proteção e distribuição geográfica nas regiões brasileiras. É nesse cenário que serão detalhados e discutidos os resultados encontrados e estabelecidas conclusões, hipóteses e questionamentos. Os dados obtidos neste trabalho mostram a incipiente participação do Brasil no mercado internacional de desenvolvimentos de novas tecnologias, o que parece ser característico de países em desenvolvimento, que apresentam um fraco sistema de inovação com uma baixa transferência de conhecimento entre a ciência - onde a produção é alta - e a tecnologia, detectada através da análise do número de depósito de documentos patentários e de investimentos em P&D. Por fim, a presente dissertação faz uso dos indicadores bibliométricos para uma análise sobre as pesquisas em leishmaniose e sugere o grau de desenvolvimento tecnológico relacionado à leishmaniose no Brasil e no mundo, inferindo possíveis barreiras nesse desenvolvimento, o que se espera ser de benefício tanto para futuros estudos quanto para auxílio em medidas estratégicas de utilidade pública.

DIAS, Eduardo Tibau de Vasconcellos. **Autoria e titularidade nas obras colaborativas.**
Orientador: Denis Borges Barbosa.

RESUMO: A presente dissertação discute a noção de autoria concebida pelo Direito Autoral, desde a sua origem até os dias atuais, apontando para a necessidade de sua reconfiguração para abranger as novas formas de criação oriundas das obras colaborativas e coletivas.

LIMA, Daniela Fortunato Barbo. **O avanço e os desafios do sistema regional de inovação de fitoterápicos no estado do Amapá e o uso da propriedade intelectual.**
Orientadora: Elizabeth Ferreira da Silva.

RESUMO: O Estado do Amapá é um dos estados amazônicos e foi marcado por uma trajetória de desenvolvimento tardia, devido a sua localização e ao difícil acesso, a qual se repercutiu ainda nos dias atuais. Esse contexto foi decisivo para preservação da biodiversidade no estado e também para a preservação dos laços sócio-culturais da sociedade amapaense, assim como sua valorização entre os agentes locais. Esta situação influenciou também o desenvolvimento da política pública estadual orientada para o desenvolvimento condizente com o grau de maturidade econômica dos autores locais, o que contribui para uma gestão sustentável dos recursos naturais. Atualmente, os avanços tecnológicos impulsionam a economia em direção a uma revalorização dos recursos da sociobiodiversidade numa outra dimensão de sua exploração – a bioeconomia. Nesse contexto, as potencialidades da sociobiodiversidade do Estado do Amapá despontam, como um cenário de oportunidades para alavancar o desenvolvimento econômico do estado, através de exploração de

setores biotecnológicos – como o setor fitoterápico. Entretanto, essas oportunidades são dependentes de uma série de fatores inter-relacionados. Dentre esses fatores, a questão da maturidade tecnológica, a capacidade tecno-produtiva, a qualificação de mão de obra local, a interação dos agentes locais em si e com outros afetam a construção de um ambiente em rede para o fluxo de conhecimento e informação. Esses aspectos podem ser decisivos para o aproveitamento das janelas de oportunidades e para a apropriação do valor gerado no território amapaense. Este trabalho visa analisar o setor de fitoterapia do Estado do Amapá segundo a abordagem do Sistema Regional de Inovação e a possibilidade de apropriação de valor gerado pelos direitos de propriedade intelectual entre os atores amapaenses.

MENDES, Lídia Maria da Silva Schrago A reestruturação dos serviços de informação tecnológica do Instituto Nacional de Tecnologia (INT): subsídios para a inovação.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: O Instituto Nacional de Tecnologia, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, quer ser reconhecido como referência nacional até 2021, em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a inovação. A presente dissertação visa investigar a importância que os serviços de informação tecnológica contribuem dentro de uma Instituição Científica e Tecnológica, para o bom andamento de suas pesquisas em áreas portadoras de futuro, tais como: Biotecnologia e Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Insumos para a saúde, Biocombustíveis, Energia Elétrica, Hidrogênio e Energias Renováveis, Petróleo e Gás e Carvão Mineral, Agronegócio, Biodiversidade e Recursos Naturais, Meteorologia e Mudanças Climáticas. A Metodologia utilizada envolveu a revisão da literatura para a construção do referencial teórico sobre a importância da informação tecnológica para o desenvolvimento de novas tecnologias no processo de inovação, a constituição de uma matriz SWOT, bem como sua análise qualitativa e quantitativa. O resultado obtido através da matriz SWOT apresentada aos pesquisadores e, validado pelos mesmos das áreas técnicas entrevistadas, foi a apresentação de uma proposta quanto a realização de estudos de prospecção tecnológica para dar suporte às diversas áreas do INT na pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de governo, baseadas no seu Mapa Estratégico, como: Petróleo, Gás e Petroquímica, Energia Renováveis, Defesa, Saúde, Tecnologias Sociais, Conclui-se, na avaliação da percepção dos pesquisadores diante da importância dos produtos e serviços oferecidos pela Área de informação do INT, demonstra uma iniciativa positiva com a finalidade de se obter um diagnóstico e propor melhorias.

PINTO, Ana Paula Gomes. As patentes de revalidação (Pipelines): um estudo sobre a prorrogação dos prazos de proteção nos produtos e processos farmacêuticos.

Orientadores: Luciene Ferreira Gaspar Amaral e André Fontes.

RESUMO: Após quinze anos de publicação da atual Lei de Propriedade Industrial (Lei n. 9.279 de 14 de maio de 1996), as patentes de revalidação (pipelines) continuam a gerar polêmica, desde as discussões do Projeto de Lei n. 115-1993, que as introduziu no país. Esse debate perdurará mesmo depois que a ação direta de constitucionalidade – ADI 4234, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, que requer a declaração de constitucionalidade dos artes. 230 e 231 da citada lei –, tenha seu mérito julgado. Nessa dissertação, o objetivo se subdividiu em duas partes: geral e específico. O objetivo geral se apresenta em processual (em que se examinam as ações judiciais cujo pedido é a prorrogação do prazo vintenário de proteção) e o social (por meio da análise das consequências destas patentes para a sociedade e para o Poder Público). O objetivo específico deste estudo foi descrever o passado – com as questões conceituais e a enumeração da legislação sobre propriedade industrial no

Brasil durante o século XX; discutir o presente – por meio da avaliação de quatro patentes com ações judiciais, cuja demanda tratava do pedido de prorrogação do prazo de proteção vintenário fundamentado nos institutos do SPC ou do continuation-in-part –; e, por fim, caracterizar o futuro – por meio dos possíveis efeitos a serem atribuídos à decisão de mérito da ADI 4234 que poderá, através da Teoria da Modulação dos Efeitos (vinculada ao interregno a ser atingido pela decisão), gerar diferentes consequências aos estudos da propriedade industrial, principalmente no que se refere à revalidação, bem como nas relações obrigacionais do Poder Público e de particulares. A metodologia utilizada valeu-se de fontes primárias e secundárias das quais prevaleceram: a pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e de um estudo de caso. Isto permitiu alcançar como resultados a necessidade de utilização da linguagem técnico-científica vinculada ao tema; a importância do conhecimento da legislação nacional e internacional que as regem e as consequências jurídicas, administrativas e sociais que a decisão de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4234 causará ao estudo das patentes de revalidação (pipelines). Este debate permanece atual tendo em vista a quantidade e a natureza das patentes a serem alcançadas por esta discussão.

SOUZA, William Augusto Rodrigues de. **Mecanismo inteligente semi automático para identificação e monitoramento de informações sobre fármacos e medicamentos.**

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: As políticas de saúde pública são voltadas para o interesse da saúde da população brasileira e são garantidas por dispositivo constitucional. Desta forma, o Ministério da Saúde vem implantando políticas através das quais possa viabilizar o acesso da população aos diversos tipos de medicamentos, inclusive aqueles denominados de alto custo, indispensáveis para promover proteger a vida. Logo, é imprescindível buscar e identificar informações tecnológicas de interesse para os programas de saúde geridos pelo Ministério da Saúde, em específico obter informações que possam basear uma argumentação sólida a ser utilizada nos processos de negociação dos programas desse Ministério. Neste contexto, o presente trabalho descreve e detalha um processo para identificação e monitoramento de informações sobre fármacos e medicamentos utilizados pelos programas do Ministério da Saúde e, assim, especifica as principais funções de uma ferramenta computacional com mecanismos baseados em inteligência Artificial e Recuperação de Informações, para automatizar esse processo, tendo como objeto principal as patentes. Além disso, é desenvolvido e disponibilizado um protótipo da ferramenta computacional na Internet para permitir o seu teste por interessados no assunto.

DEFESAS EM 2013

ABREU, Marcus Vinícius Barcellos de. A importância da produção científica da EMBRAPA como fonte de informação tecnológica

Orientadores: Celso Luiz Salgueiro Lage e Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Os novos paradigmas da produção do conhecimento e da inovação, associados à ciência e à tecnologia no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(EMPRAPA) ensejaram a análise da produção científica e sua relação com a inovação, em função de a empresa disponibilizar os resultados de suas pesquisas por meio das Base de Dados da Pesquisa Agropecuária(BDPA) e, ainda, explorar economicamente alguns desses resultados neste setor por meio de periódicos científicos, livros, cartilhas, entre outros meios. Este estudo de caso buscou, assim, analisar, levando-se em também em conta o volume das vendas da Embrapa Informação Tecnológica (SCT)nos últimos 11 anos (2002 a 2012), o volume de acessos de clientes locais e internacionais às bases de informações científicas criadas e mantidas pela Embrapa, com a finalidade de serem analisados os interesses deste público diante da quantidade de informações por eles captadas em download realizados no período entre 2011 e 2013, a fim de avaliar a importância da produção científica da Embrapa como fonte de informação tecnológica e demonstrar a qualidade destas pesquisas tendo como base os resultados publicados; E, se possível, concluir se todo esse conhecimento gerado no âmbito da empresa pode ser considerado como condição indispensável para se chegar a inovações que venham a incentivar o agronegócio brasileiro e o mundial. Parte-se do princípio no qual, se o volume de utilização dessas informações é alto e se os pesquisadores do mundo inteiro se interessam pelas mesmas, é provável que, “ao final”, alguns destes pesquisadores possam vir a gerar produtos inovadores para o mercado nacional ou estrangeiro de diversas formas, tais como: patentes, variáveis de plantas, sementes ou novas raças de animais ou ainda nos processos de cultivo de fungos e bactérias, de sementes e plantas, ou ainda na criação de animais. Ao final do estudo espera-se que deste modo sejam propostas melhorias para que a empresa possa aumentar sua vigilância e suas ferramentas de proteção aos processos vinculados à propriedade intelectual e à inovação no âmbito da Embrapa.

ALMEIDA, Elisa Farias Sauwen de. Indicação geográfica para cacau brasileiro: potencialidades e desafios.

Orientadora: Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: A dissertação trata das Indicações Geográficas de cacau e chocolate no Brasil e no mundo. Tendo como objetivo avaliar a estruturação desse mercado partindo de uma perspectiva macro, internacional, afunilando para âmbito brasileiro até chegar às principais regiões produtoras dando ênfase aos processos de estruturação de Indicação Geográfica que estão ocorrendo no país. Apresenta uma compilação de dados da cadeia produtiva cacau-chocolate a fim de identificar os seus principais atores. Conceitua Indicação Geográfica e comenta sua importância como ferramenta para diferenciação de commodities mostrando as opiniões dos principais autores no tema e realiza uma revisão bibliográfica desse ativo intangível no mundo e no Brasil de cacau e chocolate com o objetivo de avaliar o estado atual e identificar os principais potenciais e gargalos nos processos de estruturação. Para isso faz não só busca na literatura especializada como em bancos de dados além de utilizar uma abordagem qualitativa feita através de estudo de caso. Conclui que o mercado mundial é bastante polarizado, tendo de um lado, os países produtores de cacau em desenvolvimento, e do outro, países desenvolvidos detentores das grandes indústrias de processamento e chocolate que constituem um

monopólio dos produtos de maior valor agregado. O mercado brasileiro reflete essa condição, demonstrando ser fundamental para haver mudança de cenário, organização do setor produtivo e maior interação com instituições de P&D, sendo o processo de Indicação Geográfica uma ferramenta adequada de contribuição para este fim.

BORSATTO, Cádia Zanei. Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e a sua relação com a Constituição da República e leis infraconstitucionais.

Orientador: Celso Luiz Salgueiro Lage.

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão atinente à patenteabilidade de genes humanos, expondo, ainda que de maneira perfunctoria, o posicionamento europeu, através da Diretiva 98/44 – sobre proteção legal de patentes biotecnológicas – e o posicionamento dos Estados Unidos, através, principalmente, das decisões judiciais referentes ao pedido de patente e da sua concessão pelo USPTO ao gene BRCA1, responsável por uma considerável detecção de cânceres de mama e ovário. Analisará o impedimento de tal concessão no Brasil, de acordo com a Lei 9.279/96 e apresentará os projetos de mudança legal do inciso IX do artigo 10, insertos nos Projetos de Lei números 2.695/2003 (atualmente, arquivado) e 4.961/2005 (em trâmite), os quais objetivam permitir o patenteamento de sequência genética em sua forma isolada. Será observado se a aprovação do último projeto de lei defrontaria a Lei de Transplantes, que impede a comercialização de órgãos e tecidos humanos e ainda o risco de tal alteração legal provocar a inconstitucionalidade da lei, uma vez que o patenteamento de genes humanos (e a sua consequente comercialização) confrontaria o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, observado a partir da finalidade da vida humana e da garantia do direito à saúde. Dentre algumas normas constitucionais citadas, destaca-se o 4º do artigo 199 da Constituição da República de 1988 que proíbe a comercialização de sangue e derivados e, por consequência e analogia, proibiria da mesma forma, a comercialização de outras partes do corpo humano.

CASTRO, Luisa Rezende. Os ativos de propriedade industrial na formação de joint ventures: recomendações para a indústria farmacêutica.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Esta dissertação aborda os ativos de propriedade industrial na formação de joint ventures na Indústria Farmacêutica, definindo os tipos de joint ventures, a dinâmica setorial farmacêutica e os direitos relativos à propriedade industrial. Desta forma são determinados recomendações para a Indústria Farmacêutica no âmbito da titularidade dos referidos ativos das empresas acionistas e dos ativos gerados pela própria joint venture definindo as principais medidas a serem tomadas de acordo com o tipo de joint venture formada, além de apresentar o estudo de caso da joint venture BIONOVIS S. – Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica através da caracterização dos ativos das empresas formadoras da mesma e da comparação da mesma com a Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC S.), outra joint venture brasileira.

FERREIRA, Ana Maria. A inovação e a apropriação do conhecimento na aquicultura brasileira.

Orientadora: Lúcia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: A aquicultura é considerada uma das grandes alternativas para o abastecimento de alimentos no mundo e expandiu acentuadamente nas últimas décadas. O Brasil insere-se neste contexto particularmente a partir do ano 2000, quando se verifica uma mobilização institucional ligada ao setor

e aumento dos cultivos. O presente estudo verificou evidências de atividades inovadoras dos agentes do sistema setorial, as ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e utilização dos direitos de Propriedade Industrial, no período posterior ao ano 2000. A metodologia seguiu a seguinte ordem: i) análise do panorama mundial; ii) análise do setor no Brasil; iii) levantamento das atividades de pesquisa; iv) levantamento dos depósitos de propriedade industrial na área de patentes, de desenho industrial e de indicações geográficas; v) análise comparativa dos dados de depósitos de patentes no Brasil e outros Escritórios. O levantamento de patentes baseou-se em classificação específica da Classificação Internacional de Patentes e foi efetuado na base de dados do INPI (Brasil) e na base de dados ESPACENET. O levantamento de indicações geográficas no Brasil foi baseado em dados do INPI e, Escritório Europeu, foi realizado na base de dados DOOR. Os estudos mostraram a existência de pesquisas diferenciadas e programas de fomento tecnológico no setor, sendo que o uso dos direitos de propriedade industrial, apesar de reduzido, aumentou a partir do ano 2000 e passa a apresentar nova titularidade. Os resultados permitem sugerir a necessidade de fortalecimento do sistema de inovação do setor aquícola nacional.

GUIMARÃES, Adriana Castello. O papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no processo de capacitação em propriedade intelectual no Brasil de 2004 a 2011.

Orientadora: Maria Beatriz Amorim-Borher.

RESUMO: Neste trabalho, tem-se como objetivo estudar o papel exercido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no processo de capacitação em Propriedade Intelectual (PI) no Brasil de 2004 a 2011. A crescente importância dos ativos intangíveis na economia e o incremento do uso da PI como forma de apropriação dos resultados da inovação tecnológica levaram ao lançamento de várias ações de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, visando ao incremento da competitividade e ao avanço socioeconômico. A Lei de Inovação, de 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003, a Política de Desenvolvimento Produtivo, de 2008, e o Plano Brasil Maior, de 2011, são marcos dessas mudanças. Nessa conjuntura, verifica-se um aumento de demanda por capacitação na área de PI, sobretudo entre universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia. A ampliação das atividades de treinamento e educação em PI promovidas pelo INPI e conduzida pela Diretoria de Articulação Institucional e Informação Tecnológica (DART), criada em 2004, decorre desse contexto no qual há a necessidade de um maior entendimento do sistema de PI como instrumento para o fomento da inovação. Os avanços significativos na disseminação do conhecimento em PI pelo INPI apresentados no período apontam para a necessidade de atualização do planejamento de ensino do instituto a fim de atender à crescente demanda.

LAFORET, Maria Regina Capdeville. A transferência de tecnologia de processos de produção de fertilizantes organominerais: pesquisa-ação sobre uma parceria público-privada.

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Este trabalho aborda a transferência de tecnologia de processos de produção de fertilizantes organominerais, resultado de uma parceira público-privada constituída entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e uma empresa privada de consultoria e assessoria técnica na área de fertilizantes. O estudo acompanhou desde a formalização da parceria por meio de acordo de cooperação técnica entre a Embrapa e a empresa parceira até o inicio das tratativas para assinatura dos primeiros contratos de transferência de tecnologia para o segmento produtivo de fertilizantes organominerais. Nesse contexto, foram examinadas questões relativas aos benefícios da cooperação público-privada, da inovação nesse setor de fertilizantes e da parceria para agregação de valor ao

segmento. Em razão de o estudo ter ocorrido de forma paralela ao processo de transferência, foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação. A metodologia propiciou o estudo de um caso que ainda não havia sido concluído, e cuja avaliação foi realizada de forma colaborativa com os atores que participaram de forma direta e indireta da evolução do processo. Na discussão dos resultados da dissertação foi destacado o papel diferenciado, porém complementar, da pesquisa pública e da iniciativa privada para o acabamento e licenciamento tecnológico. Foi ainda salientada a importância que vem assumindo a apropriação de ativos no relacionamento entre agentes de sistema de produção e inovação em formação, inclusive por meio de mecanismos de propriedade intelectual. Por fim, foi ressaltado o êxito alcançado pela transferência de plantas de produção de adubos organominerais tanto para aumento da competitividade do segmento produtivo quanto para as práticas de transferência de tecnologia da Embrapa na área de fertilizantes.

OLIVEIRA, Sônia de. Gestão da propriedade industrial no modelo de inovação aberta: o caso da Petrobras.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes.

RESUMO: A inovação aqui entendida como variável responsável pelas principais mudanças na sociedade. Esta é considerada o caminho de sobrevivência nos grandes mercados, tanto de processos quanto de produtos novos, cada vez mais competitivos. Tomando-se como ponto de partida abordagem da inovação aberta, buscou-se neste trabalho identificar e analisar as práticas organizacionais exercidas pela Petrobras no que tange os aspectos cunhados por Henry Chesbrough, os quais ele denominou de o novo paradigma da inovação. Considerando as práticas relacionadas às fontes externas de conhecimento e inovação; análise do perfil dos parceiros; perfil das parcerias e seu processo de gestão; spin-offs; gestão de protifólio de propriedade industrial e dinâmica de licenciamento de tecnologias; organização interna e motivações para colaborar. A presente dissertação apresenta o estudo de caso da Petrobras a partir da análise do modelo de inovação aberta e suas práticas colaborativas. Este trabalho teve o objetivo de analisar o gerenciamento da propriedade industrial nas transações que envolvem compartilhamento de conhecimento e cooperação entre a Petrobrás e seus colaboradores externos. Através deste, testou-se a hipótese de que a propriedade industrial atua como instrumento facilitador da gestão das operações no modelo de inovação aberta no que tange a difusão e desenvolvimento tecnológico na Petrobras. De tal modo, constatou-se que diversas práticas de inovação aberta, mesmo que de forma isolada, têm sido aplicadas no intuito de aumentar os diferenciais competitivos da empresa. De tal modo, o sistema de propriedade industrial contribui na promoção e circulação do conhecimento a fim de propiciar a apropriabilidade dos resultados do investimento e do esforço de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

ORTIZ, Luiz Rodolfo de Aragão. Busca de patentes em óleos essenciais como defensivos agrícolas alternativos em contexto agroecológico orgânico familiar e segurança alimentar.

Orientador: Celso Luiz Salgueiro Lage.

RESUMO: Esta dissertação teve como objetivo geral busca por defensivos agrícolas menos agressivos a saúde e meio ambiente, e como objetivo específico busca documental em patentes de composições contendo óleos essenciais biocidas analisando aquelas tecnologias com potencial uso para agricultura familiar orgânica, com possibilidades de geração de patentes, indicações geográficas, marcas coletivas, e inovações. As alternativas pesquisadas constituem-se boas opções para empreendedorismo, arranjos produtivos locais, e investimentos industriais, tema de segurança e soberania nacional alimentar e ecológica.

REIS FILHO, Paulo de Oliveira. O baile charme do viaduto de Madureira na perspectiva da economia criativa.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: Os desenvolvimentos das tecnologias da informação e da comunicação vêm, de forma acelerada, alterando as organizações sociais, onde, determinados arranjos urbanos passam a possuir importância estratégica relevante, na perspectiva do incremento da economia local e da competição global por produtos criativos. O fenômeno do Baile Charme que ocorre sob o Viaduto Negrão de Lima, em Madureira, caracteriza um desses arranjos urbanos que tem o poder de impactar positivamente seu entorno, influenciando e incrementando sua dinâmica econômica. Os vários atores sociais que constituem o Baile interagem de forma construtiva, interdependente e colaborativa, configurando as bases de um núcleo de atividade criativa e inovadora. A economia criativa, por representar os negócios baseados em processos que envolvem concepção produção e distribuição de produtos e serviços, que utilizam, intensamente, o conhecimento e a criatividade como principais recursos produtivos, oferece uma perspectiva que possibilitaria identificar esses atores como agentes de transformação cultural, social e econômica. Nesse contexto, a dissertação busca responder se as ferramentas integradas do sistema de proteção intelectual, na medida em que representam processos com potencial de imprimir qualidade e sofisticação aos produtos e serviços desenvolvidos no Viaduto de Madureira, seriam, realmente, capazes de incrementar aquele evento e seu entorno.

SANCHEZ, Rodrigo Arruda. Incentivo fiscal à inovação: análise da (in)adequação da lei 11.196/2005.

Orientador: Denis Borges Barbosa.

RESUMO: A inovação tecnológica é importante ferramenta que favorece a manutenção e conservação das empresas, uma vez que possibilita a competitividade no mercado. Na expectativa de tornar o país cada vez mais competitivo, o Brasil deve se preocupar em criar mecanismos que fomentem a inovação, buscando um ambiente mais propício ao investimento privado em pesquisa tecnológica. Um dos instrumentos disponíveis seria a criação de incentivos fiscais. No Brasil, a Lei 11.196/2005 buscou alavancar inovações nas empresas, por meio de dispositivos que promovessem o espírito inovador das corporações. Assim como as demais ferramentas de fomentos, os incentivos fiscais possuem qualidades e defeitos inerentes. Neste cenário, o presente trabalho procura analisar e identificar os limites e potencialidades da referida Lei 11.196/2005 (também conhecida como Lei do Bem), propondo alternativas de melhoria da política de incentivo.

SANTOS, Marcos Quintanilha. A proteção do conhecimento gerado nas instituições de ciência e tecnologia brasileiras: o caso dos aerogeradores.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: A energia da força do vento captada por máquinas eólicas é utilizada há mais de quatro mil anos e teve seu emprego reduzido com a chegada da Revolução Industrial que ao demandar mais energia para produção em escala, fez com que a oferta dessa fonte primária e inesgotável de energia caísse em desuso por não ter uma tecnologia eficiente de conversão capaz de atender a demanda do mercado. Atualmente, o cenário mundial é favorável à retomada do emprego de fontes renováveis e a energia eólica apresenta uma resposta plausível para produção em escala de eletricidade na matriz energética mundial. No Brasil, o Sistema Nacional de Inovação, que está sendo estruturado, vem fortalecendo a economia nacional por meio da geração de novas fontes de energia promovida pelo

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica para fomentar a produção de conhecimento e tecnologia ligados aos aerogeradores. Este trabalho pretende compreender o cenário de produção de energia eólica no Brasil, em especial, o quanto do conhecimento da tecnologia dos aerogeradores está sendo gerado e protegido pelas Instituições de Ciência e Tecnologia - ICr. Foi constatado que o Brasil tem investido na produção de energia por meio de aerogeradores e que empreendedores do ramo eólico estão se organizando para terem mais acesso a projetos e serviços. Foram encontrados 79 líderes de grupo de pesquisa em aerogeradores cadastrados no CNPq no período de 1976 a 2011 , sendo a maioria integrante das áreas de engenharia elétrica e mecânica. Os grupos de pesquisa produziram 697 artigos, sendo 40 específicos de aerogeradores, com a média de produção de 0,5 artigos de aerogerador por líder no período de atividade dos grupos. O conhecimento gerado durante as atividades produziu 106 tecnologias. Destas, quatro foram de aerogeradores que equivale a 0,1 tecnologia de aerogerador por líder de grupo. Foram encontradas 15 patentes requeridas no período que equivale a 0,2 patentes por líder. Desses pedidos, nenhum reivindica proteção por patente de aerogerador. Concluindo, os grupos de pesquisa de aerogeradores brasileiros não estão protegendo as possíveis tecnologias desenvolvidas, apesar dos investimentos que o país tem feito na produção de energia elétrica por meio de aerogeradores e da formação de empresas ligadas a esse ramo de atividade. Ademais, os dados apresentados indicam que apesar do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições de Ciência e Tecnologia do Brasil - FORMICT ter apurado que mais de 65% dos NIT estarem estruturados e em condição de funcionamento, eles não atingiram sua capacidade plena de trabalho de proteção de PI nas ICT. Constata-se uma fraca prática de proteção da propriedade intelectual ocorrendo nessas instituições, em razão de uma fraca interação entre os NIT com os pesquisadores, apesar da maioria dos líderes do grupo analisado ter sinalizado a ocorrência de contato inicial com o Nlr. Esse fato demonstra que os NIT ainda não estão fortalecidos e que a cultura de PI não está implantada nas ICr e que novas políticas de governo são imprescindíveis para reverter o quadro de enfraquecimento dos NIT.

SILVA, Anna Karina Mendes da. **Estratégias competitivas do setor de confecção de vestuário, amparadas por direitos de propriedade intelectual** : um estudo de caso de uma microempresa.
Orientadora: Elizabeth Ferreira da Silva.

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o posicionamento estratégico adotado por uma microempresa do setor de confecção de vestuário, a partir das estratégias competitivas genéricas propostas por Porter e da utilização dos Direitos de Propriedade Industrial, de modo a compreender como uma empresa de menor porte articula seus ativos intangíveis protegidos por direitos de propriedade intelectual como ferramenta de competitividade. Para que tal objetivo fosse alcançado procedeu-se a um estudo de caso de uma microempresa que atua no mercado de confecção de vestuário. A coleta de informações foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas e aplicação de questionário. Como resultado, constatou-se que o posicionamento de uma empresa de menor porte no mercado de confecção de vestuário por meio da estratégia de diferenciação, confere uma vantagem competitiva ao evitar a concorrência no mercado de preços. Entretanto, considerando que a possibilidade de cópia do produto diferenciado tende a diminuir a percepção do cliente quanto à diferenciação ofertada, é de suma importância a articulação da estratégia de posicionamento adotada pela empresa com os ativos intangíveis, sobretudo os protegidos por Direitos de Propriedade Intelectual. Concluiu-se, portanto que os Direitos de Propriedade Intelectual podem contribuir para a apropriação do valor do esforço inovativo empreendido pelas Micro e Pequenas Empresas do setor de confecção de vestuário, sobretudo quando utilizados conjuntamente com as estratégias competitivas de diferenciação e enfoque.

SOARES, Thais Talita Ferreira. **Do protecionismo ao novo desenvolvimento:** a indústria farmoquímica brasileira.

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Em 2007 foi elaborado o Programa Mobilizador de Áreas Estratégicas, integrante da Política de Desenvolvimento Produtivo, cujos objetivos para o parque tecnológico farmacêutico e farmoquímico nacionais eram aumentar o acesso aos medicamentos, reduzir gastos com importação e estimular a produção interna de fármacos e medicamentos, como estratégia para instrumentalizar a Política nacional de Medicamentos. Sua operacionalização baseia-se na parceria firmada entre os laboratórios privados, os quais se comprometeriam a fabricar insumos farmacêuticos ativos, e os públicos aos quais caberia a responsabilidade pela produção dos medicamentos, fortalecendo assim a Indústria Nacional. A análise da execução desta política publica revela que as ambições desejadas pelos seus idealizadores ainda estão longe de serem alcançadas. Em verdade, embora se tenha constatado que ainda é cedo para ratificar a não concretização do propósito das PDPs, visto que as primeiras a serem acordadas em 2009 estão por serem finalizadas durante o presente ano (2013), o estudo possibilitou a realização de uma analise prévia do processo de implantação da proposta bem como do seu potencial para reativar a indústria farmoquímica nacional.

SOUZA BRITTO, André Luiz de. **Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP):** contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor petrolífero atuante no Brasil.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes.

RESUMO: Apresenta a contribuição da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o desenvolvimento científico e tecnológico no setor petrolífero atuante no Brasil. Possui por objetivo verificar se o programa de recursos humanos da ANP esta em consonância com as tendências mundiais por meio de uma análise comparativa com o World Petroleum Congress (WPC). Utiliza como metodologia a realização de uma pesquisa exploratória com o objetivo de realizar o levantamento de dados e informações e posterior análise de modo aprofundado. Neste contexto, em relação ao World Overview se observa uma ocorrência de 86% referentes aos ativos complementares ao passo que a concentração das áreas do PRH possui 59%. Em relação ao Downstream, o World Review teve 9% eo PRH apresentou 4% em relação a logística e comercialização. Em relação ao Upstream o World Review tratou de 5% dentre suas abordagens enquanto o PRH 31% sobre a exploração e na produção. No World Review não tiveram ocorrências em relação ao Midstream, no PRH foram registrados 6% em refino e processamento, Como podemos perceber ambos apresentam maior incidência em relação aos ativos complementares demonstrando uma convergência internacional. Em relação a Downstream e Midstream as ocorrências foram baixas ou inexistentes, respectivamente. Enquanto o percentual referente ao Upstream apresentou uma grande dissonância considerando não ser uma tendência mundial considerando o World Overview em relação ao PRH-ANP.

DEFESAS EM 2014

BRAGA, João Jackson Batista. Contribuição da propriedade industrial para inovação no processo estandardização da FIAT Automóveis Brasil.

Orientador: Jeziel da Silva Nunes.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma aplicação do processo da introdução dos conceitos e aculturamento do grupo de funcionários da empresa Fiat Automóveis do Brasil referente a Propriedade Intelectual. Discute o meio em que está envolvido o tema da propriedade industrial em questão por se tratar de um assunto pouco evoluído dentro do meio produtivo industrial no país, e também os fatores que levam a empresa a se comprometer com a busca pela inovação através da exploração e proteção do bem intangível. É levado em consideração na discussão o posicionamento do trabalho da equipe de facilitadores no contexto das atividades já existentes que relaciona a propriedade industrial e a inovação na empresa, e também explorando as questões do conforto das ferramentas de disseminação da inovação a propriedade intelectual e a estandardização. Finalmente é apresentada a metodologia proposta para implementação do processo utilizado para atingir as metas de exploração e proteção do conhecimento jurídico, e também os resultados obtidos deste trabalho, como o treinamento dos funcionários, as análises da concorrência, as buscas e os depósitos de patentes.

CAMPOS, Isabel Felicidade Aires. Estudo comparativo entre os mecanismos de criação dos núcleos de informação tecnológica industrial, dos núcleos de apoio ao patenteamento/escritórios de transferência de tecnologia e dos núcleos de inovação tecnológica.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: No Brasil, a partir da década de 80, diversas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de promover a aproximação do governo, academia e empresa, com a criação de mecanismos como: 1) a rede de Núcleos de informação Tecnologia Industrial (NITI), do programa de apoio ao Desenvolvimento científico e Tecnológico (PDCA); 2) os Núcleos de Apoio ao patenteamento (NAP)/Escritórios de Transferência de Tecnologia (ETT); e 3) os Núcleos de Tecnológica(NIT) implantados a partir da Lei nº 10.973, de 02/12/2004 (Lei da Inovação). As questões a serem levantadas para se tentar entender a situação brasileira como um participante menor nos rankings mundiais de países produtores de inovação e de depósitos de patentes podem ser resumidas nas seguintes: Até que ponto a Rede de Núcleos de Informação Tecnológica Industrial influenciou a criação dos Núcleos de Apoio ao Patenteamento/Escritórios de Transferência de Tecnologia e dos Núcleos de Inovação Tecnológica? Houve alguma avaliação do estágio anterior para lançamento de novas ações? As políticas de implantação desses núcleos competem entre si ou se complementam? Houve continuidade na política de governo após a edição da Lei de Inovação?

CERQUEIRA, Ariane Cedraz de. O papel dos instrumentos de proteção de tecnologia nas pequenas e médias empresas da Rede de Petróleo e Gás de Sergipe nos anos 2000.

Orientador: Dirceu Yoshikazu Teruya.

RESUMO: O setor de Petróleo e Gás em Sergipe segue, em sua importância, o cenário nacional. Com sua estrutura definida em 2003, a Rede de Empresas de Petróleo, Gás e Energia de Sergipe (PETROGAS) tem como objetivo de alavancar a Cadeia de Petróleo e Gás no estado, de forma a promover o fortalecimento e o desenvolvimento das empresas participantes, através da coordenação da

PETROBRAS e do SEBRAE. O presente trabalho tem por objetivo verificar o uso dos instrumentos de apropriabilidade nas empresas participantes na Rede de Petróleo, Gás e Energia de Sergipe (Rede PETROGAS), considerando a problemática sob a perspectiva do processo inovativo das empresas, através de iniciativa própria ou através de parcerias, e como elas tratam desse ativo da empresa. Os resultados obtidos com a realização deste trabalho mostram que a apropriação da inovação varia de acordo com o tipo de tecnologia desenvolvida, e as empresas optam principalmente pela proteção por *know how*, segredo industrial e tempo de liderança e que a propriedade industrial (patente, marca e desenho industrial) nem sempre é a melhor opção para proteger a inovação.

COSTA, Vanise Baptista da. A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca no estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: Esta dissertação apresenta um diagnóstico de potencialidade de registro de Indicação Geográfica na Região do Maciço da Pedra Branca, relacionando documentos científicos, históricos e entrevistas visando comprovar evidências de reputação de cultivo de plantas medicinais na região. O estudo foi realizado tendo como objeto o Projeto Profito que tem como integrantes três associações de agricultores familiares e pesquisadores do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde do Instituto de Tecnologia de Fármacos da Fiocruz (Farmanguinhos/Fiocruz). A Indicação Geográfica é um instrumento capaz de garantir a origem e a qualidade dos produtos gerando sustentabilidade para os agricultores familiares destas áreas onde há produção de plantas como resultado do presente estudo ficou evidente a reputação de cultivo e uso doméstico de plantas medicinais na região há mais de um século. No entanto, essas evidências não são suficientes para o pleito junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), pois não houve a constatação de que o cultivo de plantas medicinais é uma efetiva atividade econômica da região. Há a necessidade de melhorias nas estruturas para o plantio, beneficiamento e armazenagem das plantas e ainda que sejam realizados mais projetos científicos vinculadas as espécies vegetais cultivadas na região buscando identificar o vínculo destas com as condições ambientais visando a solicitação de uma futura Indicação Geográfica da espécie Denominação de Origem.

CUNHA, Renata Cavalcante Carneiro da. Demanda das expressões de propaganda e suas proteções.

Orientadores: Denis Borges Barbosa e Patrícia Pereira Peralta

RESUMO: A dissertação trata da demanda das Expressões de Propaganda e suas Proteções, tendo como objetivo avaliar como o sistema brasileiro vem tratando deste tema após a aprovação da Lei nº 9.279/96. São abordadas as principais proteções e as proteções secundárias no Brasil. A título demonstrativo e não comparativo são tratadas as proteções amparadas pelos sistemas norte-americano e europeu. Apresenta uma compilação de decisões judiciais do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa, bem como, decisões administrativas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), todas abrangendo expressões de propaganda. Comenta sobre a dificuldade de caracterizar a expressão de propaganda como a expressão distintiva mostrando as opiniões dos principais autores no tema e formaliza requisitos norteadores para tal identificação. Para isso faz não só busca na literatura especializada como em bancos de dados dos Escritórios Norte-Americano e Europeu. Conclui que a dificuldade em se proteger as expressões de propaganda não é um privilégio somente no Brasil. A questão é controversa e ainda requer muito estudo sobre o caso. As expressões de propaganda ou

slogans, como também são chamadas, são ferramentas muito valiosas utilizadas pelos empresários de diversos setores, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e Europa, para atrair o consumidor a consumir seus bens e serviços. No entanto, para que o empresário se sinta seguro, é mister haver uma proteção adequada para tal ativo tão valorado.

FILIPINO, Talita Duarte. A influência da marca na prescrição médica do sistema público de saúde federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: A presente dissertação visa analisar a influência da marca no processo de prescrição de medicamentos por parte dos profissionais atuantes na área da saúde publica do Rio de Janeiro. Preliminarmente, foram analisadas as ações publicas de implementação e potencialização do consumo de medicamentos genéricos. Contextualizando com o cenário da indústria farmacêutica, foram discutidas as estratégias de proteção intelectual e de marketing existentes nesse setor. Assim, tentou-se compreender o papel da marca na indústria farmacêutica e procurou-se demonstrar o quanto as estratégias de vêm sendo utilizadas para a conquista de mercado. Na avaliação sobre o papel da marca na prescrição médica foi utilizada, como metodologia, uma análise quantitativa através de um “survey” aplicado a 49 médicos vinculados ao sistema de hospitais públicos federais do Rio de Janeiro. Conclui-se que são vários os fatores subjetivos que influenciam a prescrição médica e, dentre eles, o apelo promovido pela marca na indústria farmacêutica, ao qual o médico não é isento.

FRANÇA, Everaldo de. Utilização de instrumento de propriedade industrial para fitoprodutos: um caminho para a proteção de direitos e para a valorização de conhecimentos locais associados à biodiversidade.

Orientador: Alexandre Guimarães Vasconcellos.

RESUMO: O Brasil é um país megadiverso, o qual cerca de 20% da biodiversidade mundial, com uma riqueza de flora e fauna exuberante potencializada por um fator ainda maior: o saber de comunidades que desenvolvem técnicas ou práticas tradicionais do uso sustentável dessa biodiversidade. O objetivo principal deste trabalho foi acompanhar o depósito de pedidos de patentes de fitoterápicos depositados no INPI e apresentar dados que corroborem par a agregação de valor ao conhecimento local associado e essa matéria-prima vegetal. Outros objetivos incluíram verificar o perfil dos titulares de pedido de patentes de fitoterápicos de depositantes nacionais, e analisar os despachos do INPI correspondentes, discutindo outras possíveis formas de proteção intelectual dentro da cadeia produtiva de fitoterápicos. O perfil dos depositantes e os despachos do andamento dos pedidos de patente foram obtidos na base de dados do ESPACENET e do INPI. Dos 621 pedidos de depositantes brasileiros, 325 foram de inventores independentes, 129 de empresas, 138 de universidades, além de outros perfis envolvendo titularidade compartilhada. A maioria (55%) dos pedidos de patente de fitoterápicos encontra-se indeferidos ou arquivados e apenas duas patentes foram concedidas. O Brasil não está conseguindo resultados expressivos em termos de proteção para disponibilizarem no mercado um fitoterápico protegido pelo sistema de patentes e as comunidades tradicionais ainda não participam dos resultados do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial. Na prática, os inventores enfrentam dificuldades em lidar com esse sistema desde o início do processo. Tampouco está havendo repartição de benefícios ás comunidades pelo acesso ao conhecimento tradicional sobre a matéria-prima da qual são feitos os fitoterápicos. Neste caso, a produção da matéria-prima para esses produtos poderia ser beneficiada, por exemplo, pelo registro de Indicação Geográfica (IG), se identificada alguma localidade de produção com reconhecida notoriedade.

FREITAS, Marcos Augusto do Valle. O uso estratégico de portfólios de patentes e seu impacto na inovação: uma análise da indústria de smartphones.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: No mundo corporativo, é cada vez mais frequente o uso de portfólios de patentes como parte de uma estratégia para obtenção de vantagens competitivas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo verificar até que ponto a utilização desses portfolios pode dificultar a inovação em determinada indústria. A indústria de smartphones e tablets nos EUA foi escolhida para estudo setorial. A pesquisa baseia-se na revisão da literatura sobre propriedade Intelectual e Inovação, bem como em indicadores de patentes extraídos das bases de dados do USPTO e do INPI. Além disso, o trabalho traz um estudo de caso envolvendo o modo como a empresa Microsoft utiliza seu portfólio de patentes. Como resultado verificou-se que, em indústrias de produtos complexos (como a de smartphones e tablets), onde as empresas não detêm a propriedade de todos os itens complementares fundamentais das tecnologias que estão desenvolvendo, a existência de direitos patentários mais fortes somada a alta fragmentação dos inputs de tecnologia desencadeou um processo em que as empresas passaram a acumular uma grande quantidade de patentes afim de obterem uma melhor posição de barganha em relação a outros proprietários de patentes quando do lançamento de novos produtos construídos com base em tecnologia já patenteadas. Isso, por si só, não representa uma ameaça ao ritmo das inovações na indústria. Entretanto, o baixo padrão de patenteabilidade que parece prevalecer nas concessões de patentes em determinadas áreas de tecnologias complexas nos EUA pode criar um desequilíbrio, visto que, ao gerar patentes com reivindicações vagas ou demasiadamente abstratas, contribuem para a formação de verdadeiros emaranhados de patentes. Portanto, observou-se que a existência de baixos padrões de patenteabilidade somada a uma forte proteção patentária facilita a construção de portfólios de patentes por empresas não inovadoras. Estas empresas podem fazer uso de litígios para ganhar tempo e alcançar o nível de tecnologia das empresas inovadoras. Nessa situação, a empresa inovadora, que assumiu os custos da invenção, conseguirá obter no máximo uma fração do total da vantagem de lead time, fato que pode implicar um desincentivo a inovação.

PINHEIRO JUNIOR, David Oliveira. Transferência de tecnologia entre ICT e empresas: ênfase na valoração de ativos intangíveis.

Orientadores: Adelaide Maria de Souza Antunes e Marcelo Ricardo A. da Costa Tredinnick.

RESUMO: Este trabalho busca estabelecer o valor de uma tecnologia da área farmacêutica, desenvolvido dentro de uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), neste caso, a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para isto, foi necessário adaptar metodologia de valoração utilizada por uma indústria farmacêutica, levando-se em consideração as informações contábeis fornecidas pela Faculdade de Farmácia e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFRJ. O principal objetivo desta metodologia é ser utilizada como ferramenta para mensurar os gastos financeiros no desenvolvimento de uma tecnologia – do estágio inicial do desenvolvimento até a fase de transferência da ICT para uma empresa do mesmo setor. A metodologia de valoração deve fornecer um valor esperado que contabilize principalmente os custos para o desenvolvimento. Desta forma, busca-se uma relação entre os gastos financeiros providos pela ICT com recursos humanos, administração e manutenção do ativo intangível, matéria-prima, equipamentos de laboratório e gastos gerais (como luz e água) e os ganhos econômicos oriundos da exploração do ativo, a fim de avaliar se no processo de transferência de tecnologia foi justo com os gastos investido pela ICT. Conclui-se que o investimento auferido pela ICT ao longo do desenvolvimento do ativo foi superior ao up-front pago pela empresa licenciada. A maior parcela deste investimento foi destinado a recursos humanos e a manutenção do ativo intangível nos escritórios de propriedade intelectual.

SCHMIDT, Ingrid Jensen. Mediação de conflitos de marcas na esfera administrativa.
Orientadores: Patrícia Pereira Peralta e Ricardo Luiz Sichel.

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é mostrar como a mediação se apresenta no campo das marcas em âmbito administrativo e analisar a eficácia da implantação de um serviço de mediação em marcas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI do Brasil, ressaltando as possíveis vantagens e desvantagens para os usuários do sistema a partir de uma perspectiva comparada co três modelos europeus existentes de mediação em marcas em âmbito administrativo: Reino Unido (Intellectual Property Office – IPO), União Europeia (Oficina de Armonización Del Mercado Interior – OAMI) e Portugal (Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI). Primeiramente foi contextualizada a mediação e sua utilização na propriedade intelectual, destacando-se vantagens e desvantagens da mediação de marcas. Discutiu-se como seria vislumbrada uma mediação de conflitos marcários na esfera administrativa, com ênfase no “acordo de convivência” por ser este um dos desfechos mais comuns da mediação em marcas. Analisou-se o projeto-piloto de mediação em marcas implantado no INPI brasileiro, salientou-se os facilitadores que contribuíram para a implantação da mediação em marcas nos três casos em estudo. Também foram apontados os fatores críticos do modelo INPI. Embora a tendência mundial caminhe para adesão ao uso dos instrumentos alternativos de resolução de conflitos na propriedade intelectual, constatou-se que, no Brasil, em sede administrativa, há um pequeno campo para mediação. Os motivos que impulsionaram esses três órgãos concedentes de registro de marcas a implantar um serviço de mediação não coincidem com o panorama que se apresenta no INPI do Brasil.

SOARES, Alexandre Pinhel. Nanotecnologia no setor elétrico: um estudo prospectivo.
Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes.

RESUMO: A vida cotidiana contemporânea está repleta de ações banais que resolvem grandes problemas. É simples acender uma lâmpada, ligar uma televisão ou utilizar um elevador. Mas por trás desses atos há uma intrincada cadeia de eventos onde inúmeros equipamentos funcionam sem interrupções executando complexos processos para que a eletricidade esteja sempre disponível. Um aspecto curioso dessa realidade é que se baseia em conceitos estabelecidos no final do século XIX, i.e., o progresso do setor elétrico tem sido lento e fundamentalmente incremental, sem rupturas. Esse comportamento evolutivo poderia ser tolerado indefinidamente, não fossem as tendências de concentração da população mundial em grandes centros urbanos e o aumento exponencial da demanda de eletricidade. Essa conjuntura fará com que os blocos de energia a serem transportados das fontes distantes até os centros consumidores, sejam cada vez maiores, levando o modelo ao limite, com risco de colapso. Já a nanotecnologia tem se apresentado como um movimento tecnológico que promete rupturas onde quer que se insira. Fala-se sobre uma nova revolução, maior até que a da eletrônica. O volume de patentes está crescendo em um ritmo que supera todos os outros grandes movimentos tecnológicos, inclusive o da química e o da eletricidade. Cabe então a pergunta: Como a nanotecnologia afetará o setor elétrico? No Brasil as iniciativas tanto do governo quanto empresariais têm sido direcionadas à saúde (fármacos, alimentos, cosméticos e métodos terapêuticos) e a novos materiais de uso geral. Esse trabalho pretende contribuir com a redução dessa lacuna de conhecimento. Para tanto foram investigados, de forma prospectiva, os temas que se relacionam com a pergunta anteriormente enunciada. Mais especificamente procurou-se detectar tendências de avanços que podem ter aplicação na melhoria de projetos e técnicas de manutenção em sistemas relacionados com geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os dados utilizados foram obtidos de patente. Foi desenvolvida uma estratégia de busca que, ao ser aplicada resultou na seleção de 1415 documentos. O estudo desse material forneceu um panorama de possibilidades de uso da nanotecnologia no setor

elétrico. Concluiu-se que há boa perspectiva de melhorias nas máquinas e equipamentos elétricos tradicionalmente utilizados. Concluiu-se também que a nanotecnologia poderá ser decisiva no desenvolvimento de sistemas que tornarão economicamente viável a geração distribuída de energia elétrica, modelo destrutivo que tem possibilidade de vir atenuar os problemas futuros do setor elétrico.

VIANA, Marcelo Nascimento. **Estudo de caso do desenvolvimento de medicamento fitoterápico inovador e dos instrumentos adotados para sua proteção intelectual.**

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: A Colaboração entre os agentes de inovação impulsiona o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico-social de um país. Nesse sentido, seguindo os preceitos da Lei da Inovação, as parcerias para desenvolvimento de novas tecnologias entre setores públicos e privados se mostram como formas efetivas de avanço tecnológico e desenvolvimento industrial. Da mesma forma que uma boa estratégia de gestão da propriedade intelectual podem ser valiosas para agregar valor ao negócio. Buscando analisar essas possibilidades de evolução, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso sobre o desenvolvimento do medicamento fitoterápico IMUNOMAX (Uncaria tomentosa), medicamento fitoterápico desenvolvido no Brasil a partir de esforços privados e públicos. O produto é um medicamento fitoterápico inovador, fruto de pesquisa da empresa Herbarium Laboratório Botânico Ltda., com o envolvimento de entidades de públicas, cuja patente internacional foi obtida e o depósito nacional se encontra sob avaliação. Neste estudo de caso, foram avaliados os sucessos e oportunidades de parcerias entre os atores de caso do sistema Nacional de Inovação, além das estratégias adotadas para proteção intelectual da descoberta, com a finalidade de contribuir para o entendimento do cenário nacional para inovação. Observou-se que os aspectos apontados pelas empresas nacionais com obstáculos para investimento em inovação são, na verdade, frutos do desconhecimento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis no país. Além disso, verificou-se que a independência dos exames entre os escritórios de patentes oferece análise bastante diferentes, por isso, o conhecimento dessas diferenças é fundamental para adequadas estratégias e gestão da propriedade intelectual.

DEFESAS EM 2015

BERGAMASCHI, Alessandro Bunn, Estudo sobre o impacto do sistema eletrônico e-marcas no processo de pedido de registro de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo identificar o Impacto do sistema eletrônico e-Marcas no processo de pedido de registro de marca do INPI sob o ponto de vista da clientela do Instituto, por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa realizada com quatro grupos de requerentes de marca no INPI: pessoa física, micro empreendedor individual (MEI), microempresa e pessoa jurídica. A pesquisa identificou que os requerentes do tipo pessoa física foram os que tiveram maior aumento percentual de pedidos de registro de marca no país após a implantação de e-Marcas, saindo de apenas 6% em 2006 para 12% do total de pedidos em 2012. Outro resultado relevante foi quanto à adesão ao processo de registro eletrônico de marca em 2012 representava 921% do total realizado pelo requerentes pessoa física, 90% pelo grupo MEI e 89% pelos requerentes classificados como microempresa. Os resultados também demonstraram que a disponibilização de serviços eletrônicos pelas instituições públicas gera a percepção de modernização dos serviços públicos do país, e no caso em questão, os serviços públicos oferecidos pelo INPI. Conclui-se que embora pudesse ter havido melhor alinhamento estratégico entre as ações de tecnologia da informação para disponibilizar o sistema e o planejamento estratégico do INPI, o e-Marcas ampliou o acesso da população e dos empresários para o registro de marca do Brasil, reduziu o tempo e os custos do processo de pedido de registro de marca, diminuiu a necessidade de um procurador ou agente de Propriedade Industrial para realizar o pedido, facilitando com isso todo o processo de pedido de registro de marca no país.

FALCÃO, Noélia Lucia Simões. Análise de viabilidade econômico-financeira de projeto tecnológico: um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
Orientador: Araken Alves de Lima.

RESUMO: A presente dissertação desenvolve um modelo de estudo de viabilidade econômico-financeira, envolvendo pesquisa mercadológica e precificação do produto, que contribua para a tomada de decisão, com possibilidade de transferência de tecnologia, sobre os produtos / processos desenvolvidos e protegidos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A pesquisa foi do tipo exploratória, combinada com um estudo de caso do projeto intitulado “Preparação de derivados semi-sintéticos e bioativos a partir de 4-nerolidilcatecol e Dilapiol”, desenvolvida na Coordenação de Tecnologia e Inovação do Instituto. Sabe-se que o estudo de viabilidade econômico-financeira em projetos tecnológicos não é uma prática comum no ambiente acadêmico, e, neste sentido, a pesquisa apresenta um diferencial, um estudo de mercado, realizado através de bases de patentes (nacional e internacional), onde identificaram-se os pedidos de patentes para o 4-nerolidilcatecol (4-NC) e para os medicamentos com o princípio ativo - Cloroquina – que serviu de “padrão de comparação” para o desenvolvimento do 4NC. A busca utilizou, também, a classificação internacional de patentes para os pedidos pertencentes à mesma classificação do 4NC. Pela ausência de um produto similar no mercado para a geração da Receita / Benefícios, optou-se pela utilização dos mecanismos da engenharia econômica para a precificação do produto. Em seguida, foi realizado um estudo sobre os conceitos, vantagens e desvantagens dos indicadores mais recomendados para o projeto objeto de estudo, o Valor Presente Líquido (VLP), a Taxa Interna de Retorno TIR e o Payback (Tempo de retorno do Investimento). Parte da metodologia foi baseada nas boas práticas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, com adaptações voltadas para a realidade do INPA. A análise

dos indicadores de viabilidade econômico-financeira mostrou que o produto 4-NC é viável, com um VPL positivo, uma TIR acima da Taxa Mínima de Atratividade e um prazo de retorno do investimento positivo em todos os anos que envolvem o projeto, sugerindo que o modelo desenvolvido pode ser utilizado na avaliação de outros produtos do INPA.

GILABERTE, Thalissa Pádua. Projeto piloto de aliança estratégica pública e privada EMBRAPÍI: os desafios diante dos direitos de propriedade intelectual e as oportunidades para melhor interação entre os setores público e privado no Brasil.

Orientador: Alexandre Guimarães Vasconcellos.

RESUMO: A presente dissertação investiga com os aspectos relativos à cotitularidade de obras intelectuais protegidas pelos direitos de Propriedade Intelectual são conduzidos por Instituições Científicas Tecnológicas e empresas no âmbito de projetos cooperativos tecnológicos, principalmente a partir das experiências relatadas pelos Institutos Públicos de pesquisa (IPPs) na prática do Projeto Piloto de Aliança Estratégica Pública e Privada, com vistas à criação da Associação Brasileira de Inovação Industrial – Embrapii. Considera-se relevante a abordagem pelo fato de as Leis números 9.279/96 e 10.973/04 (Lei de Propriedade Industrial e Lei de Inovação respectivamente) serem silentes quanto aos direitos e obrigações das partes em um regime de copropriedade em patentes. A metodologia utilizada baseou-se em um estudo de caso e possibilitou o levantamento sobre as dificuldades e soluções encontradas pelos institutos de pesquisa nas negociações contratuais sobre as cláusulas de propriedade intelectual. Os casos apresentados mostraram a evidente a necessidade de uma política sólida de inovação e propriedade intelectual nos institutos de pesquisa, o que proporciona mais segurança jurídica e estabilidade nas tratativas. A partir das experiências relatadas, houve indicação de fato, de alguns embaraços na regulação das cláusulas de propriedade intelectual, principalmente na parte de remuneração ao instituto pela exploração comercial dos resultados advindos do projeto pela empresa, porém não foram impedimentos para assinatura contratual. Por fim, o resultado do Projeto Piloto mostrou que, a iniciativa em promover e reunir diferentes e complementares capacitações, além de dividir os custos e riscos de um projeto de cunho inovador, foi bem sucedido e colaborou par o aperfeiçoamento da relação entre os setores públicos e privado no Brasil.

PEIXOTO, Thiago Sousa Guimarães. Levantamento tecnológico para a área de educação a partir de literatura patentária.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes; Coorientador: Ricardo Carvalho Rodrigues.

Nos últimos 10 anos o setor de educação não acompanhou o ritmo do desenvolvimento tecnológico. No mesmo período a demanda por educação superior cresceu mais de 100% no Brasil, com um planejamento estratégico que estipula um salto no número de matriculados e na qualidade do ensino. Este aumento na demanda, aliada à pressão pela melhoria na qualidade, tende a resultar no desencadeamento de um processo de mudança técnica na educação. Este trabalho apresenta o panorama das tecnologias com potencial de ampliar a escala e a qualidade do ensino, analisa o ritmo de depósitos de patentes na área, identifica onde está concentrado o desenvolvimento tecnológico e destaca as empresas ou centros de pesquisa que podem ser acionados para licenciamento ou co-desenvolvimento. A abordagem metodológica se concentra na busca e análise dos documentos de patente classificados como tecnologias para a educação, no período de 2005 a 2014, no Brasil e no exterior. Também é apresentada uma análise das patentes com enquadramento em categorias como simuladores, dispositivos eletrônicos e plataformas de aprendizado adaptativo, obtidos a partir da curva Hype Cycle de Gartner. Para cada uma das tecnologias são avaliadas questões como custo,

resultado esperado e complexidade da implementação. Este trabalho constata que este campo tecnológico está em expansão e que as tecnologias depositadas no exterior se encontram livres para exploração no Brasil. Além disso, destaca a grande oportunidade comercial, já que o país dispõe de um mercado pouco explorado e promissor em virtude da carência de empresas especializadas em soluções para a área.

ROIZMAN, Maysa Blay. Estudo de caso da indicação geográfica do Cariri Paraibano.
Orientadora: Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: As rendeiras da renomada renda renascença do Cariri Paraibano, a partir do ano 2000 e com o apoio de distintos atores, capacitaram-se em seu ofício e organizaram-se associativamente. Em 2008, agentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE- de Monteiro, município central desta parte da Paraíba, idealizaram e deram início ao projeto de Indicação Geográfica para a região. A Indicação Geográfica é um sinal distintivo protegido pela Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9279/96), empregado na identificação de produtos e serviços em duas categorias: como indicação de Procedência, para a produção que possui tradições conexas a fatores humanos, ou como Denominação de Origem, quando suas características estão ligadas a fatores humanos e ambientais, como solo, clima e outros. Em 2013, a indicação de Procedência "Cariri Paraibano" foi oficialmente reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Transcorrido um ano, em novembro de 2014, as rendeiras caririenses receberam uma visita técnica que teve como missão diagnosticar os benefícios obtidos e as dificuldades enfrentadas pelo coletivo diante da concessão da Indicação Geográfica. Constatou-se que o referido instituto não havia sido de fato instituído no grupo ou produzido modificações de natureza social ou econômica. As dificuldades expressas pelo coletivo centraram-se na concorrência de rendeiras de uma região externa ao território de sua Indicação Geográfica e na falta de oportunidades para alcançar os mercados consumidores da sua produção. O que se espera é que a instituição de fato da Indicação Geográfica e de seus instrumentos poderá auxiliar o grupo distinguindo seu trabalho da concorrência, indicando a origem precisa deste e valorizando-o no mercado. Ainda, poderá ser instrumental nas ações que se sugere que o grupo empreenda para avançar – no estabelecimento de novas parcerias para a criação de meios de comunicação e de comércio de seus produtos. Algumas destas ações, o grupo tem condições de empreender autonomamente; outras necessitarão do apoio de um projeto de pós-concessão e registro da Indicação Geográfica, ainda não concebido pelas instituições a cargo do Instituto no Brasil.

SANTOS, Deuzanira Lima dos. Gestão do portfólio de tecnologias licenciáveis do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Orientador: Mauro Catharino Vieira da Luz.

RESUMO: As pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelo INPA têm gerado uma série de invenções que vem constituindo um portfólio de tecnologias protegidas por direitos de propriedade industrial, a partir das quais podem ser firmados contratos de licenciamento com o setor produtivo. No entanto, o potencial inovador desse portfólio tem sido relativamente pouco explorado. Em 2010, por exemplo, o INPA contava com 42 pedidos de patente, que compreendem 59 tecnologias/produtos, mas somente 1 contrato de licença realizado para um pedido de patente que compreende duas tecnologias/produtos. O baixo aproveitamento do potencial inovador da atividade científica e tecnologia parece ser recorrente entre as Instituições Científicas e Tecnológicas brasileiras que não operam diretrizes sistemáticas de gestão do processo inovador, como sugere a literatura (CASSIOLATO & LASTRES, 2005; SANTOS, TOLEDO & LOTUFO, 2009). Assim, tendo como referência o caso do INPA, o presente trabalho realizou uma caracterização das tecnologias que compunham o seu portfólio até 2010 com a finalidade de identificar características mais relevantes

para estabelecer diretrizes sistemáticas para gestão das tecnologias licenciáveis e promover a transferência das mesmas ao setor produtivo. Para tanto, foram utilizados as metodologias do Stage Gates Model (COOPER; EDGETT; KLEITNSCHMIDT, 2002) para caracterizar as tecnologias institucionais, do Funil de Inovação (CLARK; WHEELWRIGHT, 1993) para identificar critérios de gestão de portfólio e da Matriz Participação-Crescimento (HENDERSON, 1970) para identificar os setores econômicos dessas tecnologias e a localização das regiões produtoras e potencias parceiros comerciais em território nacional. Os resultados demonstraram que a grande potencial de negociação para as tecnologias/produtos institucionais devido ao nível de maturidade das tecnologias e ao fato de estarem associados a setores econômicos crescentes, com possibilidades reais de licenciamento. Assim, a partir desses resultados foi possível elaborar uma proposta de gestão de portfólio com base em critérios e parâmetros que geram quatro grupos de tecnologias ordenadas por prioridade negocial. A principal contribuição do trabalho é a estruturação de um modelo de gestão sistemática para abordar as tecnologias protegidas por direitos de propriedade industrial podem ser replicadas.

SEKEFF, Andréa Thomé. A percepção do empresário fluminense de pequenos negócios sobre o processo de registro de marcas por meio do programa SEBRAETEC.

Orientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: O presente estudo teve como motivação ampliar o entendimento sobre a percepção do empresário fluminense de pequenos negócios sobre o processo de registro de marcas por meio do programa SEBRAETEC. As entrevistas realizadas com 14 empresários de microempresas dos setores de comércio e serviço, situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, levantaram informações a respeito da configuração do processo de proteção marcaria no contexto desses ambientes. O modelo metodológico adotado levou em conta quatro caminhos, incluindo revisão literária sobre o processo de registro de marcas com seus trâmites e diretrizes adotados pelo INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI); apresentação do SEBRAETEC no seu contexto histórico e operacional; dados do cenário dos pequenos negócios; além de uma pesquisa de campo. O estudo empírico corresponde a uma exemplificação da prática do processo de registro de marcas que é adotado em todo o país. Mesmo sem uma literatura consolidada sobre o tema no âmbito dos pequenos negócios no Estado do Rio de Janeiro, o estudo partiu do debate recorrente na literatura internacional a respeito da utilização da Propriedade Intelectual pelos pequenos negócios, que, de um modo geral, traz como referência a afirmação de que a falta de informação e os custos elevados são apontados como as principais barreiras de acesso. Os resultados da pesquisa de campo corroboraram com este entendimento e trouxeram como conclusão o fato dos pequenos negócios considerarem o processo de registro de marcas complexo e de difícil acesso. Como essa empresas possuem ainda, problemas básicos de gestão, elas só passam a ser preocupar com a proteção da marca quando o negócio dá sinais de consolidação. De maneira geral, o empresário considera a marca quando importante, mas parece não parecer não conseguir associar o planejamento da empresa ao posicionamento da marca. O programa SEBRAETEC funciona, essencialmente, como um canal entre essas empresas e o acesso ao processo de registro de marcas por meio dos prestadores de serviço. Por sua vez, os empresários consideram o programa vantajoso, pois conseguem subsídio de 80% para viabilizar a proteção da marca e, ao mesmo, tempo, delegam a tarefa a um terceiro, poupando tempo para outras atividades dentro da empresa, já que empreendedor é responsável pelas principais tomadas de decisão e viabilização das tarefas neste ambiente de negócio. Logo, o processo de registro de marcas, sob o ponto de vista do estudo, está vinculado a uma estrutura dispendiosa e que poucos têm acesso, por isso, distante e hermético. Os empreendedores percebem consequentemente, que a operacionalização exige a presença de profissionais especializados no assunto para facilitar sua utilização. Desta forma, ainda há um longo caminho a ser percorrido, até que o processo de registro de marcas apresente meios simplificados e adequados para o ambiente das micro e das pequenas empresas.

SILVA, André Roberto dos Santos. **A cooperação técnica entre as Forças Armadas e o setor acadêmico:** um estudo sobre os escritórios da Marinha do Brasil localizados em universidades federais.

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Esta pesquisa a cooperação entre a Marinha do Brasil e universidades federais brasileiras, através de um estudo de casos realizado a partir de entrevistas, análises documentais e bibliografias, possuindo como foco as atividades desempenhadas pelos escritórios desta força armada localizados na UFF (Universidade Federal Fluminense) e na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). A definição sobre o conceito de cooperação tecnológica, bem como as informações sobre o desenvolvimento destas interações entre universidades, empresas e institutos públicos de pesquisa foram relevantes para a obtenção de parâmetros de comparação e análise. São apresentadas as principais barreiras e motivações para a cooperação tecnológica e algumas classificações utilizadas para definir estes relacionamentos. Abordam-se o papel das instituições intermediárias neste processo, as atividades que desempenham e a estrutura de ciência, tecnologia e inovação na Marinha do Brasil. Deste modo nota-se que os escritórios desta instituição localizados nas universidades desempenham papel semelhante àquele atribuído aos escritórios de transferência de tecnologia, agindo como o elo entre a força armada e o setor acadêmico. De acordo com as classificações apresentadas neste estudo, os relacionamentos entre a Marinha do Brasil, UFF e UFRJ puderam ser classificados como cooperações acadêmicas, técnicas e científicas, formais e burocráticas, com o objetivo principal de expandir o conhecimento, celebradas entre institutos públicos de pesquisas e universidades, ambos originários do setor público, onde a Marinha do Brasil desempenha um papel semelhante ao das indústrias como agente indutor da inovação. Contudo, ainda se faz necessária, de acordo com o modelo de hélice tríplice, a presença direta ou indireta de um ente comercial para que os frutos destes relacionamentos alcancem o restante da sociedade por meio de inovações ou produtos.

SILVA, Giselle Azevedo Pereira da. **A liberdade de operar nos limites da tecnologia farmacêutica desejada.**

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Considerando o desenvolvimento da economia brasileira, bem como o aumento no número de depósitos de patentes no Brasil, o país tem se tornado um mercado cada vez mais atraente para novos negócios e grandes investidores, especialmente no campo farmacêutico cujo mercado é crescente. Desta forma, torna-se cada vez mais importante avaliar a liberdade de operar neste mercado quando se pretende comercializar um novo produto farmacêutico. Assim, a presente dissertação pretende delinear roteiro norteador que possa auxiliar na elaboração de relatórios que apontem a liberdade de operar no que tange à tecnologia farmacêutica, a fim de evitar a infração dos direitos de terceiros. O roteiro destina-se principalmente aos profissionais que estão ingressando na área de propriedade industrial com foco em avaliação de infração de patentes farmacêuticas. Como exemplo prático, o trabalho abordará o caso da comercialização de um novo medicamento genérico contendo o oxalato de escitalopram, no Brasil.

SOUZA, Deborah Portilho Marques de. **A propriedade intelectual na indústria da moda:** formas de proteção e modalidades de infração.

Orientador: Ricardo Carvalho Rodrigues.

RESUMO: Fundamentado em uma extensa pesquisa bibliográfica, exploratória e documental, este

estudo discute as diferentes formas de proteção que a Propriedade Intelectual oferece para as criações da Indústria da Moda, bem como as várias modalidades de infração que ocorrem nessa indústria, mostrando o que deve e o que não deve ser tolerado, tudo de forma didática e bastante ilustrada. Antes, contudo, apresenta um panorama da Indústria da Moda no Brasil, suas características e especificidades. Em seguida, explica vários termos e conceitos fundamentais na área de PI, que são comuns a mais de uma forma de proteção, e que precisam ser conhecidos de antemão pelo leitor, pois podem levar a interpretações dúvidas. Discute então as diferentes formas tradicionais de proteção previstas pela legislação brasileira para as criações da Indústria da Moda: Direito de Autor, patentes de invenção e de modelo negócios. Adicionalmente, apresenta a possibilidade de proteção cumulativa e também a possibilidade de proteção de alguns sinais “não tradicionais”, tais como as marcas de posição, trade dress e color marks. Complementarmente, apresenta as diferentes modalidades de infração: contratação e plágio, previstos pela Lei de Direito Autoral nº 9.610/98 (LDA) e os previstos pela Lei da Propriedade Industrial nº 9.279/96 (LPI) crimes contra patentes e desenhos industriais, crimes contra registros de marca e crime de concorrência desleal e também a concorrência desleal que chamamos de “genérica” (art. 209). A partir dessa discussão, estabelece a diferença entre concorrência parasitária e aproveitamento parasitário, este como causa da diluição de marcas e de trade dress. Paralelamente, aponta o problema da falta de precisão terminológica e os diferentes significados adotados para as mesmas expressões, tais como contratação, falsificação, réplica e pirataria e sugere uma distinção entre elas para a melhor aplicação da legislação existente. Por fim, aborda quais são as cópias intoleráveis e como elas se diferenciam das imitações, das inspirações, homenagens e releituras e defende que o principal problema relativo à proteção dos designers e das empresas contra as diferentes formas de cópias na Indústria da Moda é a falta de uma classificação adequada para os diferentes tipos de imitações, bem como a falta de enquadramento legal dessas imitações como infrações.

TRAVISANI CARDOZO, Sinara. Patentes farmacêuticas e a aplicação técnica da Doutrina dos Equivalentes.

Orientadora: Iolanda Margherita Fierro.

RESUMO: A Lei de Propriedade Industrial brasileira prevê a infração de patentes por meios equivalentes, contudo a aplicação da doutrina dos equivalentes não é normatizada no país até o momento, gerando, no caso do setor farmacêutico, dúvidas para as empresas comercializarem medicamentos genéricos e/ou similares com segurança de que não cometem infração por equivalência. Nesta dissertação foram analisados o entendimento e a utilização da doutrina pela indústria farmacêutica no Brasil, utilizando: (i) questionários enviados para empresas farmacêuticas a fim de entender a importância do tema para o setor; (ii) pesquisas de ações judiciais, jurisprudência e entrevistas com profissionais da área de propriedade industrial para ciência da existência de ações judiciais transitadas em julgado no Brasil com base na doutrina dos equivalentes e (iii) um estudo de caso, que possibilitou a comparação das teorias da doutrina dos equivalentes adotadas na Alemanha, Estados Unidos e França com uma teoria proposta nesta dissertação para o Brasil. A relevância da doutrina para evitar infrações patentárias na indústria farmacêutica foi confirmada, e uma teoria para a aplicação da doutrina no país, utilizando alguns parâmetros e medidas já adotadas em outros países, foi proposta objetivando maior clareza na identificação de eventuais infratores para as indústrias inovadoras e eliminação da insegurança no momento da eleição de um novo produto a ser comercializado.

VALBUZA, José Cláudio. O uso estratégico dos direitos de propriedade intelectual nas atividades agrícolas dos Institutos Federais - o caso da cadeia produtiva do café na perspectiva do IFES Campus Itapina.

Orientadores: Araken Alves de Lima e Christian Mariani Lucas dos Santos.

RESUMO: O presente trabalho trata das relações entre os Direitos de Propriedade Intelectual e as atividades agrícolas, com foco nas etapas da cadeia produtiva do café, considerando a contribuição dos institutos Federais para o desenvolvimento de sistemas de inovação local. O objetivo geral do trabalho é identificar as possibilidades de uso estratégico dos Direitos de Propriedade Intelectual nas atividades agrícolas, tendo como foco a cadeia produtiva do café, na perspectiva de um campus do Instituto Federal do Espírito Santo com a vocação agrícola – o IFES Campus Itapina. Parte-se do pressuposto de que os Instituto Federais se configuram como ator que vem cumprindo um relevante papel no desenvolvimento de competências e soluções técnicas e que, diante de sua capilaridade e verticalização do ensino, têm gerado inúmeras oportunidades de apropriação e licenciamento de tecnologias. O trabalho demonstra a importância dessa instituição única para o desenvolvimento local/regional considerando os Direitos de Propriedade Intelectual como instrumentos que podem permitir uma efetiva sinergia entre os atores. O primeiro capítulo faz uma análise sobre os Institutos Federais e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico regional. A importância da interação com outros atores é abordada nesse capítulo, tendo como referência a Teoria da Hélice Tríplice. Ainda nesse capítulo apresentam-se o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), sua Agência de Inovação (AGIFES) e suas atribuições institucionais. Uma apresentação do Campus Itapina também é feita, procurando revelar vocação agrícola desde seu surgimento na década de 1950. Ao caracterizar a organização do sistema Brasileiro de Propriedade Intelectual, o segundo capítulo faz uma relação direta com o desenvolvimento regional e os sistemas de inovação, no qual o IFES Campus Itapina tem grande importância, considerando seu papel político, social, econômico e acadêmico. Os mecanismos de proteção são ali conceituados com a preocupação de relacionar a maioria desses ativos com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFES Campus Itapina. O terceiro capítulo procura revelar as recentes ações empreendedoras em ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFES Campus Itapina, relacionando-as com as possibilidades de usos dos Direitos de Propriedade Intelectual. O quarto e último capítulo apresenta a relação direta das atividades agrícolas com os Direitos de Propriedade Intelectual no caso da cadeia produtiva do café. As fontes de inovação na agricultura são apresentadas e exemplificadas para demonstrar a relação direta existente nessa importante cadeia produtiva para o estado do Espírito Santo, para o Brasil e para o mundo.

VON RANKE, Natalia. Prospecção tecnológica na base Integrity em documentos de patentes na área de biotecnologia com foco em câncer.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes.

RESUMO: A biotecnologia está presente na vida do homem desde 6.000 a.C, quando se tem os primeiros registros de produção de alimentos como pão e cerveja que requerem aplicação de processos fermentativos. Já no século XIX e XX, os avanços científicos na área da genômica e proteômica e avanços tecnológicos têm impulsionado e modelado a biotecnologia na forma que hoje se conhece. A biotecnologia, que promoveu revoluções em diversas áreas, gera grandes expectativas para o futuro, principalmente no setor farmacêutico no tratamento de diversas doenças, especialmente o câncer. O câncer é uma das principais causas de morte em todo o mundo e, devido a sua complexidade e singularidade, há uma série de desafios para o desenvolvimento de novos fármacos para terapias antitumorais, fazendo a busca de tratamento para o câncer uma das mais exploradas na área médica.

Cabe então a pergunta: Como a biotecnologia impactará no tratamento do câncer? Para tanto procurou-se detectar as tendências de avanços biotecnológicos que podem ter aplicação na melhoria de tratamentos para a doença. Os dados utilizados foram obtidos através de documentos de patentes na base Integrity no período de 2010 a 2014. Foi aplicada uma estratégia de busca que resultou na seleção de 10.706 documentos. O estudo desse material forneceu um panorama de possibilidades de uso da biotecnologia para o tratamento de câncer. Concluiu-se que há um futuro promissor na contribuição de novas alternativas para o tratamento do câncer ou até mesmo na cura da doença.

DEFESAS EM 2016

ACUNHA, Sílvia, Trisch dos Santos. **Os núcleos de inovação tecnológica:** o caso da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) criados após a promulgação da Lei de Inovação de 2004, possuem importante papel na proteção dos ativos das ICT. Suas atribuições foram ampliadas pela Lei 13.243 de 2016, também conhecida como Novo Marco Regulatório da CT&I, dando ao NIT um caráter mais dinâmico e negocial. Apresentamos neste estudo a trajetória do NIT da Universidade Federal do Pelotas, seu histórico, criação e estruturação, com o objetivo de obter uma visão do papel do NIT na Instituição. A partir da análise de entrevistas realizadas com gestores e servidores foi possível obter os gargalos, bem como os avanços das ações do NIT, além disso, foram apresentadas proposições para o futuro do NIT. Resultados que servem de subsídio para a implementação de outros NIT no Brasil.

AMARAL, Daniel Giacometti. **Estudo prospectivo do patenteamento em nanotecnologia no Brasil:** uma análise da cadeia de valor.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes; Coorientadora: Maria Simone de Menezes Alencar

RESUMO: Este estudo prospectivo dos depósitos de patente em nanotecnologia no Brasil envolve a classificação das patentes identificadas a partir de uma abordagem de análise da cadeia de valor da nanotecnologia estruturada nos elos nanoinssumos, nanointermediários, nanoprodutos e em instrumentação. Com base em uma proposta de metodologia para recuperação de patentes em nanotecnologia baseada em diferentes abordagens, identificou-se 2814 depósitos no Brasil entre 2004 e 2013. Os resultados da pesquisa fornecem uma visão holística do cenário tecnológico brasileiro mapeando a evolução do patenteamento, os principais países de origem dos depósitos e os principais atores e sua natureza institucional, além dos campos tecnológicos específicos associados as patentes depositadas no país. Foi observado um indício de queda no número de depósitos a partir de 2008, o qual pode ser atribuído a existência de uma limitação de dados disponíveis em função do atraso na publicação de depósitos de patente no INPI realizados por meio do PCT desde 2006. A classificação dos documentos de patente entre os estágios da cadeia de valor da nanotecnologia evidenciou que os nanointermediários concentram a maior parte do conjunto analisado. A concentração de depósitos de não residentes nos elos de nanointermediários e nanoprodutos indica uma potencial fragilidade para o Brasil, além de retratar uma maior apropriação dos mercados de alto valor agregado do ponto de vista da comercialização da nanotecnologia, prejudicando a disseminação dos benefícios do avanço da área no país.

CRUZ, Luiz Fernando Pereira da. **O Plano Brasil Maior (PBM) e a Estratégia Nacional de Defesa (END):** convergência de políticas públicas industriais e educacionais de nível superior para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional do Brasil.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado; Coorientador: Alexandre Lopes Lourenço.

RESUMO: A questão de estudo refere-se ao levantamento de ações de alto nível afetas ao PBM e à END que possam contribuir para a convergência de políticas públicas industriais e educacionais de

nível superior relacionadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional no Brasil. Partindo de um referencial propedêutico de análise, de recortes históricos que examinaram políticas públicas afetas à CT&I adotadas pelo Brasil a partir da década de 1950, e da identificação de aspectos que possam explicar a Propriedade Intelectual (PI) não ser entendida, no Brasil, como instrumento alavancador e motor de arraste do crescimento econômico e, por conseguinte, do desenvolvimento do País; buscou-se a construção de um entendimento prático sobre a questão estudada, especificamente no tocante às possibilidades do PBM e da END contribuírem para a PI, a Inovação e o Desenvolvimento. Ao final, são apresentadas Conclusões identificadas a partir da sinergética cooperação governamental-militar com a Universidade e a Indústria. Conclusões que, em seu conjunto, indicam a propositura de um modelo híbrido de gestão para o Setor Defesa, bem como ações estratégicas que lhe são correlatas e que têm como finalidade maior coadunar as rationales do PBM e da END, de modo a: viabilizar o aumento da produtividade e competitividade nacionais de produtos.

LAUAR, Ricardo Scofield. **O licenciamento dos direitos de propriedade intelectual com as MPEs a partir da Lei de Inovação:** o caso da PUC-Rio e UFRJ.

Orientador: Mauro Catharino Vieira da Luz.

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo discutir o processo de transferência de tecnologia das Instituições Científicas e Tecnológicas para as micro e pequenas empresas locais, por meio dos licenciamentos dos ativos de propriedade intelectual formalizados a partir da publicação da lei da inovação. O método utilizado na pesquisa é o estudo de caso. A pesquisa foi realizada por meio de aplicação de questionário junto às equipes dos Núcleos de Inovação Tecnológica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os resultados dos estudos de caso demonstraram que as universidades pesquisadas apresentaram, após a Lei de Inovação, bons resultados relativos à proteção do conhecimento, conforme quantitativo de pedidos de patentes, marcas, desenho industrial e programas de computador depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, no entanto, essas universidades lograram pouco êxito em comercializar os produtos e processos protegidos. A complexidade do processo de comercialização dos ativos de propriedade intelectual das universidades é um dos fatores que explica o resultado da pesquisa. Conciliar os interesses das universidades e das empresas é tarefa difícil, configurando-se um grande desafio para os Núcleos de Inovação Tecnológica. A tecnologia gerada no meio acadêmico é consignada em uma configuração e linguagem complexas para o mercado. Os Núcleos de Inovação Tecnológica precisam criar estratégias adequadas de marketing da tecnologia protegida, da qual possibilite a identificação de parceiros para o licenciamento dos direitos de propriedade intelectual, utilizando-se de uma linguagem que se aproxime mais do setor produtivo e especialmente das micro e pequenas empresas. Na pesquisa verificou-se ainda que essas universidades não executam um tratamento diferenciado com o objetivo de fomentar a inovação nos pequenos negócios, nem realizam qualquer ação de acompanhamento ou apoio técnico para a introdução das tecnologias transferidas. Esse fato contribui para a pequena quantidade de licenciamento identificada para as micro e pequenas empresas locais. Em razão de sua estrutura e suas dificuldades de gestão, como a carência financeira e de mão de obra capacitada, as micro e pequenas empresas necessitam da combinação dos esforços governamentais e do apoio acadêmico de forma a estimular a aquisição da tecnologia universitária e o desenvolvimento local. Com o resultado da pesquisa observa-se também que o Sistema Nacional de Inovação ainda não está suficientemente organizado e amadurecido. Os atores envolvidos (universidades, empresas e governo) ainda não estão suficientemente articulados para que seja fomentada a inovação. Cada um deles está concentrado nas particularidades de seus ambientes, enfraquecendo as diversas possibilidades de articulações. A evolução do sistema brasileiro e regional de inovação depende do diálogo para que se adquira um consenso em relação às expectativas de cada um dos três agentes envolvidos.

MACÊDO FILHO, Vicente Landim de. Políticas industriais e de ciência e tecnologia para inovação no Brasil: o caso do modelo de fomento da EMBRAPII.

Orientador: Araken Alves de Lima.

RESUMO: O objetivo principal dessa dissertação é analisar o novo modelo de fomento à inovação implementado no Brasil através do programa denominado Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Para atingir este objetivo, os resultados do Projeto Piloto de Aliança Estratégica Pública e Privada – EMBRAPII, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foram analisados e avaliados. Também foi avaliada a adesão a esse novo modelo de fomento à inovação, agora coordenado pela Organização Social EMBRAPII (OS EMBRAPII), denominada Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Para se entender o contexto no qual se insere este novo modelo de fomento à inovação são apresentados: conceitos sobre a implementação de políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação; alguns exemplos de políticas industriais implementadas recentemente nos EUA, França, Coréia do Sul e Japão; um relato das políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação implementadas no Brasil desde 1964 até a implantação do programa de fomento à inovação – EMBRAPII e as principais instituições brasileiras de políticas industriais e tecnológicas.

PENIDO, Patrícia Neves. O registro de desenho industrial como ferramenta de proteção legal à reprodutibilidade no design de joias.

Orientadora: Lúcia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes: Coorientador: Edson Rufino de Souza.

RESUMO: O trabalho apresentado explora a utilização de proteção por propriedade intelectual pelo setor de design de joias com ênfase em registro de desenho industrial. Foram utilizadas informações referentes a toda a cadeia produtiva do setor para um melhor entendimento das necessidades do mercado joalheiro e da pertinência dos meios de proteção legal, além de pesquisa empírica em base de dados de desenhos industriais nacional (INPI) e internacional (Designview) e entrevistas que resultaram em um diagnóstico da percepção e utilizada da ferramenta de proteção em si. Os resultados demonstraram que há uma lacuna entre as informações sobre a proteção e os atores do setor, o que em última análise demonstra a exposição das criações ao risco de apropriação por terceiros.

PINTO, Fábio Lopes. Estruturação de um núcleo de tecnologia e propriedade industrial na Companhia Siderúrgica Nacional: estudo de caso.

Orientador: Celso Lage; Coorientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: As regras que balizam a competitividade das empresas no mercado atual têm diretrizes de funcionamento e gestão baseadas nas necessidades dos consumidores típicos da economia do conhecimento, que exigem o desenvolvimento de produtos e processos com conteúdo tecnológico cada vez mais elevado. Estratégias empresariais exitosas devem, portanto, contemplar ações que favoreçam a geração de ativos ligados ao conhecimento e a sua apropriação. Para competir neste ambiente global, em que boa parte do capital das corporações está contido em um contexto típico de capital intangível, é necessário o empreendimento de esforços e investimentos para desenvolver conhecimento e construir modelos operacionais em áreas como gestão da inovação, da tecnologia e da propriedade intelectual, visando com isto gerar valor, fomentando o desenvolvimento destes ativos e fazendo uma gestão maximizada dos mesmos. O arcabouço legal para que as universidades busquem melhorias na gestão do seu conhecimento e dos seus ativos de propriedade intelectual foi disponibilizado pela entrada em

vigor da Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação). Um importante avanço desta lei foi a definição das competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT). Este trabalho tem como objetivos investigar alguns modelos de NIT em empresas e universidades, fazer um diagnóstico da gestão da propriedade industrial em uma empresa específica abordada no estudo de caso buscando evidências para caracterizá-la, propor uma formatação operacional de uma estrutura que realize a gestão da tecnologia e da propriedade industrial, fazer o setor operar na estrutura da empresa e, depois de um ano ou mais, avaliar e mensurar os resultados obtidos. Os resultados demonstram que a estratégia de construção vinda da base da estrutura hierárquica do núcleo de tecnologia e propriedade industrial (NTPI) do estudo de caso foi assertiva, superavitária e adequada as necessidades e cultura da empresa. A estrutura proposta e implementada provou ser eficiente para realizar a gestão administrativa dos ativos de propriedade industrial, para dar suporte ao processo de inovação, para mitigar riscos de contrafação de direitos de propriedade intelectual e para propor novas práticas de gestão dos ativos intangíveis na corporação, além de outros benefícios.

SILVA, Jardel Pauber Matos e. **Incubadoras de empresas do Centro-Oeste:** a questão da propriedade intelectual.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Incubadoras de empresas são ambientes de inovação dinâmicos capazes de fomentar empreendimentos, dispondo de infraestrutura gerencial, intelectual e física adequada, de maneira a propiciar ao empreendedor (nascente ou em crescimento) estabilidade inicial para gerar emprego e renda impactando positivamente no desenvolvimento econômico e social no mercado em que se encontra inserido. Segundo dados da PINTEC (IBGE, 2013) apenas 5,67% das empresas instaladas na região centro-oeste inovaram ou implementaram inovações. Para Schumpeter (1961) o elemento inovação é condição *sine qua non* no processo empreendedor. Partindo-se do princípio de que incubadoras de empresas recebem empreendimentos inovadores, nos diversos setores da economia, é indispensável que a incubadora e as próprias empresas incubadas considerem a proteção da propriedade intelectual como esforço inovativo, essenciais para o desenvolvimento de seus negócios. Inovar, empreender e proteger a produção tecnológica contribui para o desenvolvimento econômico e social. Assim, essa dissertação tem como objetivo analisar se há proteção da propriedade intelectual gerada no processo de incubação de empresas (compreendido as fases de incubação e graduação) nas incubadoras da Região Centro-Oeste brasileira. Com os dados obtidos na pesquisa verificou-se que a relação entre o número de empreendimentos incubados (e graduados), e a proteção de ativos de PI ainda é muito baixa na Região. Fatores como a falta de conhecimento dos gestores, além de pouco incentivo para a proteção e ausência de NIT em Universidade foram considerados relevantes para o quadro de tal escassez. Portanto, aprimoramentos são necessários para o aumento desses números, que envolvam desde a qualificação dos gestores das incubadoras até, nos casos de incubadoras vinculadas a Universidades, a criação de ambiência híbrida entre Núcleos de Inovação Tecnológica e Incubadoras de Empresas, de maneira a permitir que aqueles auxiliem os empreendimentos incubados e graduados a se tornarem mais competitivos.

TAGLIARI, Carolina. **O registro da exclusiva de topografia de circuito integrado:** o caso do Brasil.

Orientadores: Denis Borges Barbosa e Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

Coorientadora: Cláudia de Cássia Torres.

RESUMO: A presente dissertação tem como escopo analisar o arcabouço legislativo, nacional e

internacional relativo a proteção da topografia de circuito integrado, investigando seu propósito e efetividade na proteção do ativo. Busca ainda o esclarecimento de questões surgidas em um caso prático, da empresa CEITEC S.A., no depósito de cinco topografias de circuito integrado no INPI. Considerou-se importante para o estudo a legislação americana, em especial o Semiconductor Chip Protection Act, de 1986¹” (SCPA), bem como a jurisprudência das Cortes Americanas sobre a interpretação desta legislação, como parâmetro a solução dos problemas apresentados em relação a regulamentação no Brasil. Realizou-se um estudo aprofundado da Lei nº 11.484 de 31 de maio de 2007 e da Instrução Normativa 10/2013 de 18/03/2013, publicada pelo INPI, para compreender como funciona o processo de registro da topografia de circuito integrado no Brasil. Foram apontadas as principais questões surgidas no processo de registro das topografias de circuito integrado e, ao final, pontuou-se recomendações para garantir a segurança jurídica do registro. Destacam-se como resultado da pesquisa a publicação do INPI das topografias de circuito integrado depositadas no Instituto e a recomendação de sigilo do registro da exclusiva.

DEFESA EM 2017

ALMEIDA, Daniel Bartha de Mattos. O novo marco legal relacionado ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e seu impacto para a inovação nas ICTs.

Orientador: Alexandre Guimarães Vasconcellos.

RESUMO: O Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado é um tema de relevância internacional e que se consolidou com o advento da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que consagrou o princípio da soberania dos países detentores de recursos genéticos como fundamento para a obrigação de repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica dos mesmos. A internalização das regras da CDB no ordenamento jurídico nacional com a MP 2.186-16/2001 teve graves consequências negativas à atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processo inovadores com o uso da enorme biodiversidade brasileira. Tais consequências recaíram especialmente sobre o usuários nacionais, dentre os quais se destacam as ICTs, tal como define a Lei de Inovação. O advento de um novo marco legal, consubstanciado na Lei 13.123/2015 e no Decreto 8.772/2016, traz uma perspectiva de aprimoramento neste cenário, principalmente com o fato de deixar boa parte da burocracia para o momento em que o usuário realmente chegou a um resultado positivo, apesar de existirem problemas criados pelo novo modelo adotado. Dentro deste novo cenário, as ICTs devem tomar ações para aproveitar as oportunidades de regularização trazidas pela nova lei e criar mecanismos para orientar seus pesquisadores na observância da nova lei.

ALMEIDA, Fabiana Silva de. Prospecção tecnológica em documentos de patentes em brocas de perfuração de poços de petróleo.

Orientadora: Adelaide Maria S. Antunes.

RESUMO: A partir do modelo de etapas para o processo de Prospecção Tecnológica desenvolvido por Popper, especialista em estudos de processos Prospectivos, foi possível definir, por meio de consultas aos especialistas do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), que a Broca é um instrumento essencial e custo elevado para a área de perfuração de poços de petróleo. Dessa forma, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre Brocas que gerou insumos para consolidar o perfil técnico das Brocas em uma tabela composta por: tipo de brocas, mecanismos de perfuração, ano de desenvolvimento, conceito, vantagens e desvantagens. Esta caracterização permitiu alocar as tendências tecnológicas de patenteamento em Brocas, vislumbrando os focos tecnológicos dos documentos de patentes das 4 empresas, com maior representatividade em patenteamento e com grande expressividade em suas atividades de serviços para as indústrias de óleo e gás. Além disso, a Prospecção Tecnológica em Brocas de perfuração de petróleo apresenta uma análise macro comprendendo: as principais empresas, principais parcerias, países de domínio tecnológico e na proteção de mercado. Em que foi possível perceber que até os dias atuais há um dinamismo no patenteamento deste instrumento, sendo os principais titulares as empresas: Baker Hughes, Smith, Halliburton e Schlumberger. Essas empresas pouco patenteiam em co-titularidades, ou seja, não formam parcerias nos seus desenvolvimentos. Quanto aos países, os Estados Unidos possuem o domínio tecnológico e de proteção de mercado. Sendo possível observar que, no período de 2013 a 2016, as principais inovações em Brocas estão relacionadas para: elementos de corte e materiais da Broca, como diamante compacto policristalino (PDC) e tungstênio e a identificação do laser na perfuração dos poços de petróleo.

COLOMBO, Luiza Peres. O vento e o verde: uma ponderação sobre a implementação de um programa de patentes verdes regional a partir do estudo de caso da energia eólica.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado; Coorientador: Douglas Alves Santos.

RESUMO: A necessidade de impulsionar tecnologias que possam contribuir para mitigar os efeitos adversos da ação humana no meio ambiente é clara e impostergável e vem sendo discutida no cenário internacional desde os anos 1960. Entre as ações efetivas que podem ser tomadas para estimular o desenvolvimento de tais invenções estão os sistemas de patentes verdes, que contribuem para acelerar o exame e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis. Tais sistemas já existem em diversos países, mas não se estendem através das fronteiras nacionais. Por meio da utilização de um tripé teórico, envolvendo princípios de Segurança Energética, Relações Internacionais e Propriedade Industrial, esse estudo buscou realizar uma ponderação sobre a possibilidade de implementar um sistema a nível regional a partir do estudo de caso da energia eólica. Os objetivos foram alcançados realizando-se a análise de reuniões de subgrupos de trabalho do Mercosul, verificação da legislação, levantamento de parques eólicos já existentes e de programas governamentais relacionados à energia eólica na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Chile, bem como pelo arrolamento dos pedidos de patente nesse subgrupo de energias renováveis e envio de questionários aos escritórios de propriedade industrial dos países selecionados. Os resultados demonstram que a maioria dos países membros do Mercosul e os dois Estados associados selecionados, Bolívia e Chile, apresentam leis e programas para promover a geração de energia eólica e que de modo independente alguns inventores já vêm buscando a proteção patentária nos principais escritórios de propriedade industrial da América do Sul, o que pode indicar a necessidade de um programa de patentes verdes regional. A análise das reuniões dos Subgrupos de Trabalho do Mercosul, entretanto, evidencia falhas de articulação entre os membros e morosidade nas decisões que podem comprometer a implementação de um programa de patentes verdes à nível de bloco. As divergências de opinião sobre esse programa são outro fator que pode causar, no curto prazo, dificuldade para sua implementação. Acredita-se, contudo, que o amadurecimento da questão e a construção de relações de sinergia entre os escritórios e os membros do bloco, podem levar a decisões que promovam as tecnologias verdes, auxiliem os usuários dos direitos de propriedade industrial a reduzir custos e tempo na proteção de seus ativos e tragam benefícios ambientais a toda a região.

CORRÊA, Lenilton Duran Pinto. Convenção de arbitragem em contratos de propriedade intelectual de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) do setor de defesa nacional.

Orientador: Mauro Catharino Vieira da Luz; Coorientador: Eduardo Winter.

RESUMO: Com a recente reforma à Lei de Arbitragem, este meio adequado de solução de controvérsias constituiu potencial instrumento para a gestão estratégica dos contratos de propriedade intelectual do Poder Público. Neste contexto, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) do setor de Defesa Nacional, como integrantes da Administração Pública Direta, devem considerar as possibilidades de aplicação do instituto jurídico da arbitragem, de acordo com suas particularidades e sem olvidar da necessária segurança jurídica. Para tanto, busca-se compreender a importância estratégica da inovação tecnológica para o setor de Defesa, o conhecimento dos contratos de propriedade intelectual geridos pelos seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), os conceitos, princípios e peculiaridades da arbitragem e, por fim, analisa e discute as reais vantagens da convenção de arbitragem, assim como apresenta a percepção setorial sobre sua aplicabilidade e importância.

DELPHIM, Vitor Pereira. Reflexões sobre a estrutura administrativa de inovação no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Rita Pinheiro-Machado; Coorientadora: Luciene Gaspar Ferreira Amaral

RESUMO: As nações que vem ampliando sua capacidade de inovar são aquelas que mais tem se desenvolvido economicamente nas últimas décadas. O Brasil de uma maneira geral e o estado do Rio de Janeiro em especial, ainda não estão trilhando esse caminho. O desenvolvimento das capacidades de inovação das organizações localizadas no estado do Rio de Janeiro pode ser uma das principais forças para romper com a dependência do setor petrolífero e para fomentar a retomada do desenvolvimento econômico do estado. Nesse sentido, pensar qual o seu papel e como o governo do estado do Rio de Janeiro pode fomentar a inovação em seu território é mandatório para se obter sucesso nesse objetivo. Para tal, busca-se entender a base conceitual da interação entre inovação e desenvolvimento, mapeia-se as melhores estruturas administrativas do setor público para inovação no Brasil, o papel da indústria de capital de risco, sua infraestrutura e ecossistema, entrevista-se executivos em posições-chaves em inovação nos setores público e privado e por fim se elabora uma proposta de estrutura administrativa focada em inovação para o governo do estado do Rio de Janeiro.

DEUS, Suzana de Lima Rodrigues de. A informação patentária como ferramenta com vistas a subsidiar as decisões para a incorporação de novas tecnologias em saúde: uma análise a partir das perspectivas da CONITEC.

Orientadora: Luciene Ferreira Gaspar Amaral.

RESUMO: Nas últimas décadas, os gastos crescentes no setor da saúde vêm preocupando diversos países, em especial aqueles cuja atenção à saúde é garantida pelo setor público, como é o caso do Brasil. A grande pressão pela incorporação de tecnologias, cada vez mais caras, além de impactar no orçamento dos países, produz restrição ao acesso dos serviços de saúde, visto que não é possível garantir todas as intervenções a todos. Diante desta situação, técnicas para a racionalização dos gastos, tais como as análises econômicas em saúde, são utilizadas na tentativa de maximizar a saúde, mas resguardando a viabilidade financeira dos sistemas públicos de saúde. Desta forma, torna-se cada vez mais importante avaliar e entender como se dá o processo de incorporação de novas tecnologias no sistema de saúde público nacional. Assim, a presente dissertação pretende investigar o processo de novas incorporações atualmente vigente, com foco na utilização das informações de patente consideradas neste contexto e se há uma padronização estabelecida para este processo, promovendo, assim, a transparência.

KIRST, Rafael. Cooperação internacional Brasil-África subsaariana: uma análise comparada da política externa de propriedade intelectual dos governos FHC e Lula no setor de saúde.

Orientador: Carlos Mauricio Ardissonne.

RESUMO: Esta dissertação compara a política externa brasileira nos governos FHC e Lula com vistas a compreender a trajetória do padrão de inserção internacional do Brasil nas iniciativas de cooperação com os países da África Subsaariana no setor da saúde. Além disso, pretende-se abordar como os interesses nacionais brasileiros demarcaram as relações com a África Subsaariana e de que forma foram definidos durante o recorte temporal escolhido. Para tal, busca-se examinar, pelo prisma da política externa brasileira e das Relações Internacionais, a cooperação científica, tecnológica e de inovação entre o Brasil e países da África Subsaariana nos Governos FHC e Lula, ressaltando a relevância da propriedade intelectual em tal dinâmica, com foco na avaliação dos elos de continuidade

e descontinuidade na política externa brasileira do período. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, foi desenvolvido um estudo qualitativo comparado da política externa de propriedade intelectual dos governos FHC e Lula. O trabalho concentra-se na etapa de implementação da política externa e nos resultados respectivos, tendo por parâmetro uma ótica realista das relações internacionais.

LIMA, Lívia Sthéfanie Gouvêa. Apuração de custos dos macroprocessos do INPI: instrumento de transparência e gestão do gasto público.

Orientadora: Kátia Regina do Valle Freitas Pinto.

RESUMO: O setor público cada vez mais necessita alocar seus recursos de maneira mais eficiente devido à escassez de recursos e da cobrança da sociedade por transparência da gestão pública. O INPI é uma autarquia pública brasileira que presta serviços relacionados à propriedade industrial, que são pagos pelos usuários através dos valores previstos na tabela de retribuições do Instituto. Conhecer o custo dos serviços prestados é essencial para identificar os pontos de melhoria administrativa no órgão e se os valores cobrados possuem razoabilidade e proporcionalidade em relação ao custo dos macroprocessos finalísticos do INPI. Dessa forma, o presente trabalho propõe e aplica uma metodologia de apuração de custo baseada na literatura de contabilidade de custos e nas especificidades da organização com vistas a conhecer o custo dos macroprocessos finalísticos referentes aos anos de 2015 e 2016. Os resultados obtidos são analisados a fim de prover informações estratégicas para tomada de decisão gerencial da alta administração e contribuir para o avanço da temática de custos dentro do INPI.

PERONGINI, Maria Fernanda Hosken de Souza. Aprisionamento tecnológico e uso da propriedade industrial em mercados secundários: um estudo de caso a partir da análise da “guerra das cápsulas de café”.

Orientadores: Denis Borges Barbosa (até 04/2016, *in memoriam*) e Enzo Baiocchi.

RESUMO: A dissertação de mestrado tem como objetivo expor os litígios envolvendo o sistema Nespresso na União Europeia. O Prólogo visa contextualizar a questão, apresentando alguns primeiros conceitos sobre as vendas casadas e fornecendo informações gerais da indústria, além de expor a estrutura do trabalho e a delimitação do assunto. O Capítulo 1 apresenta o grupo econômico envolvido no empreendimento e os direitos de propriedade industrial em torno do referido sistema. Será abordado, outrossim, o regime de apropiabilidade que propiciou a retenção dos lucros advindos da inovação, sugerindo-se que o sistema Nespresso definiu-se como paradigma tecnológico no setor de cafés expresso monodose. No Capítulo 2 serão examinados os litígios judiciais da Nestlé Nespresso S.A. ("Nespresso") na Inglaterra, Suíça e Itália, dando-se ênfase às controvérsias em torno das patentes e marcas do sistema Nespresso, bem como à questão da publicidade comparativa. No Capítulo 3, será analisado o procedimento administrativo junto à Autorité de la Concurrence, órgão francês de defesa da concorrência, que levou a Nespresso a firmar uma série de compromissos para evitar sanções por abuso de posição dominante no mercado francês. Finalmente, no Epílogo, serão feitas breves considerações sobre trajetória tecnológica, litigância predatória e sustentabilidade.

ROCHA, Iloana Peyrotton da. A cooperação sul-sul em propriedade industrial: uma análise da atuação do INPI no Pós-Agenda do Desenvolvimento.

Orientador: Carlos Maurício Pires e Albuquerque Ardisson.

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo principal avaliar a participação do Brasil, em especial do

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), na Cooperação Sul-Sul em propriedade industrial, durante o período do pós-agenda para o desenvolvimento (2004-2014). No que tange ao Regime Internacional de Propriedade Intelectual, foi possível verificar que o país buscou adotar uma atitude de liderança perante os países em desenvolvimento, assumindo a posição de que o regime de proteção à propriedade intelectual deve considerar a capacidade dos países em implementar a legislação internacional e de que o aludido regime pode ser um dos instrumentos responsáveis pelo fomento do desenvolvimento. Foi nesse contexto que a proposta brasileira e argentina de uma Agenda para o Desenvolvimento permitiu a inclusão do tema “desenvolvimento” no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e nos debates do regime internacional da propriedade intelectual. A partir da análise da política externa dos Governos Lula e Dilma, foi possível perceber a importância das mudanças ocorridas no cenário nacional, a fim de que o país pudesse alcançar uma inserção mais engajada no cenário internacional e no regime internacional de propriedade intelectual, visando a promoção do desenvolvimento interno do país. Como consequência, no campo da propriedade intelectual, o INPI passou por uma grande reestruturação, o que acarretou inclusive na criação da Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART), responsável pela disseminação da cultura da propriedade intelectual e pela inserção do Instituto nos cenários nacional e internacional, possibilitando a atuação do INPI na Cooperação Sul-Sul.

SILVA, Ilane Magalhães. Análise dos critérios de patenteabilidade dos compostos enantioméricos isolados com enfoque no medicamento Lipitor.

Orientador: Alexandre Lopes Lourenço; Coorientadora: Luciene F. Gaspar Amaral.

RESUMO: A patenteabilidade de compostos enantiomericamente puros é questionável quanto aos requisitos de novidade e atividade inventiva quando as respectivas misturas racêmicas encontram-se previamente reveladas (estratégia conhecida como chiral switch), havendo decisões antagônicas acerca desta temática, assim como a discussão sobre caracterizar esta prática como evergreening. Em virtude disso, esta pesquisa comparou as diretrizes aplicadas em casos de chiral switches pelos escritórios governamentais de propriedade industrial, assim como em ações judiciais, no intuito de identificar as diferentes lógicas de análise tanto na teoria quanto na prática, neste último caso, através do estudo das decisões envolvendo o medicamento Lipitor (medicamento de maior impacto econômico no contexto de chiral switches). Apesar de não se limitar a estes, foram escolhidos os escritórios governamentais e processos judiciais ocorridos dos/nos Estados Unidos (USPTO), Europa (EPO) e Brasil (INPI) devido às suas relevâncias política e econômica. Os dados foram levantados a partir das diretrizes de exame e base de dados disponibilizadas nos sites dos escritórios, dos dossiês globais de atos administrativos presentes na base de dados do EPO, das decisões judiciais presentes na base de dados Lexis Nexis ou em sites nacionais de justiça. Os resultados demonstraram que os três escritórios avaliados possuem diretrizes específicas para chiral switches. O INPI mostrou-se mais rigoroso, pois considera que a revelação do racemato antecipa os respectivos enantiômeros e que a atividade inventiva é inexistente em casos de semelhante efeito terapêutico. O USPTO e EPO, por sua vez, aceitam os enantiômeros isolados como compostos novos e a atividade inventiva é decidida caso-a-caso. Em relação às decisões administrativas referentes ao medicamento Lipitor, encontrou-se que o USPTO e EPO, após intensa discussão em relação à novidade e atividade inventiva, concederam a patente enantiomérica, mas por motivos distintos (USPTO: sucesso comercial do medicamento; EPO: melhores propriedades farmacotécnicas do sal de cálcio de atorvastatina). O INPI também concedeu a patente enantiomérica, no entanto, não houve análise de mérito do pedido, já que foi depositado através do mecanismo conhecido como pipeline (art. 230 da LPI). No tocante às decisões judiciais, todas foram compatíveis

com a respectiva diretriz administrativa do escritório nacional de propriedade industrial, porém foram distintas entre si de tal maneira que, às vezes, o mesmo conhecimento era aplicado de forma completamente oposta. Depreende-se que dificilmente haverá uma padronização mundial acerca desta matéria, pois a relatividade dos conceitos de novidade e atividade inventiva permite o desenvolvimento de raciocínios a favor e contra a patenteabilidade de invenções chiral switches. Como é dado a cada país o direito de estabelecer os parâmetros de análise dos requisitos de patenteabilidade, a escolha torna-se governamental e deveria ser aplicada de acordo com as metas de desenvolvimento científico e tecnológico.

DEFESAS EM 2018

SANTOS, Cristina Cunha. Percepção dos pesquisadores da UFRRJ sobre o processo de inovação e o NIT: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: A Lei de Inovação Tecnológica de 2004 estabeleceu a obrigatoriedade da criação de Núcleos de Inovação Tecnológica nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) a fim de gerir a política de inovação das mesmas. As competências desses Núcleos, com a promulgação da Lei 13.243 de 2016, conhecido por Marco Legal de CT&I foram ampliadas, atribuindo-lhes um viés mais dinâmico e negocial. O presente estudo teve por objetivo propor uma ação estratégica a fim de averiguar a percepção dos pesquisadores da UFRRJ sobre o processo de inovação e o NIT e, por meio desta, ampliar a divulgação das competências e visibilidade deste setor junto à comunidade acadêmica da instituição. Para alcançá-lo, efetuaram-se entrevistas com gestores, aplicação de questionário e apresentações do NIT em Departamentos dessa ICT. Pode-se afirmar que a percepção dos pesquisadores sobre o processo de inovação e sobre o NIT é baixa e a atuação do Núcleo não tem sido efetiva, principalmente pela falta de pessoas capacitadas. Também foi possível levantar pontos positivos e os principais gargalos para o efetivo funcionamento deste setor, além de apresentadas proposições a fim de aprimorar o funcionamento do NIT e favorecer a criação de um ambiente mais propício à inovação.

RESUMOS DAS TESES DE DOUTORADO

Defesa em 2015

CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. **Indicação geográfica na imprensa:** cenários e desafios.
Orientadora: Lúcia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes.

RESUMO: Esta Tese realiza um cenário sobre a divulgação da Indicação Geográfica (IG) na imprensa brasileira, apresentando sugestões para aprimorar o conteúdo, de acordo com os valores-notícia. Isso foi feito a partir da análise de conteúdo de notícias divulgadas sobre o tema, entre 2009 e 2013, em jornais/revistas, rádios, TVs e páginas de internet. O resultado indicou o alto índice de erros (inclusive muitos cometidos pelos especialistas), falta de apresentação de diferenciais dos produtos, quase total ausência de consumidores entre os personagens e o baixo entendimento sobre as expressões usadas (Indicação Geográfica, Indicação de Procedência e Denominação de Origem). Porém, também se constatou que o número de reportagens vem aumentando e que o tema é quase sempre retratando de forma positiva, configurando um cenário que confere à IG alta noticiabilidade. As conclusões levaram à produção de um Guia para Divulgação das Indicações Geográficas, com sugestões, para evitar os erros, e recursos para tornar as matérias mais atraentes para o público. Um dos recursos apresentados é o reconhecimento bidirecional da IG, pelo qual os produtos mais famosos com o registro valorizam a Indicação Geográfica, enquanto este registro torna mais valiosos os novos produtos que acabam de obtê-la.

Defesas em 2017

HÄSNER, Cecília Anita Domjan. Avanços tecnológicos no padrão de produção de mudas de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2016.

Orientador: Eduardo Winter.

RESUMO: O tema de tese está centrado em mostrar a importância da propriedade intelectual e da inovação em uma das atividades agrícolas mais relevantes para o país, a produção de cana-de-açúcar. O objetivo é analisar os avanços tecnológicos da produção de mudas de cana-de-açúcar ao longo do tempo, com ênfase no período de 2000 a 2016, abordando como as mudanças tecnológicas afetam o estado da técnica e o padrão de produção da cana na agroindústria canavieira, o convencional e o de cultivo de tecido. A metodologia adotada se baseia em estudos de cientometria através do levantamento de artigos científicos e documentos de patente. Foram utilizados indicadores de ciência e tecnologia e indicadores relacionais de co-autoria (autor-inventor), co-classificação e de citação de patentes. A estratégia de busca utilizou termos relacionados com técnicas de propagação vegetativa da cana-de-açúcar e os repositórios escolhidos foram o Web of Science e o Derwent Innovation Index, ambos da Thomson Reuters®. Os dados foram exportados para uma planilha Excel, onde foram agrupadas em uma classificação própria e analisados utilizando programas de computador livre. Na análise geral do total de documentos recuperados, tem-se que dos 3.747 documentos, a maior proporção é de documentos de patente, 2.148, contra 1.599 de publicações científicas no período de 1945 a janeiro de 2017, apresentando flutuações ao longo do tempo, demonstrando uma relação de dependência linear entre artigos e patentes a partir de 1997. Demonstra-se assim que existe uma alta capacidade para converter a pesquisa científica em desenvolvimento tecnológico, denotando uma certa maturidade das técnicas de produção de mudas. Os indicadores de produtividade científica e tecnológica para o período de 2000 a 2016 mostraram diferenças das áreas de pesquisa entre artigos e patentes. Enquanto as pesquisas científicas estavam focadas em estudos gerais da cana-de-açúcar, envolvendo toda a cadeia produtiva, os documentos de patente se concentravam em áreas de ponta, como a engenharia genética ou melhoramento vegetal, seguidas do controle de doenças e pragas e as técnicas de propagação vegetativa da cana-de-açúcar. O maior volume de documentos de patente nestas áreas foi observado após 2009, o que indica que o esforço em P&D é relativamente recente, pressionado pelas crescentes exigências ambientais e a necessidade de melhorar a produtividade. As tecnologias sobre embriogênese/micropropagação, criopreservação e semente artificial surgiram em maior número a partir de 2011, indicando que se tratam de tecnologias emergentes. Os resultados apontam para a existência de verdadeiros “hubs” da inovação, mostrando conexão entre quem produz a ciência e quem se apodera do conhecimento por patentes. Destacam-se grupos de países em sistemas de inovação “local for local”, incluindo a China, Índia e Brasil, enquanto que a Austrália tem a maior capacidade de transferir conhecimento em um contexto “local for global”. A presente tese conseguiu evidenciar as mudanças no padrão de produção de mudas de cana-de-açúcar, as quais estão voltadas para técnicas de cultivo de tecidos, sugerindo a coexistência de trajetórias tecnológicas sob o paradigma da biotecnologia ou “genético”. Como encaminhamento, aconselha-se realizar estudos sobre os fatores que afetam a adoção das inovações tecnológicas de ambos padrões de produção.

PINTO, Ana Paula Gomes. Patentes e mudanças climáticas: um estudo sobre as políticas públicas prioritárias de tecnologias ambientais no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e no Escritório Europeu de Patentes (EPO).

Orientador: Luiz Otávio Pimentel.

RESUMO: O crescente debate sobre a proteção de tecnologias sustentáveis por meio de patentes para reduzir as mudanças climáticas é o destaque desta pesquisa. Desde 1992, os países buscam soluções conjuntas para fomentar a redução dos agentes causadores dos problemas ambientais. Assim, desde 2012, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Escritório Europeu de Patentes (European Patent Office) EPO e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no Brasil desenvolvem políticas públicas para promover a inovação no campo das tecnologias ambientalmente amigáveis. Com este propósito, esta pesquisa contextualizará a criação e implantação dos escritórios de propriedade industrial no Brasil e na Europa, bem como suas estruturas administrativas, com foco nas questões internas que reduzem as possibilidades de desenvolvimento interno e aplicação de soluções para problemas externos. Neste sentido, a metodologia aplicada é descritiva-comparativa, entre as normas componentes da autarquia brasileira e do escritório europeu. O estudo comparativo analisará os prazos e procedimentos vigentes em ambos os escritórios, bem como as lacunas nas normas que permitem o aproveitamento e a flexibilização dos atores deste sistema em benefício ou em malefício do exame. Esta pesquisa analisará as origens do atraso, ante uma contextualização histórico-legal. Comparam-se as políticas públicas de criação do WIPO GREEN, da OMPI, ao esquema de classificação adicional Y02 e Y04, do EPO e ao serviço “Patentes Verdes”, do INPI. Por fim, realiza-se um estudo sobre os problemas reais do sistema de patentes verdes brasileiros sob um enfoque nacional e internacional.

SARAIVA, Elaine Vianna. Estratégias de uso de dados contidos nos documentos de marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil.

Orientadora: Adelaide Maria de Souza Antunes; Coorientadora: Patrícia Pereira Peralta.

RESUMO: Os documentos relacionados aos pedidos de registro de marcas depositados anualmente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) do Brasil contêm informações relevantes sobre a utilização do sistema de propriedade industrial por brasileiros e estrangeiros residentes no país. São dados sobre as marcas que almejam proteção legal, especialmente no que tange à sua natureza (produto, serviço, coletiva ou de certificação), à sua apresentação (nominativa, mista, figurativa ou tridimensional), à classe de produtos ou de serviços reivindicada e aos respectivos produtos ou serviços que elas devem identificar no mercado. Esses dados têm o potencial de serem transformados em informações capazes de, entre outros, revelar tendências mercadológicas e de oferecer subsídios aos debates sobre o sistema de propriedade industrial. Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar as possibilidades de levantamento desses dados junto às duas ferramentas disponíveis ao público em geral, que são a TMview e o Sistema Busca Web (INPI), e do IPAS, sistema de uso interno do INPI, além de apresentar didaticamente aspectos relevantes sobre o sistema de proteção legal das marcas no Brasil. Foi demonstrado que as informações contidas nos documentos relacionados aos pedidos de registro de marcas no Brasil podem auxiliar na verificação de tendências de proteção, na identificação de estratégias empresariais de diversificação de mercado conforme as classes de Nice reivindicadas, e na avaliação da qualidade das marcas depositadas, sob a ótica da distintividade dos sinais.

VIEIRA, Eliciana Selvina Ferreira Mendes. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a partir da visão de comunidades universitárias selecionadas na cidade do Rio de Janeiro.

Orientadora: Rita Pinheiro Machado.

RESUMO: A Inovação decorre de um processo complexo de interações entre diversos agentes sociais, no qual uma análise linear sobre essas interações, baseada numa perspectiva sequencial, vem sendo substituída por uma abordagem sistêmica. Nesse sentido, consolida-se o referencial de Sistema Nacional

de Inovação (SNI) no qual o desenvolvimento econômico e social é coevolutivo às mudanças tecnológicas. Com isso, o papel da universidade vem sendo considerado ainda mais relevante, considerando as revoluções acadêmicas pela qual passou e as mudanças contemporâneas no âmbito científico, tecnológico e de mercado. No caso brasileiro, para incentivar a interação universidade-empresa (U-E), assim como entre os demais agentes em favor do avanço tecnológico nacional e do incremento das atividades produtivas que viabilizem esse desenvolvimento, vários mecanismos entraram em vigor por meio de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Então, para tentar prover uma maior segurança jurídica dessas interações, entrou em vigor a Lei nº 10.973/2004 – a Lei de Inovação (LI), que estabelecia que Núcleos de Inovação Tecnologia (NIT) fossem criados para fomentar nestas instituições ações em torno da gestão e expansão da Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT), por meio da ampliação da interação U-E. Assim, neste contexto, foi estabelecido como pressuposto que este Núcleo tem um público-alvo de relacionamento, que é a comunidade universitária, e não o ambiente externo. Portanto, este trabalho objetiva verificar que entendimento esse público-alvo constituído de uma comunidade universitária faz do papel do NIT. Para isso, a pesquisa foi baseada em métodos de parâmetros qualitativos e exploratórios, usando revisão bibliográfica, exame documental e observações de campo. Foram realizadas entrevistas presenciais com gestores de NIT escolhidos por dois conjuntos de critérios: o de operação e o de oportunidade. A comunidade universitária foi composta por 84 docentes em Programas de Pós-Graduação de Engenharia Civil e Mecânica de três instituições, distintas administrativamente – federal, privada e estadual – a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os dados foram tratados a partir uma análise de conteúdo. O resultado mostrou que é do conhecimento desse público a existência do NIT, ainda que seu uso tenha sido restrito, e de que, em princípio há uma consolidação da estrutura organizacional, e não necessariamente, da consolidação de uma relação de parceria entre o Núcleo e a comunidade universitária. Assim, para que haja uma efetiva consolidação das atribuições do Núcleo, é proposto que se atente, dentro da universidade, a uma Abordagem por Grupo-Alvo (AGA), em que os grupos de pesquisa sob uma perspectiva de “quase-firmas” sejam alvo de práticas customizadas que sirvam para fortalecer o NIT enquanto parceiro interno. A perspectiva é estimular uma discussão reconhecendo a importância de uma difusão contextualizada sobre SI, PI e TT no ambiente de PPG das universidades, uma vez que este ambiente tem trazido indicadores de desempenho que o destacam dentro do panorama do ensino superior no país.

Defesa em 2018

MOTTA, Fernando Previdi. **Da função distintiva do nome comercial**
Orientador: Enzo Baiocchi.

RESUMO: O presente trabalho analisa a função distintiva do nome comercial, segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, revisita as bases teóricas do nome comercial desde o período colonial do Brasil até a era contemporânea após o Código Civil de 2002, inclusive a evolução legislativa, revendo seu conceito e natureza jurídica por meio de abordagem histórica e dialética. Apresenta diversos fundamentos e exemplos práticos a fim de demonstrar as diferenças entre nome comercial e nome empresarial, concluindo tratarem-se de dois sinais dotados de conceito, natureza e função diferentes. Trata da natureza ubiquitária dos signos distintivos e do fenômeno do deslocamento do signo, abordagens utilizadas para justificar a função distintiva do nome comercial, exercida por tal signo para diferenciar empresas, enquanto atividades econômicas organizadas, que visam o fornecimento de bens e serviços. Durante o desenvolvimento do tema, analisa os conceitos de signo, signo distintivo, signo distintivo da empresa, distintividade, distintividade intrínseca e distintividade extrínseca.